

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

TRANSVERSALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: Os desafios de acesso aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) para as mulheres venezuelanas vivendo em ocupações urbanas em Boa Vista

FRANCA – S.P.

2023

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

TRANSVERSALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: Os desafios de acesso aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) para as mulheres venezuelanas vivendo em ocupações urbanas em Boa Vista

Dissertação apresentada no curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas

Linha de pesquisa: : Políticas, gestão e formação na educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

Coorientadora: Profa. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

FRANCA – S.P.

2023

CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

TRANSVERSALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS DE ACESSO AOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) PARA AS MULHERES VENEZUELANAS VIVENDO EM OCUPAÇÕES URBANAS EM BOA VISTA.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de concentração: Desenvolvimento social

Linha de pesquisa: Políticas, gestão e formação na educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

Coorientadora: Profa. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1o Membro Titular: prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2o Membro Titular: Profa. Luciane Pinho de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de pós-graduação em Psicologia

Franca, 10 de maio de 2023

C972t

Cunha, Clara de Oliveira

Transversalizar as políticas públicas : Os desafios de acesso aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) para as mulheres venezuelanas vivendo em ocupações urbanas em Boa Vista / Clara de Oliveira Cunha. -- Franca, 2023

118 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Maria Madalena Gracioli

Coorientadora: Tatiana Machiavelli Carmo Souza

1. Assistência social. 2. Migrações. 3. Interseccionalidade. 4.

~~Políticas públicas. I. Título.~~

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

POTENCIAL IMPACTO DESTA PESQUISA

O potencial impacto será na redução de barreiras para o acesso das mulheres venezuelanas aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) em Boa Vista. O material também poderá contribuir para a redução de barreiras do acesso de mulheres imigrantes à assistência social em outros municípios e para a difusão da Lei de Migração.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The potential impact will be on the reduction of barriers for Venezuelan women to access the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Boa Vista. The material will also be able to contribute to the reduction of barriers to the access of immigrant women to social assistance in other municipalities and to the dissemination of the Migration Law

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras Professora Doutora Maria Madalena e Professora Doutora Tatiana Machiavelli, minhas mentoras nessa jornada, pois sem a contribuição e presença de vocês nada disso seria possível! Muito obrigada por sua dedicação, paciência e por compartilharem comigo seus conhecimentos.

À minha família, especialmente minha mãe Maria Aparecida e meu pai Jacques, por me apoiarem, cada um à sua maneira, para que eu pudesse seguir nesse sonho mesmo em momentos tão difíceis para a educação, para as políticas públicas e para o Brasil. Sem o apoio dos mesmos este trabalho, não teria sido possível.

Às minhas amigas e amigos que são família, força e que me apoiaram ao longo desses dois anos de mestrado, pandemia, mudança, Roraima, entre tantas outras vivências. Em especial às/aos roraimenses e “roraimados” Yessica Quintana, Julia Manochio, Yanne Cidade, Raquel Portela, Paulo Trindade, Inara Nascimento, Geysa Brasil, Evilene Paixão, Rosana Tartari, Andrea Perez, Luyandria Maia, Hannah Noronha e Janaína Cidade. Um agradecimento especial para Yana Disconzi. As amigas da minha terra natal, Luiza Moreira, Nina de Deus, Nathalia Cassia, Tainá Seixa, Joana Motta, Victoria Junqueira, Roberto Correa, Svetlana Haspar, Suzy, Carol, Junior, Raquel e Alex Candido, que me apoiaram, cada um(a) à sua maneira mesmo à distância. Um agradecimento especial para a grande amiga que esse mestrado me trouxe, Andrea Cintra, com quem compartilhei ao longo desses dois anos e ainda compartilho diversas experiências profissionais, militâncias e apresentações em simpósios, além do mais importante, uma conexão incrível e uma amizade presente. Sem ela teria sido impossível concluir um programa de mestrado pandêmico.

Ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, em nome do diretor nacional, Padre Agnaldo, a todos os colegas que realizam o trabalho de atender, orientar e acolher as pessoas migrantes e refugiadas que chegam a Boa Vista em busca de novas oportunidades.

RESUMO

A Lei de Migração reconheceu a migração como um direito humano no Brasil. Esta pesquisa visa contribuir para a transversalidade da Lei de Migração (Lei 13.445/2017) através de seu objetivo principal de analisar os desafios das mulheres venezuelanas para acessar os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). A partir de uma análise teórico-metodológica interseccional do acesso de mulheres venezuelanas aos CRAS, buscou-se verificar a efetividade da Lei de Migração nos serviços de assistência social na capital do estado de Roraima, Boa Vista. A fundamentação teórico-metodológica interseccional baseia-se nos estudos de Collins e Bilge (2021), translocalizados para o contexto das migrações do Sul global. Autoras como Anthias (2006) e Spivak (2010) são aporte teórico da área de migrações e gênero desta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou entrevistas semiestruturadas com seis mulheres moradoras ou ex-moradoras de ocupações urbanas, para conhecer suas trajetórias individuais e identificar suas dificuldades de acesso ao CRAS. Com base no material coletado foi realizada uma análise de conteúdo para examinar os desafios enfrentados por esse grupo para acessar os serviços do CRAS. A partir das análises são apresentadas sugestões como a maior difusão dos serviços oferecidos pelo CRAS, a ampliação e o fortalecimento dos serviços, a contratação de tradutores culturais, a capacitação linguística, sobre interseccionalidades e migrações para as equipes, o fortalecimento da intersetorialidade dos serviços, com o objetivo de fortalecer o acesso das mulheres imigrantes ao serviço do CRAS. Outrossim, visando contribuir para a difusão da Lei de Migração e para a consideração das interseccionalidades na política de assistência social, foi elaborada uma cartilha como produto final, para capacitação sobre a transversalidade migratória na política social.

Palavras-chave: Assistência social; Migrações; Interseccionalidade; Políticas públicas.

ABSTRACT

The Migration Law recognized migration as a human right in Brazil. This research aims to contribute to mainstreaming the Migration Law (Law 13,445/2017) through its main objective of analyzing the challenges of Venezuelan women to access the Reference Centers for Social Assistance (CRAS). From an intersectional theoretical-methodological analysis of Venezuelan women's access to CRAS, we sought to verify the effectiveness of the Migration Law in social assistance services in Boa Vista, Roraima. The intersectional theoretical-methodological foundation is based on the studies of Collins and Bilge (2021), translocated to the context of migrations from the global South. Authors such as Anthias (2006) and Spivak (2010) are theoretical contributions to the area of migration and gender in this research. This is a qualitative research, in which we used semi-structured interviews with six women who are living or have lived in urban settlements to learn about their individual trajectories and identify their difficulties in accessing CRAS. Based on the material collected, a content analysis was conducted to examine the challenges faced by this group in accessing CRAS services. Based on the analyses, suggestions are made such as greater dissemination of the services offered by CRAS, expansion and strengthening of services, hiring cultural translators, language training, intersectionalities and migration training for the services teams and strengthening the intersectorality of services, among others, to strengthen the access of immigrant women to CRAS services. Aiming to contribute to the dissemination of the Migration Law and the consideration of intersectionalities in social assistance policy, a booklet was prepared as a final product for training on migration transversality in social policy.

Keywords: Social Assistance; Migration; Intersectionality; Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DOCUMENTO SOBRE A POPULAÇÃO DESABRIGADA. MARÇO DE 2019.	
21	
FIGURA 2: DADOS SOBRE A POPULAÇÃO FORA DOS ABRIGOS.	22
FIGURA 3: DOCUMENTO PRODUZIDO PELA AGÊNCIA DA ONU PARA MIGRAÇÕES. MAIO 2021	23
FIGURA 4: QUESTIONÁRIO DE DECLARAÇÃO RACIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA.	45
FIGURA 5: QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CATEGORIAS DE ANÁLISE	34
QUADRO 2: CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	36
QUADRO 3: OUTROS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PROCESSO MIGRATÓRIO	38
QUADRO 4: RELAÇÃO COM O CRAS	39
QUADRO 5: DESAFIOS DE ACESSO AO CRAS	43

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BF – Bolsa Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPMig – Coordenação de Políticas para Migrantes

CRAI – Centro de Referência em Assistência ao Imigrante

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

DF – Distrito Federal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EVOE – Equipe Volante das Ocupações Espontâneas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMDH – Instituto de Migração e Direitos Humanos

INE – *Instituto Nacional de Estatística*

ISA – Instituto Socioambiental

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIM – Agência da ONU para Migrações

PF – Polícia Federal

PNI - Programa Nacional de Imunização

PTRIG - Posto de Interiorização e Triagem

PRI - Posto de Recepção e Identificação

R4V – *Response for Venezuelans*

RG – Registro Geral

RNE – Registro Nacional do Estrangeiro

RNM – Registro Nacional Migratório

SJMR – Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

SPM – Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Terra Indígena

WASH – *Water, Sanitation and Hygiene*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MIGRAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	13
1.1 Imigrações no mundo e contextualização sobre imigração em Boa Vista - Roraima	13
1.2 Políticas públicas transversais e intersetoriais: convergências entre a política migratória e a política de assistência social	23
2 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	27
2.1 As fronteiras físicas e subjetivas: migrações e interseccionalidade	27
3 INTERSECCIONALIDADES: A SOBREPOSIÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS	44
3.1 Considerações sobre raça e etnia	44
3.2 Classe e trabalho: formação educacional, mercado de trabalho, renda, maternidade, trabalhos domésticos e de cuidado	50
4 INTERSETORIALIDADE DE SERVIÇOS PARA ACESSAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL	64
4.1 Acesso à documentação de regularização migratória	66
4.2 Acesso à escola	68
4.3 Acesso ao SUS	74
4.4 Atendimento no CRAS: Acesso ao Cadastro Único e aos programas sociais	76
4.5 Como Tornar o CRAS Mais Acessível: das mulheres (venezuelanas) para o CRAS	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	104

INTRODUÇÃO

Como uma boa bacharela nas ciências humanas do direito e da história, áreas do conhecimento que tanto escrevem e tanto leem, sempre me vi questionada sobre a aplicação prática dos conhecimentos que descansam sobre as estantes das bibliotecas. Esse questionamento me levou a pesquisas em minhas graduações sobre a atuação e incidência política dos movimentos sociais que levaram a mudanças sociais e legislativas. Pesquisas evidentemente relacionadas à história e ao direito.

Iniciada minha atuação profissional, deparei-me com os desafios práticos de implementar as leis tão profundamente batalhadas pelos movimentos sociais. Meu primeiro estágio foi na extinta Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM), onde tive o prazer de conviver com grandes mulheres que pensavam os desafios de implementar uma política pública nacional que contribuísse para a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Também me deparei com os desafios de pensar políticas públicas que contemplassem as mulheres do campo, das águas e da floresta. Ainda no curto espaço de um semestre, presenciei a conferência livre de mulheres trans e travestis e entrei em contato com outras demandas desse vasto grupo que chamamos no feminino. Desde então, estive instigada com as políticas públicas.

Posteriormente, atuando em movimentos sociais e trabalhando com cooperação internacional, via-me sempre inquieta com aqueles mesmos desafios aos quais fui apresentada na SPM. Os dados, ou a falta deles, indicavam a importância de pensar as interseccionalidades de gênero, raça, classe e orientação sexual, entre outros marcadores sociais da diferença que continuavam a se expandir. "Mulheres negras sofrem mais violência obstétrica"; "As causas das mortes de jovens brancos, negros e indígenas indicam que é preciso pensar políticas plurais para a juventude"; "A ausência de dados da população quilombola e sua exclusão no Censo impedem o avanço das políticas públicas para essa população". A vivência em cada trabalho conjunto, aprendizado e reflexão que me foram apresentados e desenvolvidos ao longo de seis anos de educação popular junto às Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno e durante os três anos de atuação no Fundo de População das Nações Unidas definitivamente aguçaram os questionamentos. Embora todas as inquietações não caibam neste trabalho, elas certamente contribuíram para os questionamentos que levaram a essas pesquisas e às escolhas políticas, teóricas e metodológicas que constroem esse estudo.

Foi assim que cheguei ao mestrado em análise e planejamento em políticas públicas decidida a estudar os desafios de pensar as políticas públicas para população idosa no Distrito

Federal (DF), considerando a maioria populacional feminina desse grupo etário e as grandes diferenças racial, econômica e de origem migratória das duas regiões que mais concentram a população idosa do DF: a Asa Sul e a Ceilândia. Dois pontos importantes aqui: em primeiro lugar, para aqueles(as) que conhecem o DF, são evidentes as diferenças culturais e econômicas entre essas duas regiões da cidade; e, em segundo, sim, esta é uma pesquisa sobre políticas públicas para mulheres imigrantes. Entre o processo seletivo para o mestrado e a aprovação, fui premiada com uma mudança para morar em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Mudar-me para o norte do Brasil e chegar em Boa Vista, uma cidade em efervescência pelo fluxo migratório, e durante as limitações impostas pela COVID-19, levaram à mudança do rumo da minha pesquisa, do mestrado e da minha carreira profissional.

Em um mês vivendo em Boa Vista e trabalhando na Operação Acolhida¹ havia absorvido tanta informação que seria impossível e inconcebível não alterar o tema de pesquisa do mestrado, visando aprender e compartilhar um pouco de tudo que acontece nessa tríplice fronteira. No Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), onde vim trabalhar quando me mudei para Boa Vista, desenvolvemos um trabalho de proteção social. Entre os diversos desafios que enfrentávamos, tínhamos entre as prioridades do nosso trabalho contribuir para o acesso aos direitos das comunidades de migrantes e refugiados que viviam nas ocupações urbanas. Foi assim que o tema dessa pesquisa saiu das políticas públicas para a população feminina idosa da capital brasileira e aterrissou nas políticas de proteção social para mulheres imigrantes de um jovem estado de tríplice fronteira.

A partir dessa experiência profissional, em uma das entidades da sociedade civil que realiza atendimentos de proteção social, algumas hipóteses foram levantadas a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres venezuelanas que vivem em ocupações urbanas para acessar os serviços dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Essas hipóteses são: 1. a constante mudança de local de domicílio das migrantes devido à instabilidade a qual as ocupações urbanas estão sujeitas leva à perda do contato entre serviço (CRAS) e as beneficiárias e também à consequente alteração do serviço de referência (CRAS) responsável pelo acompanhamento, considerando que esses serviços estão organizados por territórios; 2. o longo tempo de processamento dos benefícios ocorre em razão da sua aprovação em nível nacional, como é o caso do Bolsa Família; 3. a burocracia e a quantidade de deslocamentos necessários por parte das beneficiárias, devido ao caráter intersetorial do serviço, acabam levando as mulheres a desistirem de buscá-lo ou a estarem impossibilitadas de fazê-lo por falta de recursos; 4. há atualmente, no contexto político do Brasil, uma limitação da oferta dos

¹ A Operação Acolhida será apresentada na primeira seção.

serviços e benefícios na assistência social agravados pelo governo anti-direitos de Bolsonaro e pela pandemia e que dificultou ainda mais o acesso ao CRAS devido à suspensão da realização dos atendimentos presenciais, mesmo sendo o CRAS um serviço essencial, pois faz parte dos provedores de seguridade social conforme art. 194 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Essas são algumas das hipóteses levantadas inicialmente sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres imigrantes para acessar a assistência social.

Imbuída de todos os aprendizados e experiências anteriores, não pude deixar de me deparar com certos dilemas ao trabalhar em um contexto de emergência humanitária. A premente e atual discussão sobre a importância de combater e prevenir a violência baseada em gênero, infelizmente, não é acompanhada de um debate racial nem de debates mais aprofundados sobre esta desigualdade nas oportunidades profissionais, de acesso à renda, na divisão do trabalho doméstico, entre outras esferas. Neste mesmo enfoque, embora a cooperação internacional Norte-Sul esteja sempre presente na emergência humanitária, o debate sobre a importância e a necessidade de descolonizar o setor é muito recente e, portanto, se reproduzem relações de poder Norte-Sul, seja nos processos de trabalho, nos objetivos dos projetos e/ou nos tratamentos dado às pessoas à quem se propõe "ajudar" (THE NEW HUMANITARIAN, 2022).

Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as dificuldades que as mulheres venezuelanas vivendo em ocupações urbanas na cidade de Boa Vista enfrentam para acessar os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Enquanto objetivos específicos, propõe-se: identificar essas dificuldades de acesso aos serviços ofertados pelo CRAS, verificando a efetividade da Lei de Migração; analisar as interseccionalidades de gênero, raça, classe e nacionalidade presentes nas dificuldades apontadas pelas mulheres; e por fim, na busca por quebrar as perspectivas coloniais que nos levam a ver a imigrante como o "*Outro*" e colocá-la em posições subalternas, (mas ciente da constante supervisão necessária para não trair os desafios a qual eu mesma me proponho) , procuro, juntamente com as mulheres imigrantes entrevistadas, apresentar propostas para facilitar o acesso ao CRAS na cidade de Boa Vista.

Nesse sentido, na seção um apresento como surgiu o tema de pesquisa, contextualizo as imigrações no estado de Roraima e apresento a conexão entre a política de assistência social e a política migratória com a qual pretendo trabalhar. Em seguida, desenvolvo considerações teóricas sobre as relações entre interseccionalidades, migrações e a colonialidade do poder, as quais são as perspectivas teóricas a serem consideradas para

analisar as migrações femininas do Sul global e essas políticas públicas, especificamente a migração venezuelana e seu acesso ao CRAS.

Na seção dois, introduzo a metodologia usada para selecionar as participantes e realizo uma apresentação inicial das entrevistas semiestruturadas. Em seguida, a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin e das duas categorias de análise criadas, na seção três, analiso a sobreposição de marcadores sociais e seus impactos no acesso à política de assistência social; e, na seção quatro, os impactos da intersetorialidade dos serviços para o acesso ao CRAS, apresentando proposta de como tornar esse serviço mais acessível para as mulheres imigrantes.

1 MIGRAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção discorro sobre as reflexões para embasar um ideal de política pública de assistência social que considere a transversalidade das migrações e as interseccionalidades geolocalizadas. Para chegar a tal ponto, traço uma trajetória da localização da pesquisadora até chegar ao tema desta pesquisa; a contextualização das migrações até localizar o êxodo venezuelano no contexto brasileiro em Roraima; Discorro, em seguida, a respeito da importância de se pensar uma política migratória em nível local, superando a lógica das fronteiras estatais e pensando a transversalidade de migrações na política de assistência social. Por fim, apresento a metodologia da seleção das participantes entrevistadas, como se desenvolveu a coleta de dados e exponho uma primeira análise descritiva dos dados.

Com relação à abordagem teórica, apresento este diálogo sobre migrações, interseccionalidades e colonialidade do poder. Na primeira parte, discute-se a partir de autoras e autores do Sul-global como Anthias (2006), Araújo (2010), Brah (2011), Herrera (2012), Magliano (2015) e Sayad (2008), comprometidos em alterar a lógica eurocêntrica de pensar a (i)migração e como compreendê-la para além da perspectiva do Estado e desde uma perspectiva focada nas sujeitas migrantes. Por fim, apresento a ferramenta da interseccionalidade com base em Collins e Bilge (2021) como instrumento para pensar as múltiplas opressões sobrepostas que as mulheres vivenciam. Também debato o conceito de translocalização apresentado por Anthias (2006), que trata da importância de situar o deslocamento das identidades de acordo com o espaço e o momento concreto. Esses conceitos visam contribuir para compreender os desafios de acesso às políticas e situar contextualmente as interseccionalidades que perpassam as mulheres migrantes do Sul global.

1.1 Imigrações no mundo e contextualização sobre imigração em Boa Vista - Roraima

O objetivo dessa pesquisa é analisar as dificuldades que as mulheres venezuelanas que vivem em ocupações urbanas na cidade de Boa Vista, Roraima, enfrentam para acessar os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e surgiu a partir da minha experiência profissional na área de proteção do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) nesta localidade. A partir dos atendimentos realizados no SJMR e das visitas realizadas às ocupações urbanas existentes na cidade de Boa Vista, aproximadamente 14 catalogadas pela Agência da ONU para Migrações em 2021 (OIM, 2021), a equipe de proteção e eu identificamos algumas dificuldades recorrentes enfrentadas pelas mulheres

venezuelanas em acessar as políticas públicas. Nesses atendimentos era possível identificar pelo menos três grupos distintos de mulheres venezuelanas com relação ao seu acesso a serviços, baseando-se na condição de moradia: as mulheres que vivem nos abrigos fornecidos pela “Operação Acolhida” - operação coordenada pelo Governo Federal em resposta ao fluxo venezuelano no Brasil, a ser descrita posteriormente; as mulheres que vivem em moradias alugadas; e as mulheres desabrigadas, em contraposição àquelas que vivem nos abrigos, e que se encontram em situação de rua ou vivendo nas ocupações urbanas. No último grupo, de mulheres venezuelanas 'desabrigadas', percebemos que enfrentavam ainda mais dificuldades para acessar os serviços na cidade.

Além do preconceito e da xenofobia enfrentados pelas imigrantes de maneira geral, as mulheres desabrigadas compartilhavam durante os atendimentos no SJMR outros desafios como, por exemplo, a ausência de comprovante de residência para inscrição nos serviços públicos, a dificuldade em guardar seus documentos devido à ausência de moradia estruturada e a degradação da documentação devido às chuvas, entre outras consequências da ausência ou precariedade de domicílio. Apesar dessas dificuldades de acesso aos serviços de uma maneira geral - por exemplo a exigência de comprovante de moradia para abertura de conta bancária, ou para internação no SUS, inicialmente também exigida quando iniciada a vacinação contra o COVID-19 (mas logo abolida) - os desafios se mostravam especialmente elevados no acesso às políticas de assistência social, representadas nesta pesquisa exclusivamente pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Vários desafios, que foram identificados ou mencionados pelas mulheres ao longo do ano de 2021 durante os atendimentos realizados no SJMR, perpassavam as especificidades da condição de moradia, e somava-se a outras características da realidade de cada migrante. A necessidade de visibilizar esses desafios e de produzir mais informações que possibilitassem melhorias no acesso às políticas sociais de grupos diversos de migrantes foram algumas das inquietações surgidas durante meu trabalho no SJMR e que me conduziram à temática do presente trabalho.

A pesquisa alude unicamente a mulheres, pois na prática representavam mais de 90% das pessoas que procuravam em 2021 o atendimento da área de proteção no SJMR e são as principais titulares da política de assistência social. Embora essa política tenha como público-alvo a unidade sócio familiar, as mulheres são suas principais titulares, como é o caso, por exemplo, do Bolsa Família (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019).

Esta pesquisa baseia-se em uma perspectiva interseccional que visa expor a multiplicidade da articulação de vários eixos de dominação e marcadores sociais, sendo, portanto, um exercício complexo que perpassa a compreensão de subjetividades,

subalternidades e a capacidade de articulação radicalmente crítica (BERNARDINO-COSTA, 2007; COSTA, 2010). A partir desse reconhecimento das diversas relações de poder existentes na sociedade, como gênero, raça, idade, relações Norte-Sul², encontramos a análise interseccional, uma ferramenta analítica que considera que todas essas categorias estão inter-relacionadas e moldam-se umas às outras. Nas palavras de Collins e Bilge (2021, p.16) "a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas". A proposta é de analisar as diversas relações de poder existentes e como elas podem mobilizar as estruturas para vulnerabilizar ou privilegiar distintos grupos no acesso a direitos, no caso as mulheres venezuelanas moradoras de ocupações urbanas e seu acesso à política de assistência social.

Segundo a OIM (2020), 272 milhões de pessoas no mundo de hoje são migrantes internacionais, o que equivale a 3,5% da população mundial. A migração é um fenômeno humano do passado, do presente e do futuro e por isso a importância dos Estados e das políticas públicas pensarem na garantia desse direito.

Em dezembro de 2018, o Pacto Global para Migração foi assinado por 164 países durante a conferência de Marraquexe. A função do pacto é fortalecer o diálogo para que os países compartilhem informações e troquem experiências a respeito de políticas migratórias (CASELLA, 2020). Afinal, o trabalho conjunto dos países é uma premissa para qualquer política sobre migrações, pois ao se falar em imigrações haverá, pelo menos, dois países e/ou seus nacionais envolvidos.

Em se tratando de mobilidade internacional, dois termos são muito comuns. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, s.d), refugiados são pessoas que estão fora do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política (Convenção de 51), como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (Declaração de Cartagena). Essas são as definições trazidas pela Convenção da ONU de 1951 e pela Declaração de Cartagena de 1984. Por outro lado, os/as migrantes, segundo a agência da ONU para migrações, OIM, são pessoas que se deslocaram de seu local habitual de residência, dentro de um país ou cruzando uma fronteira internacional, por várias razões. Por não ser um termo que está definido em legislação internacional, é muitas vezes usado como um termo guarda-chuva.

² A regionalização Norte-Sul substituiu a antiga divisão que se fazia em países do 1º, 2º e 3º mundo. O conceito de Sul do mundo não se refere exclusivamente a geografia, mas sim a uma experiência compartilhada por esses países de exclusão, exploração, genocídio, epistemicídio causadas pelo capitalismo e pelo colonialismo (SANTOS, 2016).

No Brasil, os termos refugiado e imigrante estão definidos em legislação nacional. O refúgio está definido no Estatuto do Refugiado, lei 9.474/97, que reconhece as definições apresentadas na Convenção de 1951 e na Declaração de Cartagena (1984), apresentadas anteriormente. O termo imigrante está definido na Lei de Migração, lei 13.445 de 2017, como “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”. A lei traz ainda outras definições como as de emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida, estando todos contemplados pela Lei de Migração. Verifica-se, assim, o amplo escopo da definição de migrante.

As definições apresentadas anteriormente são conceitos institucionais e normativos da definição de migrante e refugiado, porém, autoras e autores dos estudos de migrações trazem algumas reflexões a respeito desses conceitos. Surgido como instrumento de proteção internacional para as pessoas que sofriam perseguição, o reconhecimento do refúgio tornou-se uma ferramenta de negociação e manipulação político-ideológica. Ao reconhecer alguém como refugiado, o Estado de acolhida acaba por também reconhecer a incapacidade de outro Estado em oferecer proteção a essa pessoa e/ou reconhece a perseguição feita por outro país. Logo, além de gerar conflitos diplomáticos entre os Estados, o reconhecimento do refúgio acabou se tornando uma ferramenta para governos criticarem modelos políticos opostos ao seu (JAROCHINSKI, 2022; CUSTODIO, 2022). Vê-se que, infelizmente, essa foi uma das estratégias políticas do presidente Jair Bolsonaro visando criticar e desmoralizar o governo de Nicolás Maduro. Embora o governo Bolsonaro tenha feito um discurso de acolhida à população venezuelana e tenha facilitado o reconhecimento dessa população como refugiada, retirou o Brasil do Pacto Global das Migrações logo após sua posse e manteve a fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela fechada entre 2020 e 2021, impedindo que pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou solicitantes de refúgio pudessem recorrer a proteção internacional. O uso político do refúgio é uma das armadilhas a que se deve estar atento ao realizar uma pesquisa sobre deslocamentos forçados.

Outro ponto importante tratado por Ceja, Velasco e Berg (2021) é o momento histórico de contradições do capitalismo neoliberal e a abordagem desse contexto que leva à saída das pessoas de seus territórios de origem. Sassen (2016) fala sobre o momento econômico global de aumento da expulsão de pessoas de seus territórios e para os quais não há retorno, visto que esses territórios estão sendo destruídos. As migrações, portanto, ocorrem num amplo contexto de divisão internacional do trabalho, de mobilidade de capital (SASSEN, 2016), refletindo situações que ocorrem fora das fronteiras nacionais (BAENINGER, 2018). Sassen (2016) crítica que esses grupos não devem ser considerados apenas migrantes em busca de

melhores condições de vida, mas pessoas em busca de necessidades essenciais para viver. Buscando evidenciar a situação de expulsão territorial, social e econômica (SASSEN, 2016) que levam as pessoas a se deslocarem, ao invés de sua condição jurídica no país de emigração (imigrante ou refugiado) e englobando inclusive migrações internas aos países, defendendo o uso do termo *deslocamentos forçados* como o mais apropriado.

A discussão deve buscar superar a antiga dicotomia que classifica o ato de migrar apenas conforme a motivação voluntária ou forçada e se preocupar com a contextualização e especificidades da diáspora estudada. Conforme expõem Rossa e Menzes (2018), novas categorias surgiram procurando dar conta da diversidade de situações e mobilizando as categorias já existentes ao agregar outras perspectivas. A linha de separação entre migrantes e refugiados surgiu da diferente motivação que gera sua mobilidade, com o advento do direito do refugiado, em um momento histórico e geográfico específico que foi o período entre guerras europeu. Algumas críticas são postas a essa universalidade que se criou em torno da figura do refugiado deste período, que seria um homem, branco e anticomunista, figura que não contempla o contexto atual principalmente dos deslocados do Sul global (ROSSA; MENZES, 2018). Um exemplo da busca em incluir outras perspectivas e realidades nessa conceituação é a previsão ampliada de refúgio prevista na Carta Africana de Direitos Humanos de 1990, que prevê, por exemplo, a possibilidade de refúgio em razão da violência decorrente de ocupação estrangeira.

Conforme expõem Ceja, Velasco e Berg (2021), à academia cabe tensionar e debater os conceitos em busca de capturar as complexidades das mobilidades migrantes. São solicitantes de asilo, deslocados internos, deportados, detidos, migrantes sem papéis e outras situações de limbos jurídicos. As autoras denunciam que noções estáticas, como de origem e destino tão habituais nos estudos migratórios, não cabem no desafio ontológico de compreender as mobilidades migrantes e de construir uma narrativa do que deveriam ser as políticas migratórias de acolhimento e proteção.

Na América Latina, o atual fluxo venezuelano é considerado pelas Nações Unidas como um fluxo misto. A partir da plataforma Regional de Coordenação Interagencial, conhecida como R4V, uma sigla para "*Responses for Venezuelans*" ou seja, respostas para venezuelanos [tradução livre], busca-se coordenar ações entre a sociedade civil e agências da ONU "voltadas a promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica para esta população, bem como suas comunidades de acolhida" (R4V, s.d). As ações ocorrem sob a liderança da agência da ONU para Refugiados, o ACNUR, e da agência da ONU para migrações, a OIM.

No Brasil, nacionais da Venezuela têm legalmente a possibilidade de requererem a regularização migratória por residência ou refúgio. A residência temporária, e posteriormente a permanente, podem ser requeridas por serem nacionais de um país fronteiriço no qual não está em vigor o acordo de residência do Mercosul e países associados, conforme a portaria interministerial MJSP/MRE de março de 2021. O Brasil reconheceu em 2019 a situação da Venezuela como de grave e generalizada violação de direitos humanos, conforme o conceito ampliado de refúgio presente na Carta de Cartagena (ACNUR, s.d.). Esse reconhecimento coletivo veio, com apoio e pressão da sociedade civil, em um momento propício visando aumentar a proteção e agilizar o processo daqueles que eram colocados na situação provisória de solicitante de refúgio (ROSSA; MENEZES, 2018). Em 2019, 20 mil venezuelanos receberam a concessão coletiva do estatuto de refugiado. O reconhecimento é um avanço em termos de proteção para esse grupo e confere agilidade no processo, porém o viés político do governo brasileiro de Jair Bolsonaro em desmoralizar incessantemente o governo venezuelano também faz parte desse reconhecimento.

Se fosse usado exclusivamente o critério da grave e generalizada situação de direitos humanos, nacionais de outros países também deveriam ser reconhecidos como refugiados, como é o caso dos haitianos, para os quais tal proteção internacional não foi concedida coletivamente. Outro fato que destaca o uso político-ideológico do reconhecimento coletivo do refúgio para venezuelanos foi a retirada do Brasil do Pacto Global de Migrações. Inicialmente assinado pelo Brasil em dezembro de 2018, o país declarou o abandono ao Pacto logo no início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, evidenciando mais uma vez sua posição anti-imigração e que o compromisso do seu governo não é com imigrantes e refugiados (PEREIRA, 2020).

O êxodo populacional da Venezuela para outros países, principalmente para países sul-americanos e no caso específico para o Brasil, iniciou-se aproximadamente em 2014. Neste ano, o fluxo esteve marcado principalmente pela vinda de grupos indígenas e para o estado de Roraima, por ser um estado fronteiriço com a Venezuela (ACNUR, 2021). Somente a partir de 2018 o êxodo migratório em Roraima ganhou mais espaço na agenda pública, com a chegada de diversas organizações não governamentais e de agências das Nações Unidas ao estado.

Em 2018, foi criada a Operação Acolhida com o intuito de, conforme informa o site do governo brasileiro, receber "com dignidade os migrantes e refugiados venezuelanos, fugidos³ da Venezuela, que enfrenta crise político-econômica e êxodo de milhares de pessoas" (BRASIL, 2018). Essa Operação é coordenada pelo governo federal e apesar de ser uma força tarefa composta também por centenas de organizações da sociedade civil e pelas agências das Nações Unidas, evidenciou-se nos últimos anos principalmente o trabalho das Forças Armadas. Apesar do importante papel de segurança e logística desenvolvido pela Força Tarefa, nome dado ao grupo pertencente a Operação, o protagonismo dado às Forças Armadas já foi criticado por vários autores por representarem uma terceirização, e consequente enfraquecimento, de estruturas emergenciais já previstas nas políticas públicas de assistência social (PAIVA, 2020); e a construção de uma securitização das fronteiras disfarçada de humanitarismo militar (VASCONCELOS, MACHADO, 2022).

A “Operação Acolhida” possui três pilares: acolhimento, abrigamento e interiorização. Primeiramente, o acolhimento representado pelo ordenamento da fronteira que organiza documentação, vacinação e controle de entrada. Em segundo lugar, o abrigamento que é a oferta de abrigo, alimentação e WASH⁴ - acesso à água, saneamento e higiene. Em junho de 2021 existiam nas cidades de Boa Vista e Pacaraima 13 abrigos humanitários, que conjuntamente abrigavam 7.498 pessoas (ACNUR, s.d.). E, por fim, a interiorização que é o deslocamento voluntário para outras unidades da federação com objetivo de inclusão socioeconômica (BRASIL, 2018). O público-alvo desta política é especificamente a população venezuelana deslocada, não podendo ser abrigadas ou interiorizadas pessoas de outras nacionalidades.

A respeito das especificidades do fluxo migratório venezuelano no estado de Roraima, é importante fazer algumas considerações. Por se tratar de uma fronteira terrestre seca, sua travessia é marcada por longos deslocamentos terrestres. Em razão da crise econômica que enfrenta a Venezuela, da desvalorização do bolívar (moeda da Venezuela) e da impossibilidade de juntar recursos ou de planejar a travessia, a população com menos recursos financeiros enfrenta comumente dias de caminhada ou depende da boa vontade de motoristas que oferecem carona para realizar as travessias entre suas cidades na Venezuela e Santa Elena de Uairén (cidade fronteira da Venezuela) e entre Pacaraima (cidade fronteira do Brasil) e

³ O uso do termo "fugidos" em um site oficial do governo brasileiro aponta mais uma vez que o foco do governo do presidente Jair Bolsonaro está em criticar o atual governo venezuelano e não no seu compromisso com os tratados internacionais ou com o direito de migrar.

⁴ WASH é o acrônimo para Water, Sanitation and Hygiene - água, saneamento e higiene - e é crítico para vida humana sendo considerado uma prioridade imediata em respostas à crise (tradução livre) (PHAP, s.d)

Boa Vista (capital de Roraima). Esse longo deslocamento a pé por áreas inabitadas, o pernoite na estrada, a escassez de dinheiro, de água e de alimentos e o recorrente fechamento da fronteira entre os dois países acabam por expor essas pessoas ao tráfico de pessoas, à desnutrição, ao aliciamento de menores e à perda ou abandono de seus pertences, entre outras situações de insegurança, desprotegendo especialmente as mulheres, que ficam mais expostas a situações de violência baseada em gênero e sexual (OLIVEIRA, 2021).

Outra especificidade da migração venezuelana é a grande presença de grupos indígenas. Segundo o ACNUR (2022), há mais de 7 mil indígenas venezuelanos em território brasileiro de diferentes grupos étnicos: 70% Waraos, 24% Pemons, 3% Eñepá, 1% Kariña, entre outros. Devido à grande dispersão da população Warao no território brasileiro, há registros desta comunidade em todas as regiões brasileiras e vários estudos a respeito da migração Warao (MOREIRA, 2018; SANTOS, 2019; XAVIER, 2020). Warao significa "povo da canoa", é a segunda etnia mais populosa da Venezuela e, portanto, constituem um grupo étnico bastante diverso. Segundo relatório do ACNUR (2021), a comunidade Warao já sofre com processos de aculturação e deslocamentos forçados internos há bastante tempo. O relatório menciona a conversão à agricultura implementada por missões religiosas entre as décadas de 1910 e 1920; a interferência de projetos desenvolvimentistas como o represamento do Rio Manamo na década de 1960; o grande uso de fertilizantes químicos, a exploração florestal e de petróleo, a proliferação de enfermidades (tuberculose, cólera, HIV) na década de 1990 e o racismo estrutural, que trouxeram graves consequências ecológicas para o território e aceleraram o deslocamento forçado de Waraos para centros urbanos.

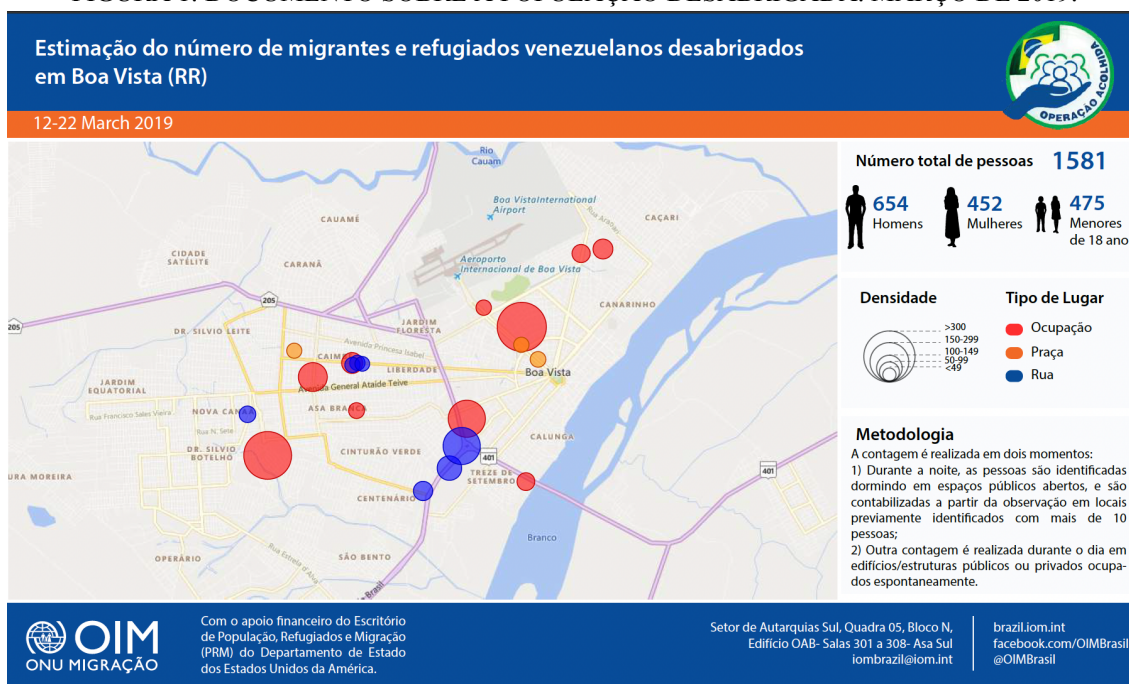
Os Kariña são uma etnia que se encontra presente no Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa e majoritariamente na Venezuela (ACNUR, s.d.). Embora haja menos informações a respeito da população Kariña, por configurarem apenas 1% do grupo de indígenas venezuelanos vivendo no Brasil, o deslocamento dessa população também é permeado por um histórico de degradação ambiental em razão de projetos desenvolvimentistas de exploração florestal, de petróleo e de minério (ARELLANO, 2021; ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS, 2016). Somente as duas etnias, Warao e Kariña, serão mencionadas por se tratar das etnias participantes da pesquisa.

Em 2021, Boa Vista foi a capital com maior taxa de crescimento da população e o estado de Roraima foi o estado brasileiro com o maior aumento percentual de habitantes no país pelo quarto ano seguido (IBGE, s.d.). A população de Boa Vista praticamente dobrou, saltando de 284 mil em 2010, data do último censo, para 413 mil em 2021. Os serviços e a oferta imobiliária da cidade têm dificuldade em conseguir acompanhar esse aumento

populacional. Considerando o contexto de aumento populacional exposto, alguns grupos enfrentam dificuldades de encontrar moradia, seja em razão das condições econômicas, da baixa oferta imobiliária na cidade, da especulação imobiliária que gera altos preços de aluguéis e, no caso dos imigrantes, ainda a xenofobia. Conseqüentemente, há pela cidade um considerável número de pessoas em situação de rua ou que se organizam e estabelecem comunidades em ocupações urbanas em distintas áreas da cidade.

Desde 2019, conforme apresenta a Figura 1, a OIM realiza um levantamento da população desabrigada da cidade. Inicialmente, o informe continha apenas a quantidade de homens, mulheres e menores de 18 anos, a densidade aproximada do grupo, o local e o tipo de lugar em que se encontravam, e apresentava três opções: ocupação, praça ou rua. Em 2019, verifica-se a presença de 1581 pessoas, com presença majoritariamente em ocupações.

FIGURA 1: DOCUMENTO SOBRE A POPULAÇÃO DESABRIGADA. MARÇO DE 2019.



Fonte: OIM, 2019

Desde 2021, os informes da "população venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Roraima" (OIM, 2021) estão mais completos, informando o nome das ocupações, se são espaços públicos ou espaços privados cedidos, trazendo dados desagregados em gênero e idade, divulgando as demandas específicas da população, como quantidade de mulheres grávidas, lactantes, pessoas idosas, e informando sobre o acesso a água, cozinha, luz, educação e trabalho, entre outros. O aprofundamento das informações do relatório demonstra a necessidade de mais dados sobre essa população desabrigada, a complexidade da situação e

indica tratar-se de uma situação que já se alastra por pelo menos três anos (de 2019 a 2022), tendo em vista a data do primeiro relatório disponibilizado no site da OIM e ao qual tive acesso, Figura 2.

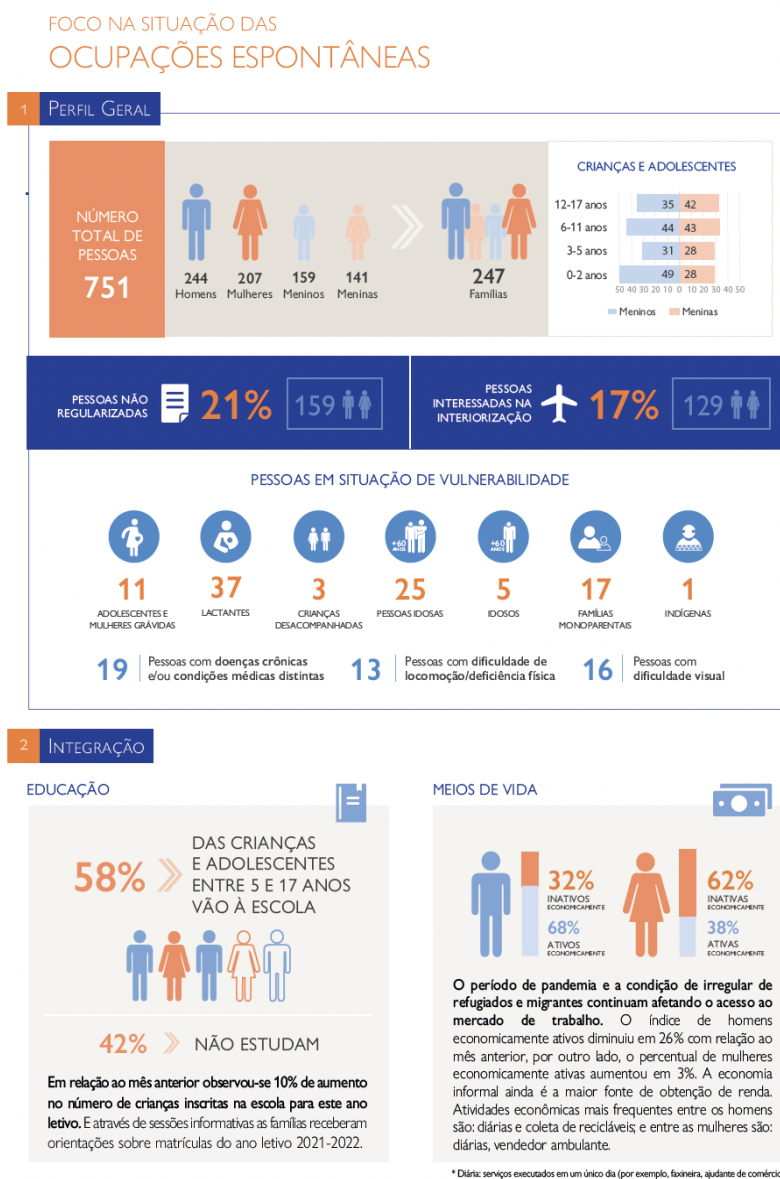
FIGURA 2: DADOS SOBRE A POPULAÇÃO FORA DOS ABRIGOS.



Fonte: OIM, 2021.

Conforme aponta a Figura 3 é possível verificar que em maio de 2021 a maior parte da população desabrigada encontrava-se no espaço da rodoviária e que não havia espaços públicos ocupados. Verifica-se também um maior interesse da população das ocupações em permanecer no estado de Roraima, visto que apenas 17% declararam interesse em interiorizar-se. Constata-se também que a quantidade de mulheres economicamente inativas é praticamente o dobro da de homens economicamente inativos, fato que se pode depreender, entre outros fatores, das responsabilidades domésticas e de cuidado geralmente aferidas às mulheres e que aumentaram no período de pandemia devido, por exemplo, ao fechamento das escolas; da maior dificuldade das mulheres em conseguirem emprego; da maior discriminação e xenofobia sofrida pelas mulheres, vistas muitas vezes como objetos sexuais, entre outros.

FIGURA 3: DOCUMENTO PRODUZIDO PELA AGÊNCIA DA ONU PARA MIGRAÇÕES. MAIO 2021



Fonte: OIM, 2019

1.2 Políticas públicas transversais e intersetoriais: convergências entre a política migratória e a política de assistência social

Devido ao seu vínculo com a questão de nacionalidade e segurança do território, a política migratória esteve ao longo do tempo juridicamente vinculada ao poder executivo em nível federal. A importância da descentralização dessa política, além de superar seu enfoque apenas no cruzamento das fronteiras, está no maior potencial dos governos locais em contribuir para a promoção da cidadania e efetivação da garantia de direitos de imigrantes (PEÑA; OTELO, 2020). Sampaio e Baraldi (2019) também defendem que além da melhor

capacidade dos governos locais por conhecerem as especificidades de suas comunidades, os governos municipais atuam diretamente no local onde pessoas imigrantes se localizam, podendo desenhar políticas mais específicas frente a políticas nacionais padronizadas, um desafio por si só em um país tão vasto e diverso como o Brasil. Para além da discussão sobre políticas nos diferentes níveis federativos, se federais, estaduais ou municipais, há uma ampla discussão sobre se as estratégias de políticas públicas deveriam ser focalizadas, ou seja, específicas para um público-alvo, ou se deveriam ser universais, ou seja, promover um amplo acesso aos serviços (PEÑA; OTELO, 2020).

A primeira iniciativa de política municipal migratória no Brasil nasceu em Porto Alegre em 2000, com a lei municipal 8.593/2000, e tinha como propósito coordenar ações para assistência e integração de pessoas refugiadas (Porto Alegre, 2000). A lei autoriza o Executivo Municipal a realizar convênios necessários para realizar o acolhimento de refugiados em consonância com o Estatuto do Refugiado. Porém, a iniciativa de política municipal migratória mais inovadora e que mais se desenvolveu foi a criação de uma Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) na prefeitura de São Paulo em 2013. Ela foi a primeira a ser criada dentro da estrutura do poder executivo municipal e que tinha como objetivo articular políticas públicas migratórias de forma intersetorial e transversal, portanto, buscando a implementação de uma política migratória em nível municipal que promovesse um acesso universal das pessoas migrantes aos serviços.

A iniciativa em São Paulo de implantar uma política municipal para imigrantes de forma transversal, intersetorial e participativa representou uma proposta pioneira no Brasil e contribuiu para fortalecer as discussões sobre a importância de políticas públicas intersetoriais e transversais e políticas migratórias a nível municipal. A CPMig tinha como um dos princípios balizadores do seu trabalho a estratégia de transversalização da temática migratória, ou seja, que as questões migratórias fossem tratadas transversalmente pelas demais secretarias de educação, saúde e trabalho, e não exclusivamente pela Secretaria de Direitos Humanos a qual a CPMig se encontrava vinculada. Assim como Peña e Oteló (2020), concordo que serviços especializados só devem ser previstos em casos particulares onde haja uma demanda exclusiva ou explícita, como são os casos dos serviços de documentação de regularização migratória e da primeira atenção na chegada ao país. Nos demais serviços, a administração pública deve adaptar-se a fim de prover um serviço acessível a todos e todas.

O termo transversalização foi cunhado oficialmente na IV Conferência Mundial Sobre Mulheres em Pequim em 1995 e falava especificamente sobre a transversalização de gênero. Na definição do Conselho Econômico Social das Nações Unidas a transversalização é:

O processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia com dimensão integral desde a concepção, implementação, monitorização e avaliação de políticas e programas, em todas as esferas políticas, econômicas e sociais. Atende às preocupações e experiências de mulheres e homens, para que sejam beneficiados e beneficiadas com equidade, de forma a que a desigualdade não seja perpetuada (INEE, 2010, n.p.).

Segundo Silva (2011), a transversalização busca incorporar públicos ou temas específicos em todas as camadas, através de todo o ciclo de uma política pública. Assim como os desafios de conseguir pensar as políticas públicas considerando as transversalidades de gênero e raça, ou seja, como uma política afetará as pessoas de acordo com seu gênero e raça, a transversalização das migrações deve impulsionar as políticas a pensarem o acesso de refugiados, retornados, apátridas, entre outros grupos de migrantes, às políticas e serviços, de forma que todos tenham suas especificidades consideradas e possam acessar igualmente os serviços.

Na definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), a transversalização pressupõe que haja uma ação intersetorial e a criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisões para que haja sinergia entre os órgãos e a população. Enquanto a transversalidade busca incorporar um tema ou um público em todas as áreas, a intersetorialidade é o trabalho articulado de diversos setores a fim de enfrentar questões multifatoriais. O desafio é grande, porém é uma estratégia de incorporar múltiplas questões na busca da resposta a problemas complexos (SILVA, 2011).

Conforme apontam Warschauer e Carvalho (2014), as políticas públicas devem buscar superar a fragmentação das estruturas sociais e do conhecimento visando alcançar respostas mais completas e significativas para os problemas sociais. Na busca por superar essa fragmentação, Silva (2011) aponta que as ações intersetoriais são uma estratégia importante de novos modelos organizacionais, menos setorializados, propondo uma gestão mais integrada de políticas sociais e buscando resoluções mais eficazes. Seguindo esse raciocínio, defendo que as políticas públicas para população de imigrantes e refugiados sejam intersetoriais, pois a intersetorialidade apresenta-se como um meio para que essa população seja incluída em todas as políticas públicas, contribuindo para que seja alcançado um atendimento universal em áreas como saúde e educação, mas que considere as especificidades do grupo a ser atendido.

A política de assistência social é um exemplo de estrutura para a política migratória: uma política implementada em vários níveis, em colaboração a nível federal, estadual e

municipal e que possui forte caráter intersetorial. Com relação aos níveis federativos, é de responsabilidade da União formular e coordenar as políticas de assistência social, enquanto estados e municípios são responsáveis por sua implementação. Com relação à intersectorialidade, conforme apontam Soares e Cunha (2016) a assistência social busca diálogo com outras políticas para garantir que os mínimos sociais sejam alcançados pelo seu público-alvo. Como parte do tripé de seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, representadas pelo SUS e pelo INSS, as ações de assistência social devem ser pensadas, executadas e (re)planejadas conjuntamente com outras áreas, garantido de fato um diálogo entre os setores.

Devido à impossibilidade temporal do mestrado em realizar uma pesquisa mais ampla que incluísse diversas políticas estatais, tomou-se a decisão de selecionar apenas uma política pública que é a política de assistência social. Devido a seu caráter intersetorial, espera-se que a análise da política de assistência social possibilite verificar também o acesso das mulheres e a transversalidade de migrações a outras políticas públicas. Por exemplo, o acesso ao benefício da Bolsa Família, que possui como condicionante a presença escolar de crianças e adolescentes, vinculado à política pública educação e a verificação de cartão de vacinação atualizado, assim como à saúde, possibilitam uma análise do acesso das mulheres a outras duas políticas públicas. Conseqüentemente, embora não seja o enfoque desta pesquisa, será possível perceber se a política migratória ainda está limitada somente à esfera federal ou se já há um maior envolvimento e participação dos entes subnacionais. A seguir, apresentarei os conceitos da interseccionalidade entre gênero, raça, etnia e nacionalidade e a importância de conhecer esses marcadores sociais para analisar o acesso aos serviços.

2 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma vez exposto o contexto da migração venezuelana em Roraima e as políticas abordadas nesta pesquisa, retrato a seguir o diálogo teórico entre migrações, interseccionalidades e colonialidade do poder. A partir de autoras e autores do Sul global, comprometidos em mudar a lógica eurocêntrica de pensar a (i)migração, exponho algumas reflexões de como compreender a migração para além da perspectiva do Estado e desde uma perspectiva focada nas sujeitas migrantes. Em seguida, disserto sobre a ferramenta da interseccionalidade como instrumento para pensar as identidades sobrepostas que vivem as mulheres do Sul global. Conjuntamente destaco o conceito de translocalização que trata da importância de situar o deslocamento das identidades de acordo com espaço e o momento concreto. Esses conceitos contribuem para situar contextualmente os desafios de acesso às políticas e as interseccionalidades que perpassam as mulheres migrantes.

Em seguida, apresento os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres venezuelanas que vivem ou viveram em ocupações espontâneas em Boa Vista. Início pela apresentação da metodologia utilizada para elaboração das categorias de análise, a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2012). Em seguida, explico os critérios para seleção das comunidades e das participantes e, por fim, exponho os quadros que organizam as respostas das entrevistadas visando estruturar os dados na direção dos objetivos da pesquisa.

2.1 As fronteiras físicas e subjetivas: migrações e interseccionalidade

Migrar é um direito humano reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o seu próprio e a este regressar" (UNICEF, s.d.). Partindo da constatação da migração como um direito humano, analistas de políticas públicas têm o desafio de pensar no imigrante e seu acesso às políticas públicas. Buscarei 'migrar' para uma lógica que centralize a imigrante como sujeita de direitos, analisando como as políticas públicas podem contribuir para o acesso a direitos e superar a lógica utilitarista que resume a imigração a dados estatísticos, mão-de obra barata e cruzamento de fronteiras - algo muito frequente quando pensamos a política migratória apenas em nível federal.

Pensar o acesso a serviços públicos por pessoas imigrantes nos traz várias reflexões sobre a formação do Estado e as percepções acerca da identidade nacional, pois discutir o

acesso de imigrantes às políticas públicas é uma forma de derrubar as barreiras dos espaços que, nas visões nacionalistas, pertencem "somente aos nacionais". Sayad (2010), esse sociólogo das migrações, aborda a dialética da identidade e alteridade que a questão do nacional e do não nacional apresentam para pensar o Estado. Sayad expõe como as definições de imigração e a emigração só podem ser conceituadas dentro da lógica do Estado, a qual seria a única maneira atualmente legitimada internacionalmente de reconhecer uma comunidade. Enquanto para o Estado a imigração é a presença no território nacional de não-nacionais e a emigração é a ausência dos nacionais no território nacional (SAYAD, 2008). Por outro lado, desde uma perspectiva com enfoque no sujeito, o imigrante e o emigrante são dimensões de um mesmo fenômeno, partes de uma mesma história de vida (SAYAD, 2010).

Pensar a imigração é um importante exercício para a sociologia do Estado e para quem pensa políticas públicas para grupos sub-representados, pois denuncia uma verdade desconfortável: a de que a discriminação faz parte da natureza constitutiva do Estado (GIL ARAUJO, 2010). A categoria política do imigrante só existe devido à existência do próprio Estado, pois, sem fronteiras, sem Estado, não haveria imigrantes (SAYAD, 2008). Outro ponto importante é que para além de sua estrutura burocrática, de vistos e fronteiras físicas, o Estado também apresenta uma estrutura mental, que cria e educa os cidadãos a utilizar divisões sociais, como a de nacionais e não nacionais (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021). Frente à ideia constitutiva de Estado-nação que é formada por um povo, ou seja, um grupo populacional teoricamente homogêneo, o imigrante representa uma quebra, uma presença alheia, um *Outro*. Nesse processo de *outrificação*⁵, é convertido em sujeito social subalterno, que só existe na definição daqueles que são legitimados, nesse caso os nacionais (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021).

As críticas a esse nacionalismo metodológico contribuíram para o surgimento da perspectiva transnacional no estudo de migrações. A perspectiva transnacional busca superar a visão reducionista da migração como apenas o cruzar de fronteiras, uma mobilidade focada nos Estados e em políticas de controle e trabalho, para concebê-la como fato social total, buscando reconhecer as diversas relações que também atravessam essas fronteiras, relações históricas, familiares, econômicas, políticas, religiosas (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021). Ademais, a perspectiva transnacional procura localizar os fluxos migratórios em seu contexto histórico, expondo seu vínculo com questões coloniais e capitalistas (ARAÚJO, 2010). A mobilidade não é resumida a um movimento entre Estados,

⁵ A outrificação foi o processo de construção dos povos a partir do olhar do colonizador europeu do qual alguns autores pós-coloniais tratam, mais especificamente (BHABA, 1998).

mas entendida dentro de seu contexto global do capitalismo e do colonialismo e, portanto, um movimento que tensiona as estruturas, podendo em algumas situações representar um "comportamento coletivo de fuga, rejeição ativa e subjetiva de um nível de exploração, subdesenvolvimento e submetimento" (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021).

Ao abordar a migração enquanto um fenômeno global, localizado dentro das relações históricas entre os países, expõem-se as vinculações entre capitalismo e colonialidade que incidem sobre as correntes migratórias. Devido às relações hierárquicas entre as nações, o imigrante submete-se a uma dupla subalternidade: a de ser 'estrangeiro' e a de ser migrante de um país "subdesenvolvido". Sayad (1998) expõe que na prática não são as definições e condições jurídicas, como por exemplo a de refugiado ou residente, que vão definir a condição do migrante e sim as relações desiguais - sejam elas política, econômica, cultural - entre os países (o de emigração e de imigração). Essa desigualdade está muito presente nas relações de nacionais brasileiros com os imigrantes a depender de seu país de origem, raça e/ou etnia.

No contexto latino-americano, conforme exposto por Quijano (2019), a colonialidade do poder exerce influência em todas as esferas sociais, políticas, econômicas, afetando inclusive as relações de nacionais com a população imigrante. A colonialidade do poder é o padrão de poder que se instaurou no período da colônia e que não se rompeu com a independência dos países latino-americanos. Trata-se do sistema de poder mundial capitalista e eurocêntrico que se fundou na ideia de raça para naturalizar os colonizadores como superiores aos colonizados e que designou as formas não assalariadas de produção para os grupos racializados tidos como inferiores (BOTELHO, 2013). Essa divisão racial do trabalho perpetua a desvalorização de trabalhos manuais em contraposição a trabalhos "intelectuais" e reserva essa posição a pessoas brancas. Ao constatar-se essa realidade ainda presente no Brasil, verifica-se que a colonização do trabalho nunca foi superada. Consequência disso é a desvalorização do trabalho de pessoas imigrantes que vêm de países ex-colônias, pessoas negras e indígenas, submetidos à lógica da inferiorização frente a imigrantes de países do Norte global ou pessoas brancas.

Outro efeito da colonialidade do poder, conforme apresenta Bernardino-Costa (2007), é a perpetuação da ideia da América Latina como descendente exclusivamente de europeus, presente no próprio nome dado à região. Essa maior identificação da população branca latino-americana com a Europa e a ausência de interesses comuns entre as populações indígenas, negra e branca, ao mesmo tempo que representa uma quebra na ideia de nação como formada por um grupo homogêneo de pessoas com mesmo idioma, cultura etc., constrói

uma narrativa de identidade nacional baseada somente nas heranças europeias e, portanto, embranquecedoras da história brasileira e latino-americana em geral (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Feita essa contextualização de poder mundial e das sociedades latino-americanas, partimos para as reflexões de como os marcadores sociais interagem nesse contexto e território. Diversas autoras como Lugones (2007), Anzaldúa (2000) e Magliano (2015) expõem que somente conseguimos tornar visível a intersecção às quais a maior parte das mulheres do Sul global estão submetidas ao analisar conjuntamente gênero, raça, classe, nacionalidade e outros marcadores sociais. Essas marcas coloniais da diferença se apresentam como fator preponderante para a subalternização⁶ do Sul global (ASSIS; RIBEIRO; FERNANDES, 2017). A partir do questionamento sobre as consequências de estar no entre-lugar de vários marcadores sociais, Anzaldúa (2000) fala sobre as fronteiras físicas, sociais e os hibridismos e a mestiçagem presentes nas zonas fronteiriças, no seu caso, a explosiva zona fronteiriça entre Estados Unidos e México. Tensionando a incessante busca por uma certa homogeneidade, inclusive entre aqueles que fazem parte de um mesmo grupo social, a interseccionalidade questiona a busca por generalizações. Expor a multiplicidade da articulação de vários marcadores sociais é um exercício complexo que perpassa a compreensão de subjetividades, subalternidades e a capacidade de articulação radicalmente crítica (BERNARDINO-COSTA, 2007; COSTA, 2010).

Ao abordar a articulação de vários marcadores sociais ou a sobreposição de opressões, Collins e Bilge (2021, p.16) sinalizam que a interseccionalidade "investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana". Os marcadores sociais, portanto, devem ser considerados dentro de um marco espacial e temporal concreto, específico, alertando que categorias raciais, nacionais, étnicas, entre outras possuem significados diversos em distintos contextos (ANTHIAS, 2005; MAGLIANO, 2015). Consequentemente existirão diversas formas da interseccionalidade a apresentar-se, dependendo do universo sócio-histórico estudado. Essa conclusão também implica reconhecer que grupos sociais podem apresentar ao mesmo tempo potencialidades e exclusões, bem como entender que um sujeito pode ocupar ao mesmo tempo posições diferentes, sendo em

⁶ Spivak (2010) expõe que os subalternos são construídos a partir dos discursos dominantes, que no caso do Sul global, foram construídos a partir da academia europeia que se coloca como um sujeito neutro, sem determinação geopolítica. É justamente essa falsa neutralidade que faz com que o ponto de vista europeu seja "o verdadeiro".

alguns momentos de subordinação e em outros momentos de dominação (COSTA; ÁVILA; 2005).

Na mesma linha, Anthias (2005) alerta que há uma tendência a se pensar o gênero desconectado de outras categorias e que gênero deve ser analisado sempre racializado, sempre atravessado por classe e assim sucessivamente. A autora alerta que utilizar gênero como categoria analítica não deve servir apenas para pensar as relações sociais entre homens e mulheres, mas inclusive para pensar as relações das mulheres entre si. Em termos de políticas públicas, a autora critica as políticas que pensam exclusivamente a transversalização de gênero. Para apoiar as análises interseccionais, Anthias apresenta o conceito do translocalizacional que é o deslocamento da nossa identidade de acordo com a localização e o momento concreto. A proposta, em convergência com o exposto anteriormente, é ressaltar que a mutabilidade e a multiplicidade de situações que enfrentamos podem nos colocar em situações diferenciadas, até mesmo contraditórias, e que as noções de pertencimento e identidade não são fixas, podendo mudar em diferentes momentos da vida. Essa percepção não procura negar as questões estruturais, mas alertar que essa localização muda em distintos contextos e ao longo da vida (ANTHIAS, 2005). Esse é um conceito bem interessante quando pensamos nas migrações, pois alguns marcadores sociais podem ser entendidos diferentemente nos países de emigração e imigração.

Como uma das correntes teóricas de maior destaque nos estudos feministas, a perspectiva interseccional apresenta um excelente horizonte para discutir gênero e migrações, como nos estudos realizados por Piscitelli (2008) e Herrera (2012). Durante a revisão bibliográfica, percebeu-se que os estudos pós-coloniais, produzidos majoritariamente por intelectuais de ex-colônias britânicas e francesas, já possuem uma trajetória e ampla produção na qual englobam a questão migratória. Muitas autoras e autores vinculados a linha de estudos pós-coloniais vivenciaram a migração geralmente na França, Inglaterra ou Estados Unidos da América, e abordam as interseccionalidades entre migração, raça e as relações entre os países Norte-Sul, dos quais são exemplos a produção das autoras Brah (2011) e Spivak (2010).

A interseccionalidade apresenta-se, portanto, como uma proposta teórico-metodológica que analisa as relações de poder entre as diferentes posições histórica, territorial e contextualmente situadas (MAGLIANO, 2015). Como mencionado anteriormente, a interseccionalidade também critica as tentativas de generalização inclusive dentro de um mesmo grupo social. Nesta pesquisa, procurei distanciar a ideia da generalização da experiência de mulheres migrantes e focar na especificidade do local de moradia, no caso, as mulheres migrantes venezuelanas que vivem em ocupações urbanas, o

qual se mostra um fator de grande diferencial no acesso a direitos quando comparado a outros grupos de imigrantes, como os que vivem nos abrigos da Operação Acolhida.

Existe uma vasta bibliografia sobre o direito à cidade que toca em temas relevantes para esse estudo como a importância da moradia para garantia de acesso a direitos, à especulação imobiliária nas cidades, lutas urbanas, cidadania e justiça de gênero, entre outros (ROLNIK, 1999; HARVEY, 2012; FALU, 2014; DE OLIVEIRA; CARNEIRO, 2022;). Porém, devido às limitações temporais, essa pesquisa não irá se aprofundar no tema. Reconhece-se a importância de pensar a cidade para discutir o acesso às políticas públicas, bem como as diferentes formas de se vivenciar a cidade a partir das interseccionalidades dos marcadores sociais. Pontuada essa limitação, trago somente o conceito de ocupação urbana a fim de restringir o público-alvo da pesquisa de campo. As ocupações são feitas em prédios ou terrenos vazios, de pertencimento público ou privado, e visam transformar uma área vazia em moradia digna para quem precisa (BOULOS, 2012). De acordo com os art. 5 e 170 da Constituição Federal Brasileira (1988) toda propriedade deve cumprir uma função social, e por isso, que as ocupações de terrenos ou prédios ociosos são legítimas e juridicamente legais no Brasil.

2.2 “*Echoando las voces de las Marias*”: Entrevista semiestruturada e seleção das participantes

Para conhecer e analisar os desafios enfrentados pelas mulheres venezuelanas que vivem em ocupações urbanas, decidi pelo uso de entrevistas semiestruturadas. Acredito ser o melhor método para esse contexto, pois a entrevista semiestruturada permite alcançar uma profundidade e detalhes de informação a partir da sua flexibilidade de adentrar em novos temas que emergem durante a entrevista (VERD; LOZARES, 2016), tendo em vista especialmente que os pontos relativos à recriação da realidade social dessas mulheres na Venezuela e sua inserção no Brasil podem variar bastante.

Ademais, conhecer os desafios a partir das experiências e perspectivas das próprias mulheres visa centrar a análise nas mulheres migrantes, fortalecendo uma análise migrante-cêntrica e não estado-cêntrica. Essa estratégia está alinhada com a proposta de ampliar o alcance das vozes de sujeitos subalternos, bem como de garantir participação social nas políticas públicas. A finalidade é que as beneficiárias expressem sua opinião sobre os serviços e programas, seus desafios para acessá-los, analisem sua utilidade e pesem em que

medida tais programas e serviços contemplam as suas necessidades (HOFBAUER; VINAY; 2012).

Visando alcançar tais propósitos, foi realizada uma pesquisa de campo pautada na epistemologia qualitativa. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP através da Plataforma Brasil, com aprovação sob o parecer 5.377.577, conforme apêndice C.

Com o roteiro de entrevista (Apêndice A) procuro compreender o itinerário epistemológico (AVALLONE; MOLINERO, 2021) das mulheres entrevistadas, sua realidade socioeconômica na Venezuela, o processo migratório, seu estabelecimento em Boa Vista, nas ocupações, e o processo de acesso às políticas do CRAS. Entender esses processos enquanto um “*continuum*” é uma forma de superar a separação fictícia entre a emigração e a imigração, reconhecer o poder de agência e a autonomia dessas mulheres migrantes (AVALLONE; MOLINERO, 2021).

Com relação à análise das informações obtidas, a primeira fase de pré-análise desenvolveu-se a partir da organização do material das entrevistas. As entrevistas foram transcritas na íntegra e, em seguida, as respostas foram sintetizadas nos quadros apresentados a seguir, contemplando os seguintes pontos: identificação racial, formação, família, emprego na Venezuela, vinda ao Brasil, estabelecimento em Boa Vista, estabelecimento na ocupação, primeiro contato com o CRAS, experiência com o CRAS, percepção do atendimento enquanto mulheres imigrantes e sugestão de melhorias. Para os casos em que houve comentários a respeito, destaquei também possíveis impactos da pandemia do COVID-19 no processo de acesso ao CRAS. Esses pontos procuraram condensar as respostas da entrevista semiestruturada e direcionar para o objetivo da pesquisa, contribuindo para a preparação do material (BARDIN, 2016)

Na sequência, foi feita a exploração do material para a criação das categorias de análise. As categorias foram criadas com base em palavras ou ideias repetidas ou em referência às situações que causaram mais impacto no acesso das mulheres ao CRAS. Posteriormente, foram agrupadas em torno de um conceito, a partir dos referenciais teóricos mencionados na primeira seção. Finalmente, os termos e conceitos foram agrupados em torno de categorias intermediárias, conforme Quadro 1, que contemplam todas as categorias iniciais e os conceitos trazidos pelos referenciais teóricos (BARDIN, 2016). Por último, foram determinadas as duas categorias que, por estarem correlacionadas ao objetivo desta pesquisa, serão utilizadas na análise das entrevistas. Essas categorias são a de interseccionalidades e a intersetorialidade dos serviços, conforme quadro a seguir.

Com relação aos critérios metodológicos para selecionar as ocupações e as participantes, um dos critérios na seleção das entrevistadas foi que as mulheres tivessem tido contato anterior com o CRAS, ou seja, procurado alguma vez esse serviço, para que existisse uma experiência a ser relatada sobre o acesso. Com relação aos serviços, considerando que a rede de assistência social da cidade de Boa Vista é composta por sete CRAS, com a parceria do SJMR, procurei ocupações em diferentes áreas da cidade de maneira a evitar áreas de abrangência de um mesmo CRAS. Porém, como a maior parte das ocupações da cidade encontra-se no centro, área de abrangência de um único CRAS, não foi possível atender a esse critério. Mesmo assim, o objetivo de contemplar diferentes serviços foi alcançado, pois quatro CRAS foram mencionados ao longo das entrevistas, ou seja, mais da metade dos serviços. A menção a vários serviços ocorreu devido às mudanças de moradia das mulheres ou das estratégias encontradas para conseguir acessar esse serviço.

QUADRO 1: CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categorias iniciais	Conceito suldeador⁷	Categoria constituída
Discriminação racial	Raça e etnia	Interseccionalidades: sobreposição de marcadores sociais
Mercado de trabalho, responsabilidades domésticas e de cuidado delegadas exclusivamente às mulheres, maternidade	Desigualdade de gênero	
Não-nacional processo de migração, tráfico de pessoas, adaptação, relatos de xenofobia	Não-nacional	
Acesso à documentação migratória	Intersetorialidade	Intersetorialidade de serviços para acessar a assistência social
Acesso à escola		
Acesso ao SUS		
Acesso ao programa Bolsa Família/Renda		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O contato com as mulheres entrevistadas teve início por meio das comunidades com as quais o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) estava trabalhando no período de realização da pesquisa. Uma das escolhas metodológicas inicialmente era a de entrevistar somente duas mulheres por ocupação, visando evitar um enviesamento por parte das experiências de cada ocupação. Porém, ao surgir a oportunidade de entrevistar duas mulheres indígenas que haviam morado na mesma ocupação de duas outras entrevistadas, decidi

⁷ Em oposição a expressão "norteadora", essa pesquisa busca dar direção desde as perspectiva migrantes do Sul global, portanto, fez-se uso da expressão "suldeadora" no sentido de "dar um sul", encaminhar em direção ao sul, orientar desde uma perspectiva subalterna.

prosseguir com as entrevistas, por considerar que apesar de terem vivido na mesma ocupação, tiveram experiências diversas enquanto mulheres indígenas e não-indígenas.

Para fazer uma primeira aproximação com a comunidade e identificar mulheres que atendessem aos critérios, acompanhei uma atividade da equipe de proteção do SJMR em uma ocupação. A partir dos diálogos realizados entre o psicólogo comunitário do SJMR e uma das mulheres da ocupação, foi possível identificar que ela já havia estado no CRAS e, assim, cheguei até a primeira entrevistada, Josefina. Destaco que os nomes de todas as entrevistadas foram substituídos por pseudônimos a fim de preservar suas identidades.

A segunda entrevistada, Gladys, residente da mesma ocupação que Josefina, foi indicada pela liderança da ocupação. Foi informado à liderança que seria interessante entrevistar uma mulher que fosse maior de 65 anos ou que tivesse um familiar com deficiência. Esse critério buscou considerar os perfis que são encaminhados para o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁸.

Petra, a terceira entrevistada, foi diretamente indicada por meio da área de proteção do SJMR. Ela é a líder de uma comunidade de aproximadamente 20 famílias que adquiriram conjuntamente um terreno após serem despejados da ocupação onde viviam no ano de 2021 (PETRA, 2022). Seguindo a metodologia da bola de neve (VINUTO, 2014), Albany, a quarta entrevistada, é moradora da mesma comunidade e foi indicada por Petra.

As quinta e sexta entrevistadas, Norima e Yarelis, também foram indicadas a partir do trabalho de acompanhamento das ocupações urbanas desenvolvido no SJMR. Recebi a indicação para entrevistar duas mulheres indígenas migrantes, das etnias Warao e Kariña, que viveram em uma ocupação, despejada em 2021, na mesma região da ocupação das entrevistadas Petra e Albany e, conseqüentemente, eram ou deveriam ser atendidas pelo mesmo CRAS. Apesar de serem atendidas pelo mesmo serviço, levando à redução na variedade de serviços contemplados pela pesquisa, conforme mencionado anteriormente, o fato de contemplar uma maior diversidade das experiências das mulheres migrantes foi analisado como um fator de enriquecimento para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em locais indicados pelas próprias mulheres, visando manter um ambiente o mais confortável possível para as entrevistadas. As primeiras duas entrevistas foram realizadas na ocupação; as entrevistas três e quatro foram realizadas no terreno adquirido pela comunidade; e as entrevistas cinco e seis foram realizadas na casa de

⁸ De acordo com art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social, o BPC "é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família" (BRASIL, 1993)

uma das mulheres entrevistadas. Dada a simplicidade de todos esses espaços, levei sempre comigo duas cadeiras dobráveis, a fim de criar um espaço confortável para as entrevistas, bem como copos e café, com a finalidade de proporcionar um momento de quebra-gelo e aproximação com as entrevistadas.

Pela experiência de trabalhos anteriores realizados nas ocupações, tenho ciência de que é uma boa prática dialogar com a liderança da ocupação a respeito de qualquer atividade a ser realizada no local e/ou com moradoras das ocupações. Sendo assim, fiz um contato prévio com as lideranças das ocupações ou da comunidade informando a respeito da entrevista e da finalidade da pesquisa. As lideranças também estiveram presentes durante a realização das entrevistas. Inclusive, uma das mulheres entrevistadas é líder em uma das comunidades. Com relação ao idioma, as entrevistas foram realizadas em espanhol e não encontrei dificuldade na comunicação com as participantes. Pontuo também que todas as participantes já residem no Brasil há pelo menos um ano, de forma que nos poucos momentos em que houve incompreensão de alguma expressão ou palavra no espanhol, logo foi feita a tradução para português pelas próprias participantes ou pelas líderes que as acompanhavam, cessando rapidamente as dúvidas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para a fase de análise. Os perfis das seis participantes estão descritos conforme Quadro 02:

QUADRO 2: CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Identificação	Idade	Autodeclaração racial	Estado de origem na Venezuela	Migração prévia dentro da Venezuela	Formação	Ano de chegada ao Brasil
Josefina	27	Parda	Distrito Capital - Caracas	Sim	Ensino médio completo + profissionalizante	2016
Gladys	44	Branca	Distrito Capital - Caracas	Sim	Ensino médio completo	2020
Petra	39	Parda	Monagas	Não	Ensino médio completo + profissionalizante incompleto	2019
Albany	34	Preta	Monagas	Sim	Ensino médio completo	2019
Norima	32	Indígena Warao	Delta Amacuro	Sim	Graduada em turismo e educação	2019

Yarelis	45	Indígena Kariña	Anzoategui	Não	Graduada em ciências policiais	2018
---------	----	-----------------	------------	-----	--------------------------------	------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Observa-se que todas as mulheres têm entre 27 e 46 anos, ou seja, estão em idade economicamente ativa. Com relação à declaração racial, conforme os critérios do IBGE, duas se declararam indígenas, três negras (soma de pretas e pardas) e uma branca. As duas mulheres indígenas entrevistadas são as únicas com ensino superior. A maioria migrou internamente na própria Venezuela previamente à vinda ao Brasil, indicando processos de deslocamentos internos anteriores à migração internacional.

Como se pode observar no Quadro 3, os relatos revelam que nenhuma das mulheres conseguiu manter sua trajetória profissional da Venezuela no Brasil, tendo todas mudado sua área de atuação, com exceção de Norima, que recentemente conseguiu voltar a trabalhar para organizações internacionais. Foram elencados todos os trabalhos realizados logo da chegada no Brasil e também o trabalho atual desempenhados pelas seis mulheres no Brasil, no qual identifiquei a recorrência do trabalho como catadora de material reciclável, com exceção de Yarelis. Essa reincidência indica a função de catadora como uma das principais ou únicas possibilidades de trabalho para esse grupo. Outro fator comum ao grupo é que todas, com exceção de Norima, encontram-se atualmente desempregadas ou trabalhando por diárias pontuais.

Com relação à vinda para o Brasil, identifiquei nos relatos de todas a ausência de um desejo espontâneo de mudar-se da Venezuela. Os relatos das entrevistadas expõem que os motivos de sua saída da Venezuela impuseram-se por questões estruturais: a falta de comida, a falta de condições financeiras, a violência generalizada ou por questões políticas. Encontram-se, portanto, conforme exposto por Sassen (2016) no limite sistêmico, sendo expulsas dos diversos sistemas econômico, social e ambiental, a considerar, especialmente no caso das entrevistadas indígenas, o histórico de degradação socioambiental sofrido por essas comunidades. Com relação à escolha pelo Brasil, sublinho a grande influência das redes sociais nessa escolha. Todas as participantes já tinham um(a) conhecido(a) na cidade de Boa Vista antes de migrar, indicando a influência das redes transnacionais nesse processo (PORTES, 2004).

Todas as entrevistadas têm filhos. Com relação à idade dos filhos, decidi destacar as faixas etárias da seguinte maneira: menores de 6 anos; maiores de 6 anos e menores de 18 anos ou maiores de 18 anos. Essa divisão foi feita para destacar as idades de acordo com a demanda educacional, os menores de 6 anos que poderiam ir a creche, maiores de 6 anos e

menores de 18 anos para escola fundamental ou média e os maiores de 18 os quais não tem obrigatoriedade legal de frequentar um estabelecimento escolar. Na subseção sobre intersetorialidade ao se abordar o acesso à política de educação serão mencionadas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para encontrar vagas no sistema educacional, o qual, questionavelmente, serve como justificativa para barrar seu acesso ao Cadastro Único (CadÚnico).

QUADRO 3: OUTROS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PROCESSO MIGRATÓRIO

Identificação	Trabalho prévio a migração	Trabalhos no Brasil	Se quis vir ao Brasil/ Motivação de sair da Venezuela	Motivação para escolha do Brasil	Estado civil	Filho/as
Josefina	Comerciante, cabeleireira, manicure, Ministério de Habitação	Vendedora de arepas Catadora de material reciclável Desempregada	"Não queria"	Conhecia alguém	Casada	2: maiores de 6 e menores de 18 anos
Gladys	Trabalhos temporários e pontuais	Catadora de material reciclável Faxineira pontual	"Escolhi por equívoco, creio"	Sua filha e netos já viviam em Boa Vista	Solteira	3: maiores de 18 anos
Petra	Trabalhadora social da prefeitura	Catadora de material reciclável Desempregada	Por questões políticas e pela situação econômica	"Eu vim um mês para ver... e fui ficando, ficando, e ainda estou"	Casada	2: maiores de 6 e menores de 18
Albany	Atendente em um mercado	Catadora de material reciclável Desempregada	Medo dos roubos que estavam ocorrendo as casas	O marido tem uma tia que já vivia em Boa Vista. Nos outros países, Colombia e Peru, ouviam falar de muita discriminação	Casada	2: menores de 6 anos
Norima	Desempenhou diversas funções: professora, guia de turismo,	Catadora de material reciclável Consultora para	Estava desnutrida [...] "não tinha para comer"	Recebia notícias de que no Brasil [...] havia boas condições de	Solteira	1: filha maior de 6 e menor de 18

	organizações internacionais indígenas	organizações internacionais		vida, que havia muito dinheiro, muita comida		1: sobrinha maior de 18
Yarelis	Policial	Desempregada	Pela situação econômica	Tinha uma conhecida	Solteira	1: maior de 6 e menor de 18 1: maior de 18 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

No Quadro 4, apresento os dados a respeito do contato das mulheres com o CRAS e suas primeiras impressões.

QUADRO 4: RELAÇÃO COM O CRAS

Identificação	Documentação o migratória: quanto tempo e onde fez	CRAS de abrangência (segundo a região da cidade)	Atendimento no CRAS	Como ouviu falar do CRAS pela primeira vez	Quanto tempo demorou para ir ao CRAS após chegar a Boa Vista
Josefina	3 meses Polícia Federal	CRAS 2	1a vez: Bom 2a vez: Renovação – Ruim	De uma vizinha	2 anos
Gladys	Direto na fronteira em Pacaraima	CRAS 4 CRAS 2	1a vez: Regular 2a vez: Bom	Da filha mais velha que já vive no Brasil	2 anos
Petra	3 meses Demorou por falta da certidão de nascimento das filhas	CRAS 3 CRAS 1	1a vez: Ruim 2a vez: Ruim	"Era um boom entre os venezuelanos"	3 meses, porém faltava documentação.
Albany	5 meses Conseguiu através dos militares da Operação Acolhida	CRAS 3 CRAS 1	1a vez: Regular 2a vez: Ruim	Através de outras mães na escola da filha	4 meses, porém logo começou a pandemia
Norima	Direto na fronteira em Pacaraima	CRAS 3	1a vez: Muito ruim 2a vez: Ruim	De outra mulher warao que vivia na mesma ocupação	3 meses
Yarelis	Fez assim que chegou no Instituto de	CRAS 4	1a vez: Boa 2a vez: Muito boa	Da amiga venezuelana que a recebeu	3 meses

	Migrações e Direitos Humanos			quando se mudou	
--	------------------------------	--	--	-----------------	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A rede de Centros de Referência em Assistência Social em Boa Vista é composta por sete serviços organizados por áreas de abrangência localizados nos seguintes bairros: Nova Cidade, Pintolândia, Centenário, Silvio Leite, São Francisco, Cauamé e União (BOA VISTA, 2021). Para não identificar os serviços, nem expor as ocupações que se encontram nas áreas de abrangência dos serviços, os nomes dos CRAS foram substituídos por uma numeração. Dessa maneira, foi possível realizar uma análise que identificasse quando houvesse menções a um mesmo CRAS por parte das entrevistadas.

A documentação de regularização migratória, ou seja, o visto seja como residente ou o pedido de reconhecimento de refúgio costuma ser uma das primeiras preocupações das pessoas imigrantes ao chegarem ao Brasil, visando regularizar sua situação documental. Embora a Lei de Migração estabeleça em seu art. 4º, §1º, que os direitos e garantias previstos na lei migratória independem da situação documental migratória, verifico na prática a impossibilidade de acessar qualquer serviço sem Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, na maior parte dos serviços, o CPF deve ser acompanhado da documentação de regularização migratória.

Nenhuma das entrevistadas relatou ter tido seu acesso à regularização migratória afetado pela COVID-19, especificamente no período entre 2020 e 2021 durante o qual a fronteira estava fechada, pois haviam entrado no país anteriormente. Duas delas mencionaram ter regularizado sua documentação logo em seguida à entrada no país, ainda na cidade fronteiriça de Pacaraima, destacando o grande fluxo de trabalho existente para regularizar a situação de todas as pessoas que atravessaram a fronteira nos anos de 2019-2020. Josefina relatou ter enfrentado problemas com sua autorização de entrada logo na fronteira, e deve-se destacar aqui o fato de que ela entrou no ano de 2016, logo no início do fluxo intenso na fronteira, e previamente à chegada de organizações internacionais e da federalização da resposta humanitária.

Com relação ao tempo que levaram para conhecer ou ouvir falar do CRAS, as participantes levaram em média de três a quatro meses para tomarem conhecimento a respeito desse serviço. Percebo duas exceções: Josefina, que chegou no início do fluxo migratório em 2016 e, portanto, não encontrou nenhuma estrutura ou fluxo de informações adaptado para imigrantes; e Gladys, que chegou no início de 2020 e, portanto, teve sua adaptação no Brasil

fortemente impactada pela COVID-19, e conseqüentemente pelas medidas de isolamento e redução da oferta dos serviços do CRAS durante a pandemia, o que infere-se, interferiu no tempo para conhecer o CRAS.

Diante disso, foi possível perceber que o CRAS é um serviço bastante conhecido pela população venezuelana e difundido dentro dessa comunidade. Essa conclusão é reforçada pelos relatos das mulheres que compartilharam que conheceram o CRAS através de outras conterrâneas. Com exceção de Josefina, que conheceu o CRAS através de uma vizinha brasileira, e em um período de ainda pouca imigração para Roraima, e de Albany, que conheceu por meio de mães brasileiras na escola de suas filhas, as outras quatro entrevistadas conheceram a partir de suas redes sociais venezuelanas: filha, amiga, companheira de ocupação. "Quem me falou foi... uma senhora Warao que me disse⁹" (NORIMA), demonstrando que as informações a respeito do CRAS eram de fato um "boom entre os venezuelanos" (PETRA).

As primeiras impressões dos atendimentos nos CRAS foram bem diversas entre as entrevistadas. Um terço relatou um bom primeiro atendimento, enquanto o outro terço avaliou como regular, e, por fim, as demais analisaram como inapropriado o primeiro atendimento recebido. Josefina contou que: "Eu disse que eu vinha para me cadastrar e isso e me atenderam muito bem¹⁰". Gladys também narrou que: "Verdade, me trataram bem e me fizeram perguntas e isso. Isso... tudo... tudo normal, pois, tudo normal¹¹". Já Petra nem considera sua primeira vez no CRAS como um acesso ao serviço pois disse que antes mesmo que ela entrasse no serviço lhe perguntaram sobre a documentação e já a informaram que "Não, não pode participar ainda porque suas filhas não estão estudando¹²". Albany relatou que: "Na verdade o atendimento... não gostei do atendimento! Não sei se era porque estavam discriminando os venezuelanos...¹³" e compartilhou sobre a maneira ríspida que foi atendida. Ela relatou que a funcionária do serviço lhe disse: "Deixa eu trabalhar, tem que trazer tudo junto aqui, os papéis organizados, tudo! Por favor, saia!¹⁴". Norima revelou que também não se sentiu bem atendida e que nesse mesmo dia percebeu que "era difícil" realizar a inscrição do CRAS, mencionando a necessidade da documentação da inscrição escolar das crianças e que nesse tempo a maioria das mulheres indígenas com filhos em idade escolar não tinha

⁹ *Me habló fue... una señora Warao que me dijo.*

¹⁰ *Yo le dije que yo venía para cadastrarme y eso y me atendieron muy bien.*

¹¹ *Verdad, me trataron bien y me hicieron preguntas y esto. Este... todo... todo normal, pues, todo normal.*

¹² *No, no puedes participar todavía porque tus hijas no están estudiando.*

¹³ *De verdad el atendimento... ¡no me gustó el atendimento! porque no sé si era que estaban discriminando a los venezolanos.*

¹⁴ *Deixa eu trabalhar, tem que trae todo junto ahí, papeles en regla, todo! Por favor, retírese.*

conseguido matriculá-los na escola ou creche. Por fim, Yarelis apresentou uma situação diferenciada. Ela informou que foi bem atendida, "tudo rápido". Ela contou com o apoio da sua colega que já morava em Boa Vista e, portanto, enfrentou menos desafios com a comunicação. Porém também relatou que nessa época sua filha não estava estudando e não lhe foi pedido o comprovante escolar de sua filha. Portanto, embora sua filha não estivesse na escola, esse não foi um impedimento para realizar a inscrição no Cadastro Único, ponto que será aprofundado posteriormente.

A análise da qualidade do atendimento variou bastante inclusive quando se tratava de um mesmo serviço. Dessa divergência na percepção da qualidade de um mesmo serviço, infere-se o diferente tratamento despedido por distintos funcionários, situação presente no relato de Petra sobre sua segunda ida ao CRAS:

Ela mesmo, que tinha me tratado mal da vez passada, Deus colocou ela para me tratar bem. Na vez seguinte, mas na seguinte, e então ela mesmo me ajudou [informando que eu poderia ficar para ser atendida por um funcionário da tarde] [...] E me atendeu e me cadastrou muito bem fizeram.... fizeram meu cadastro e eu vim embora¹⁵ (PETRA).

A mudança de funcionários também foi um fator percebido pelas entrevistadas e que pode afetar a qualidade dos serviços. Josefina relatou que: "Eu creio que mudam as pessoas. Não eram os mesmos que eu via, que tinham estado, eram outros [...]"¹⁶.

O Quadro 05 traz mais alguns dados sobre a relação das mulheres com os CRAS. Identifiquei uma diferença no tempo de resposta dos benefícios conforme os anos de inscrição no Cadastro Único de cada entrevistada. Josefina e Yarelis são as únicas entrevistadas que recebem algum tipo de benefício do CRAS, especificamente o Bolsa Família (BF), e são as que estão no Brasil há mais tempo. Enquanto Josefina, que realizou seu Cadastro Único no ano de 2018, levou três meses para receber um retorno a respeito do Bolsa Família, Yarelis, que se cadastrou em 2019, levou um ano para receber o retorno. As demais entrevistadas ou não conseguiram realizar seu Cadastro Único ou, quando conseguiram, não obtiveram retorno ou seguimento do CRAS. Elas procuraram o CRAS em 2020 e/ou 2022, pois durante o ano de 2020-2021 o CRAS esteve fechado para novos cadastros em razão da pandemia.

Um dos desafios encontrados para inscrição de moradoras(es) de ocupações no CRAS identificado durante a minha experiência profissional no Serviço Jesuíta a Migrantes e

¹⁵ *Ella misma, que me había tratado a la vez pasada mal, Dios la puso a ella que me tratara bien. La siguiente, pero siguiente, y entonces ella misma me ayudó [informando para esperar e tentar ser atendida nas vagas da tarde] [...] Y [el funcionario da tarde] me atendió y me cadastro muy bien y me hicieron mi... me hicieron mi cadastro y yo me viene.*

¹⁶ *Yo creo que a las personas las cambian. No estaban los mismo que yo via, ya habia sido, estaban otros [...].*

Refugiados (SJMR) era a necessidade de apresentação de um comprovante de residência. Como moradoras sem acesso a luz e água, contrato de aluguel ou moradia própria, elas geralmente não possuíam nenhum dos documentos comumente utilizados para comprovar seu local de residência o que, implicitamente, coloca o acesso à moradia como um requisito para o acesso ao CRAS. Cada uma das entrevistadas utilizou uma estratégia diferente de como contornar essa exigência. Duas entrevistadas utilizaram o comprovante de residência de pessoas conhecidas: vizinho, amiga, empregador. O uso do comprovante de residência de conhecidos acarretou que essas mulheres se inscrevessem em uma moradia que não a sua, muitas vezes omitindo informações importantes sobre o seu verdadeiro local de moradia, a realidade da ocupação e as limitações de acesso ao saneamento básico, além de fazer com que tivessem se inscrito em um CRAS que não necessariamente o de abrangência da sua moradia. Outra solução encontrada por uma das entrevistadas foi o uso de uma multa que havia recebido no momento da construção do barraco no terreno público. Por fim, três entrevistadas utilizaram declarações feitas por lideranças da comunidade reconhecendo que elas e as famílias moravam no local declarado, as quais foram aceitas pela equipe do CRAS.

QUADRO 5: DESAFIOS DE ACESSO AO CRAS

Identificação	Em que ano foi ao CRAS e quanto tempo demorou para receber um retorno	Intersetorialidade: Relação com outros serviços que afetaram o acesso ao CRAS	Comprovante de residência
Josefina	2018 Demorou 3 meses para receber retorno Recebe Bolsa Família	Não houve nenhuma referência	Uma multa
Gladys	2022 Ainda não teve retorno	Tem uma filha com deficiência mas não consegue acessar o serviço de saúde para ter a documentação brasileira do diagnóstico.	1º CRAS: Conta de luz do vizinho 2º CRAS: conta de luz de um amigo e empregador
Petra	2020. 2022. Ainda não teve retorno	A falta de documentação, a falta de inscrição das filhas na escola, o fechamento do CRAS em razão da pandemia.	A declaração da líder da associação de vizinhos
Albany	2022 Ainda não teve retorno	Até hoje não conseguiu fazer o Cadastro Único pois tem um filho de 6 anos e não há vagas na creche.	A declaração da líder da associação de vizinhos
Norima	2020 Nunca recebeu benefício	Sofreu xenofobia na tentativa de inscrição da filha na escola, o que acarretou um ano e meio	A declaração da líder da ocupação reconhecida em cartório

		de atraso no acesso da criança a escola	
Yarelis	2019 Demorou um ano para receber retorno Recebe Bolsa Família	Não houve nenhuma referência	O comprovante de residência da colega que a recebeu quando chegou.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3 INTERSECCIONALIDADES: A SOBREPOSIÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS

Conforme mencionado na seção anterior, a interseccionalidade busca evidenciar como o encontro entre eixos estruturantes de poder, como gênero, raça, classe e nacionalidade, encontram-se produzindo privilégios ou marginalização, incentivos ou coações para os grupos que se encontram nessas intersecções. A interseccionalidade nos possibilita destacar as interconexões entre múltiplos eixos e, portanto, visibilizar as experiências das mulheres migrantes moradoras de ocupações urbanas para acessar as políticas públicas.

Nessa pesquisa são abordados os marcadores sociais de gênero, raça, etnia, nacionalidade e classe por terem ficado evidentes nos relatos das entrevistadas. Esses marcadores, portanto, devem ser definidos a partir do contexto e da circunstância empírica analisada, não devendo necessariamente ser limitados aos eixos aqui selecionados.

Outro ponto importante é que uma análise de gênero deve ser sempre racializada, bem como uma análise sobre raça deve ser sempre generificada e assim por diante. Isso posto, a divisão apresentada a seguir foi feita visando apenas facilitar a leitura do(a) leitor(a), mas destaco que cada marcador destacado foi análise sob a luz dos demais.

3.1 Considerações sobre raça e etnia

Início a análise a partir da localização das diferentes percepções raciais e étnicas nos contextos brasileiro e venezuelano. As possibilidades de declaração racial nos institutos de estatística do Brasil e Venezuela são diferentes conforme apresentarei a seguir. Conforme imagem a seguir (Figura 4) retirada do site do *Instituto Nacional de Estadística* (2011), a pergunta sete do último censo venezuelano orienta que as pessoas respondam baseadas em seus "traços físicos, ascendência familiar, cultural e tradições", se se consideram negra, afrodescendente, morena, branca, ou outro.

Evidencio a diferença com relação ao censo brasileiro que no questionário, conforme imagem a seguir (Figura 5) retirada do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), pede que complementem a seguinte afirmativa "a sua cor ou raça é", oferecendo as seguintes opções de resposta: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

FIGURA 4: QUESTIONÁRIO DE DECLARAÇÃO RACIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA.

4. ¿PERTENECE A ALGÚN PUEBLO INDÍGENA O ETNIA?

Sí → ¿Cuál? _____

No → **Pase a pregunta 7**

Para Personas de 3 Años o Más Haga las Preguntas 5 y 6. Personas Menores de 3 Años Pase a Pregunta 8

5. QUÉ IDIOMA(S) HABLA:

ADMITE MÁS DE UNA RESPUESTA

El idioma de su Pueblo Indígena o Etnia ¿Cuál Otro idioma habla? _____

Castellano _____

Otro idioma _____

6. ¿SABE LEER Y ESCRIBIR EL IDIOMA DEL PUEBLO INDÍGENA O ETNIA AL CUAL PERTENECE?

Sí → **Pase a pregunta 8** ← No

7. SEGÚN SUS RASGOS FÍSICOS, ASCENDENCIA FAMILIAR, CULTURA Y TRADICIONES SE CONSIDERA:

Negra/Negro Blanca/Blanco

Afrodescendiente Otra, ¿Cuál? _____

Morena/Moreno

Fonte: XIV Censo Nacional de Población y Vivienda (INE, 2011)

FIGURA 5: QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

4 IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (PARA TO

4.01 A SUA COR OU RAÇA É:

1 - BRANCA

2 - PRETA

3 - AMARELA

4 - PARDA

5 - INDÍGENA

Se 4.01 igual a 5, passe para 4.03

Se (área indígena) e (quesito 4.01 diferente de 5), siga para 4.02

Se (área quilombola) e (quesito 4.01 diferente de 5), passe para 4.06

Se (área não indígena e não quilombola) e (quesito 4.01 diferente de 5) e (idade menor ou igual a 5 anos), encerre o bloco e siga para 5.01

Se (área não indígena e não quilombola) e (quesito 4.01 diferente de 5) e (idade maior que 5 anos), encerre o bloco e passe para 6.01

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

O censo venezuelano utiliza os termos *negro*, *afrodescendiente* e *moreno* que também não são utilizados no censo brasileiro. Podemos, porém, sugerir que *negro* e *afrodescendiente* seriam os equivalentes a preto no Brasil, enquanto *moreno* seria um equivalente a opção pardo. É importante pontuar que devido ao racismo fortemente presente na sociedade brasileira, que muitas vezes leva pessoas a se declararem pardas ao invés de pretas, e às convergências dos dados sócio-econômicos entre pretos e pardos no Brasil, decidiu-se pela classificação conjunta desses dois grupos como população negra (PAIXÃO, 2005). Com relação aos equivalentes no censo venezuelanos, permanecem em aberto algumas questões como, por exemplo, por que a diferenciação entre “*negro* e *afrodescendiente*” na Venezuela?

E como se identificam as comunidades indígenas venezuelanas nessa pergunta, visto que não há um equivalente para a opção indígena do questionário brasileiro?

Outra diferença importante é que o censo brasileiro coloca a auto identificação a partir de uma afirmativa qual seja, "a sua cor ou raça é", não fazendo referência à ascendência familiar. Esse é um ponto importante no Brasil para que as pessoas diferenciem a ascendência familiar da autopercepção e/ou de como são percebidas socialmente. Considerando, por exemplo, as políticas de cotas raciais existentes no país, uma pessoa branca não pode alegar ascendência negra ou indígena para ter acesso a essas políticas. Para acessá-las, a pessoa deve perceber-se negra ou indígena; e ser percebida por bancas de heteroidentificação ou por uma comunidade indígena como pertencente àquele grupo racial ou étnico (SILVEIRA, 2019). O que o censo venezuelano define como traços físicos seria, portanto, o elemento mais relevante na auto identificação brasileira do que a ascendência familiar. Essa diferenciação na conceituação é importante e visa evitar desvios e irregularidades nas políticas públicas de reparação histórica voltadas à população negra e indígena.

Outra diferença com relação ao censo brasileiro é que a declaração étnica no censo venezuelano aparece separadamente, ou seja, independentemente da pergunta sobre "traços físicos, ascendência familiar, cultural e tradições" (INE, 2011, tradução livre). Conforme a imagem do INE (2011), apresentada anteriormente, a pergunta quatro questiona sobre o pertencimento a algum povo indígena ou etnia. Essa separação da autodeclaração racial e étnica abre espaço para entendimentos diferentes a respeito da declaração étnico-racial que se tem no Brasil e na Venezuela. Uma das principais diferenças é que após identificar-se como indígena na pergunta quatro do censo venezuelano, a pessoa, a partir do critério de seus "traços físicos, ascendência familiar, cultural e tradições" (INE, 2011, tradução livre), conforme questão sete, deve se identificar como negra, afrodescendente, morena, branca ou outra. Essa separação no censo venezuelano indica que uma pessoa deve se identificar como indígena e negra; indígena e afrodescendente; indígena e morena; indígena e branca ou indígena e outro. A declaração étnica aparece, portanto, independente da declaração racial. Por outro lado, no Brasil, uma pessoa identifica-se apenas como indígena, não cabendo outra declaração étnico-racial.

Em uma breve análise, verifica-se que o histórico e a experiência venezuelana de declaração racial é bastante distinta da brasileira. A identificação dos povos indígenas em censos na Venezuela iniciou-se em 1982, enquanto a declaração como "afrodescendente" foi discutida apenas em 2007 (NACIONES UNIDAS, 2009) e incluída apenas no censo de 2011, último censo realizado a nível nacional (INE, s.d.). No Brasil, em seu primeiro censo em

1872, existiam as opções de declaração como "branco, preto, pardo e caboclo". Embora a opção "preto" esteja presente há bastante tempo no censo brasileiro, seu significado social mudou ao longo do tempo (PETRUCCELLI, 2013). Iniciado sob um forte predomínio de doutrinas racistas, foi transformado ao longo do tempo fruto da mobilização histórica do movimento negro e institutos de pesquisa. Em 2014, pela primeira vez, a população brasileira declarou-se majoritariamente negra, uma soma dos declarados pretos e pardos. O aumento da população negra no Brasil ocorreu em razão de uma maior identificação da população, e consequente autodeclaração, com esse grupo populacional (IBASE, 2019).

A autodeclaração está diretamente vinculada à consciência étnico-racial da população, a questões de identidade nacional e ao preconceito racial fortemente presente nas sociedades latino-americanas. Essa é uma análise fundamental para pensar política migratória local, ou o acesso de imigrantes a políticas públicas, no Brasil por dois motivos. Primeiramente, para impedir que se repita o histórico racista de políticas migratórias de branqueamento que existiram no Brasil no início do século XX (PETRUCCELLI, 2013). Em segundo lugar, o acesso a dados e indicadores sociais da população imigrante que possuam a declaração racial é fundamental para elaboração de diagnósticos situacionais desses grupos, contribuindo para a elaboração de políticas públicas (IBASE, 2019). Inclusive, possibilitando análises interseccionais entre nacionalidade e raça.

Após essa análise contextual, aponto as respostas apresentadas pelas entrevistadas com relação à autodeclaração racial. As entrevistadas que se declararam branca e parda apresentaram dúvidas na pergunta sobre autodeclaração racial. "Eu creio que eu sou parda, indo para negra¹⁷", declarou Josefina, decidindo por declarar-se parda. Destaco, portanto, complexidades com relação à compreensão do termo parda, o que pode dar-se pela falta do seu equivalente em espanhol, mas também pela dubiedade em torno do próprio termo, muitas vezes utilizado como uma forma de suavizar o racismo presente na sociedade brasileira.

Já Glayds, que se declarou branca, apresentou mais dúvidas na hora da autodeclaração:

De verdade não sei como, como, como, que cor é minha pele? Assim... porque... é uma, como a gente chama... é loura, aqui loura, loura, verdade? Loura que é *catira*, loura. Eu acredito que sou assim, porque não creio que... não sou tão branca também. Ou seja, não, branca não, branca é você, eu acredito que você é mais branca que eu¹⁸ (GLADYS).

¹⁷ *Yo creo que soy parda por ahí, tirando a negra.*

¹⁸ *De verdad no sé cómo, cómo, cómo, ¿qué color es mi piel? Así... Por qué... Es un como a nosotros nos llama, es loura, aquí loura, loura, ¿verdad? Loura que es catira, rubia. Me creo que soy así, porque no creo que... no soy ni tan blanca ni tan... O sea, no, blanca no, blanca eres tu, yo creo que tú eres más blanca que yo.*

Destaco que a reflexão da entrevistada a respeito de sua autodeclaração racial perpassou ponderações sobre o fenótipo, em referência à cor dos cabelos, e à comparação com outras pessoas, no caso, a entrevistadora. Ao final, decidiu declarar-se branca. Evidencio, portanto, a presença de dúvidas entre as entrevistadas que se declararam branca e parda.

A única entrevistada que se declarou preta, o fez com convicção e utilizando-se de termos em português para fortalecer essa percepção. "Eu me considero prrrreeeta, pretinha"¹⁹. O uso da palavra *pretinha*, utilizada em português em referência ao diminutivo de preta, infere uma identidade fortalecida dentro do Brasil. O uso do termo brasileiro, remete ao conceito do translocalizacional apresentado por Anthias (2005) para abordar os deslocamentos da identidade de acordo com a localização e o momento concreto, indicando uma forte noção de pertencimento a esse grupo vinculada a experiência brasileira.

Entre as entrevistadas indígenas, não houve dúvidas no momento da autodeclaração. As entrevistadas não tiveram dúvidas sobre o seu pertencimento aos povos indígenas e de sua etnia. Vale ressaltar que ambas entrevistadas trabalharam e moraram em áreas urbanas na Venezuela. Eis um ponto importante para sinalizar, visto a discussão que existe no Brasil sobre o acesso a políticas públicas para povos indígenas nas cidades e nas aldeias. Os povos indígenas no Brasil têm direito ao acesso à saúde e à educação especializado, o qual visa reconhecer e respeitar a organização sociocultural dos povos indígenas. Porém, apenas a população indígena que vive em aldeias têm acesso a esses serviços - direito este que é questionado pela população indígena que vive nas cidades. É preciso reconhecer que a população indígena brasileira, assim como a população indígena venezuelana, sofreu diversos processos de expulsão e deslocamentos internos. As cidades se constituíram ou cresceram chegando às aldeias e, portanto, essa população encontra-se tanto na área urbana quanto rural do país.

O censo brasileiro do ano 2000, por exemplo, apresentou em comparação ao censo anterior de 1990 um aumento de 20% da população indígena residente em área urbana e demonstrou a existência de migrações internas dos povos indígenas, como comprovado pelo dado de que 30% da população indígena do Sudeste era de outras regiões do Brasil (GUIRAU; SILVA, 2013). A ausência de políticas públicas para a população indígena urbana dá-se devido à errônea percepção que se tem no Brasil de que "não há indígena na cidade", deslegitimando os indígenas que vivem nos centros urbanos enquanto indígenas. A inexistência de políticas públicas nas cidades que possibilitem a continuação de práticas culturais, do aprendizado do idioma e história indígena, de um acesso à saúde que respeite as

¹⁹ Yo me considero prrrreeeta, *pretinha*.

especificidades socioculturais de cada povo contribui para o etnocídio das populações indígenas nas áreas urbanas. Na contramão dessa percepção social e de uma realidade de políticas públicas que invisibilizam as comunidades indígenas urbanas no Brasil, no caso das entrevistadas, elas mantiveram seu idioma materno, danças e outras tradições culturais do seu povo vivendo nas cidades na Venezuela.

Para além da declaração racial das participantes, que afeta a maneira como essa pessoa é percebida e recebida pelo país de acolhida, é importante pontuar que no contexto de migrações globais as migrantes do Sul global são sempre vistas como pessoas racializadas, ou seja, não brancas. Isso ocorre pois as migrantes do Sul global não se encaixam no escopo cultural, biológico e social eurocêntrico, ou seja, sob a ótica imposta pelo colonizador e o eurocentrismo. Essa é uma das heranças do colonialismo que estruturou o mundo sob a falta de reconhecimento de grande parte da humanidade, despojada de suas possessões culturais, intelectuais e materiais. Essa é uma das faces da colonialidade do poder operante nos dias atuais e que perpetua a ideia de inferiorização das culturas e dos povos do Sul global. A partir de critérios eurocêntricos, estabeleceu-se essa hierarquia racial, definindo os não-europeus como corpos não-brancos (BIDESCA, 2010). Infelizmente, essa perspectiva hegemônica se reproduz inclusive entre os países do Sul global. Segundo Silva (2022):

As populações pertencentes aos países do Sul Global são vistas como racializadas e, muito embora o Brasil ocupe esse espaço geopolítico, a sociedade brasileira acaba por reproduzir essa lógica perversa, discriminando e violando os direitos de imigrantes e refugiados (SILVA, 2022, p. 112).

Nesse sentido o Brasil, apesar de também estar inserido subalternamente nas hierarquias mundiais, também reproduz essa lógica social de ver imigrantes do Sul global como sujeitos subalternos, enquanto vê imigrantes do Norte global como sujeitos propulsores do desenvolvimento. A subalternidade dos imigrantes está nessa conexão das histórias locais com as estruturas de poder mundiais representadas pela colonialidade do poder (RODRIGUEZ, 2009).

Nessa mesma linha, destaco que nem todo "estrangeiro" é percebido como imigrante. O entendimento do imigrante parte da uma condição social assumida, em realidade imposta, a essa pessoa na estrutura hierárquica da sociedade de acolhida (ALVES, 2015). E essa posição será pré-estabelecida a partir de diversos critérios como a nacionalidade, a condição socioeconômica e a cor da pele. Por isso, nacionais de alguns países estão mais propensos que outros a serem definidos como imigrantes. Algumas situações corriqueiras as quais o/a

imigrante é enquadrado são de categorização desse sujeito como uma ameaça. São exemplos a criminalização da imigração; a força de trabalho que deve ocupar apenas certos tipos de trabalhos permitidos ao imigrante e muitas vezes rejeitados pelos nacionais. Essa estigmatização, fortemente influenciada pelo colonialismo, recai majoritariamente sobre os imigrantes do Sul global, as pessoas negras e indígenas.

Após uma análise que perpassou os entendimentos de raça e etnia entre Brasil e Venezuela, a percepção racializada e subalterna do imigrante do Sul global e a percepção do imigrante enquanto uma condição social construída a partir de critérios de nacionalidade e raça/cor, procuro visibilizar como as categorias de raça e Sul global se entrelaçam nos estudos de migrações. Portanto, há um entendimento de que migrantes do Sul global são sempre vistos como racializados, ou seja, não brancos, Outros e subalternos. Porém, não devem ser todos entendidos como uma categoria uniforme e heterogênea de não-brancos. Haverá diferenças nas percepções e nos tratamentos recebidos para as mulheres pardas, negras, indígenas, ciganas, muçulmanas entre outras intersecções que se destacam de acordo com cada contexto estudado, conforme veremos nas análises ao longo das interseccionalidades e no acesso a serviços. A seguir, trarei algumas reflexões sobre como o gênero racializado intervém nas trajetórias das mulheres entrevistadas.

3.2 Classe e trabalho: formação educacional, mercado de trabalho, renda, maternidade, trabalhos domésticos e de cuidado

Com relação à formação educacional, entre as cinco entrevistadas, somente as duas entrevistadas indígenas fizeram graduação, ou seja, Ensino Superior. Desse fato pode-se inferir dois pontos: o fortalecimento das políticas públicas na Venezuela voltadas para a população indígenas e um maior apoio da comunidade no que se refere aos trabalhos de cuidado compartilhados. A consideração a respeito de políticas públicas para povos indígenas faz-se a partir de um relato de Norima que diz:

Na Venezuela trabalhei em uma Fundação que se chamava Infocentro, graças a isso foi que eu estudei[...] com uma bolsa de trabalho. Trabalhava meio período e meio período estudava, era um benefício do governo Chávez (NORIMA)²⁰.

²⁰ *En Venezuela trabajé en una Fundación que se llamaba Infocentro, que gracias a eso fue que estudié [...] con una beca trabajo. Trabajaba medio tiempo y medio tiempo estudiaba, era un beneficio del gobierno de Chávez.*

Ela expõe, portanto, que só pode permanecer na universidade devido às bolsas de permanência e às políticas públicas de moradia que alcançaram seus pais e permitiram que ela tivesse uma moradia na cidade.

Em relação ao mercado de trabalho, para discorrer a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres indígenas migrantes, é preciso retomar o contexto da cidade e do estado por onde chegaram no Brasil. Roraima é proporcionalmente o estado com a maior população indígena do país. Dos 631 mil habitantes, 50 mil se declaram indígenas (FOLHABV, 2021), sendo Boa Vista a quinta cidade com maior população indígena urbana absoluta (IBGE, 2010). É também o estado com maior proporção de terras indígenas (TI) reconhecidas. Segundo os dados do censo de 2010, somente a TI Yanomami reunia 5% de toda população indígena do país (G1, 2013). Infelizmente esses dados não impedem que a população indígena sofra discriminação e seja constantemente ameaçada e atacada no estado, conforme mostra, por exemplo, o relatório "Yanomami sob ataque" (ISA, 2022). As constantes investidas contra a população indígena contribuem para que a população indígena e imigrante sofra ainda mais discriminação e enfrente mais dificuldades para sua inserção social.

As mulheres indígenas venezuelanas enfrentam mais dificuldades para se recolocar no mercado de trabalho por serem submetidas aos estigmas impostos à população indígena e à população imigrante venezuelana. Essa interseccionalidade das opressões fica evidente na fala de Norima que relatou que "foi muito difícil conseguir um trabalho". Primeiro, eu digo porque éramos venezuelanos e segundo porque somos indígenas²¹(NORIMA). Apesar da sua qualificação acadêmica e profissional, a condição social imposta como imigrante indígena dificultou seu acesso ao mercado de trabalho. Ela informou que chegou a desistir de buscar trabalho, primeiro porque já não tinha expectativas e segundo por não receber nenhum retorno:

Não tinha nem esperança de conseguir um trabalho, já nem era mais essa a ideia, porque eu tinha entregado meu currículo por todos os lados e nunca tinha conseguido nada, de nenhuma instituição, por nenhuma organização, nada. Então, já tinha tirado essa ideia da cabeça²² (NORIMA).

Yarelis, da etnia Eñepa, embora tenha 21 anos de experiência laboral, também expôs a dificuldade para acessar o mercado de trabalho. Ela relatou que:

²¹ *Fue muy difícil acceder a un trabajo. Primero, yo digo porque éramos venezolanos, y segundo porque somos indígenas.*

²² *No tenía ni esperanza de conseguir un trabajo, ya no era esa idea, porque había entregado mi currículum por todas partes y total que nunca había conseguido nada por ningún lado, por ninguna institución, por una organización, nada. Entonces ya había sacado esa idea de mi cabeza.*

Bom, como todos os migrantes [estava] procurando trabalho. Porque de verdade que é muito difícil. Bem, como você já sabe, as pessoas são preparadas e isso faz ser difícil. Porque, você sabe que isso [os diplomas, a experiência de trabalho] não é válido ainda (YARELIS)²³.

Ela mencionou a dificuldade que imigrantes encontram para revalidar seus diplomas universitários e para fazer valer suas experiências laborais anteriores. Percebo que há uma presunção nacional de desconfiança a respeito das experiências profissionais anteriores dos imigrantes, como se seu currículo e/ou sua palavra não fosse confiável ou então sua experiência em outro país fosse inválida. Há excesso de burocracia voltado a grupos específicos de imigrantes, de quem não se presume confiabilidade. Eles devem provar sua qualificação, seus dados, sua inocência. Como já pontuado anteriormente, essa não é a experiência de qualquer imigrante, mas daqueles imigrantes que são colocados na "condição social de imigrante", ou seja, a localização social que é determinada principalmente aos imigrantes do Sul global, imigrantes negros e indígenas.

Com relação ao mercado de trabalho para as mulheres não indígenas, relatos sobre as dificuldades de conciliar formação educacional e trabalho com os trabalhos domésticos e de cuidado aparecem com frequência. Uma vivência recorrente nos relatos desse grupo de mulheres é a respeito da dificuldade de permanecer ou continuar, seja nos estudos ou no trabalho, após tornar-se mãe. Albany relatou:

Para ser sincera? Não, não, não procurei trabalho assim, de verdade, assim, assim, eu tenho muita vontade de trabalhar, mas aí meu marido diz "quem vai cuidar deles [das crianças] para você? Aonde você vai deixar eles?"²⁴(ALBANY)

Destaco desse relato a presença da unilateralidade da responsabilidade do cuidado com as crianças, inclusive no que se refere à responsabilidade de procurar e acessar um local de cuidado, que no caso seria a creche, como se pertencesse exclusivamente à mãe. Assim, apesar do desejo de Albany em trabalhar, ela precisa desempenhar primordialmente sua função como cuidadora.

Na mesma linha, quando questionada a respeito de sua formação, Josefina declarou que "fiz curso de polícia. Não acabei, mas sim fiz. Quando estava prestes a acabar, fiquei

²³ *Bueno, como todos los migrantes [estaba] buscando trabajo. Porque de verdad que es muy difícil. Bueno, como ya tú sabes, uno es preparado y esto se nos hacía difícil. Porque, tú sabes, que eso [los diplomas, la experiencia de trabajo] no es válido aquí todavía.*

²⁴ *¿Para ser sincera? No, no, no he buscado trabajo así, si de verdad sí, sí, me da muchas ganas de trabajar, pero entonces mi esposo dice, "quién te los va a cuidar a ellos, ¿dónde tú los vas a dejar?"*

grávida e não... não terminei"²⁵. Petra expôs que "quis continuar estudando depois que... depois que tive minhas filhas, quis seguir uma carreira, mas não sei..."²⁶. Gladys também compartilhou que concluiu o ensino médio tardiamente pois como mãe-solo não tinha com quem deixar os filhos. Em todos os relatos é possível perceber que os trabalhos de cuidado se colocaram como um impeditivo para o seguimento dos estudos dessas mulheres.

Esse impedimento nos estudos e carreiras das mulheres ocorre pela desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho, na divisão sexual das tarefas domésticas e na ausência de redes de apoio e de políticas públicas. A desigualdade no mercado de trabalho acarreta que mulheres recebam menos que os homens quando trabalham nas mesmas funções, o que as leva a ter de escolher que apenas um dos responsáveis da família trabalhe. Desta forma prevalece o trabalho masculino pois é o melhor remunerado. A desigualdade na divisão de tarefas de cuidado faz com que mulheres sejam majoritariamente ou exclusivamente responsáveis pelo cuidado com crianças, gerando sobrecarga de trabalho seja quando se fala em tripla jornada (trabalho doméstico, de cuidado e laboral) ou impedindo que as mulheres trabalhem fora de suas casas, restringindo suas possibilidades e sua remuneração (ESQUIVEL, 2012). Essa necessidade de adaptar as possibilidades laborais com as tarefas de cuidado aparecem evidenciadas no relato de Josefina:

Ele saiu e eu trabalhava aí na vila, eu fazia empanadas e eu vendia empanadas na vila, empanadas, suco. Vendia porque era uma vila de 15 apartamentos por aqui, 15 por ali, no final eram como duas, três vilas em uma só. Era muito movimentado porque essa... na verdade, na vila haviam negócios ilegais e isso. E eu vendia, pois, minha comida e enquanto ele saía para buscar... porque não tinha como eu sair com ele porque tínhamos que levar as crianças. Às vezes chovia, às vezes fazia sol. E você vai pela rua e todo mundo [fala] "olha que as crianças... que tem exploração, que trabalho". Então eu decidi ficar [em casa], mas não ficar sem fazer nada²⁷ (JOSEFINA).

O relato de Josefina destaca que não havia conseguido encontrar escola para as crianças e que, ao sair para procurar trabalho com o marido, foi alertada pelas pessoas na rua que poderiam ser denunciados por trabalho infantil. Ela se vê, portanto, impossibilitada de continuar acompanhando o marido na busca por trabalho, porém, destaca que ao ficar em casa

²⁵ *Hice curso de policia. No está acabado, pero si lo hice. Cuando estaba a punto de acabar, salí embarazada y no, no lo terminé.*

²⁶ *Quise seguir estudiando después de que... después que tuve mis hijas y quise hacer una carrera, pero no sé...*

²⁷ *El [marido] salió [a trabajar] y yo trabajaba ahí en la villa, yo hacía empanadas y yo vendía empanadas en la villa, empanadas y suco. vendía porque era una villa de 15 departamentos por aquí, 15 por allá y en el frente eran como 2, 3 villas en una sola. Y era muy movido porque está... en realidad, en la villa había negocios ilegales y eso. Y yo vendía, pues vendía mi comida. y mientras que el salía a buscar... porque no tenía cómo yo salir con él porque teníamos que llevarnos a los niños. A veces caía lluvia, a veces caía el sol. Y tú pasas por la calle y todo el mundo "oyé que los niños, de la exploración, que el trabajo". Bueno, yo decidí quedarme, pero no quedarme sin hacer nada.*

cuidando dos filhos, decidiu vender comida e bebidas no espaço da vila onde moravam. A necessidade de conciliar trabalho remunerado e trabalho de cuidado reduziu, portanto, a possibilidade de Josefina inserir-se no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, de ter acesso a políticas de seguridade social como previdência, seguro-desemprego, licença maternidade, entre outros. Todas essas são questões importantes para a assistência social, pois impõem barreiras ao acesso à renda das mulheres e da família, e, portanto, devem ser analisadas no momento da entrevista do Cadastro Único possibilitando conhecer a trajetória e histórico familiar e, conseqüentemente, as vulnerabilidades da família.

A falta de políticas públicas de infância relacionadas aos trabalhos de cuidado, como por exemplo as vagas nas creches e escolas, impossibilita a construção de uma rede de cuidado com a participação do Estado. Compreender o trabalho de cuidado como um trabalho coletivo é fundamental no processo de reconhecer a responsabilidade também do Estado nas tarefas de cuidado. A não existência de vagas em creches e escolas demonstra a falta de compromisso do Estado e reforça a estrutura colonialista do cuidado, pois perpetua os trabalhos de cuidado como de responsabilidade feminina. Ainda nessa lógica, deve-se destacar que, embora as mulheres sejam responsabilizadas pelo trabalho doméstico, são as mulheres negras as que se encontram majoritariamente exercendo este trabalho remunerado, sendo o trabalho de 21,8% do total de mulheres negras no Brasil o dobro quando comparado às mulheres brancas (CUNHA, 2018). O trabalho doméstico remunerado também aparece como uma das primeiras e principais opções de trabalho para mulheres imigrantes do Sul global (MARTINS; VEDOVATO, 2017). A conclusão é que a falta de políticas públicas de cuidado limita oportunidades de trabalho para as mulheres e perpetua a lógica colonialista do lugar reservado a mulheres negras, indígenas e imigrantes.

Yarelis demonstra essa percepção no seu relato, após não conseguir (re)colocar-se no mercado de trabalho em Boa Vista, apesar de sua formação universitária e 21 anos de carreira. Ela percebeu que sua possibilidade de emprego era o trabalho doméstico. "Eu trabalhava era por diária, pois. Era manutenção, ou seja, limpar casas"²⁸(YARELIS). Conforme indicam Martins e Vedovato (2017) a divisão sexual e racial do trabalho em nível global estratifica o mercado de trabalho de maneira a dirigir as mulheres migrantes, especialmente do Sul global, para trabalhos domésticos e de cuidado, os quais são atividades tradicionalmente femininas e desvalorizadas.

O que se verifica na realidade de grande parte das famílias é uma invisibilização dos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados para a manutenção dos trabalhos

²⁸ *Yo trabajaba era por diaria, pues. Era mantenimiento, o sea, por decirte, limpiar casas.*

(masculinos) externos ao lar, os trabalhos remunerados. Deve-se destacar que na ausência de políticas de cuidado é esse trabalho realizado no ambiente "privado" que possibilita que empresas, fábricas, escritórios funcionem, ou seja, um trabalho ocultado que proporciona condições para a produção capitalista (FEDERICI, 2020). A indiferença do Estado frente ao trabalho doméstico e a falta de políticas públicas de cuidado reforçam a lógica colonialista de que há "pessoas disponíveis" para realizarem esse trabalho, seja sem remuneração (trabalho doméstico não remunerado), ou mal remunerado (vide o histórico de ausência de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil) (COSTA-BERNARDINO, 2007).

Para além das responsabilidades domésticas e de cuidado, há a questão da valorização social do papel da mulher enquanto mãe. Esse ponto aparece bastante presente no relato de Gladys que traz uma reflexão sobre o fato de ser mãe-solo, que marca toda sua trajetória:

Me apaixonei tanto pelos meus filhos... quando uma pessoa cria sozinha seus filhos... bem, eu, pelo menos, deixei de ser mulher para ser mãe, primeiramente. Primeiro, meus filhos; segundo, meus filhos; e sempre tem sido meus filhos, pois. E agora meus netos. Eu amo meus netos e acompanho meus netos onde forem, né? Porque [eles] são minha vida, pois para mim meus netos são... são mais que a minha vida²⁹ (GLADYS).

Ela apresenta a importância dos seus filhos e posteriormente seus netos de forma descomunal, tornando-os mais importantes que sua própria vida. Gladys explicou que deixou de ter prioridade pessoais, enquanto mulher, para priorizar seu papel de mãe. Ao não se encontrar no papel de imigrante-trabalhadora, e sim de dona de casa, mãe e avó, Gladys encontra-se diante da dicotomia na qual a maternidade é considerada uma das mais importantes realizações da mulher, ao mesmo tempo em que também é desvalorizada socialmente (BADINTER, 2011). Mães solo são prioridades, ou deveriam ser, em benefícios sociais justamente por serem vulnerabilizadas em várias frentes: enfrentam mais dificuldades para reinserir-se no mercado de trabalho devido às demandas de cuidado; quando inseridas, recebem salários menores que os homens; têm a vida social limitada pelas demandas domésticas e de cuidado; mães imigrantes têm sua rede de apoio reduzida pois suas relações sociais são longínquas, encontram-se em outro país, conseqüentemente, têm sua autonomia socioeconômica afetada.

Ao longo dessa pesquisa, fui surpreendida muitas vezes por outras pessoas fora do círculo da investigação de migrações, desde pesquisadores, estudantes e familiares com a

²⁹ *Me enamoré tanto de mis hijos... cuando uno crea sus hijos sola... Bueno, yo por lo menos deje de ser mujer para ser madre, primeramente. Primero mis hijos, segundo mis hijos y siempre han sido mis hijos, pues. Y ahora mis nietos. Yo amo a mis nietos y sigo a mis nietos hasta donde vaya, ¿no? Porque son mi vida, pues, para mí mis nietos son... son más que mi vida.*

pergunta: "mas imigrantes têm direito à assistência social"? Essa é uma dúvida fundamentada visto que esse direito foi consolidado apenas em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e posteriormente confirmado pela Lei de Migração. O assombro das pessoas era, primeiro, pelo fato de imigrantes poderem estar em um país sem serem empregados, e portanto, desvinculados de um visto de emprego; em segundo lugar, por poderem ter acesso à assistência social sem nunca ter contribuído para a previdência? Ignoram ou desconhecem o fato de que a assistência social é um direito não contributivo, sendo, portanto, universal e gratuito, diferentemente por exemplo da aposentadoria da previdência social.

3.3 Processo migratório

A escuta qualificada de uma pessoa imigrante no CRAS deve considerar as particularidades da migração. Para isso, ao atender pessoas imigrantes para o Cadastro Único - registro que é a porta de entrada para o CRAS e será tratado nesta subseção - é importante que haja uma escuta atenta visando entender a trajetória e histórias de vida dessa pessoa. O processo migratório é um fator que deve necessariamente ser levado em conta. Deve-se estar atento às motivações da saída do país, às vivências ao longo da trajetória, desde o deslocamento, o cruzamento das fronteiras e o estabelecimento na nova cidade e país. Esses são temas que podem colocar luz sobre possíveis violações de direitos, bem como as potencialidades das pessoas ou do grupo familiar que podem ser mobilizadas para sua adaptação. É considerando esse trajeto migratório que evidenciamos a intersecção da nacionalidade com os demais eixos estruturantes de raça, gênero e classe.

Pensando, portanto, nessa trajetória migratória e como ela deve ser considerada na particularidade de cada pessoa, apresento a seguir como essas mulheres foram afetadas pelo processo migratório de maneiras distintas. Primeiramente, com relação às motivações para deixar seu país natal, conforme mencionado anteriormente no quadro 2, as entrevistadas expressaram não desejar de fato deixar seu país natal. No caso de Josefina, já abalada por não desejar vir ao Brasil e ter deixado seus filhos com a sogra para vir, ela relatou dificuldades na hora de atravessar a fronteira entre a Venezuela e o Brasil:

Como eu deixei minha filha muito pequena, de meses, eu não queria vir, mas... Quando cheguei em Pacaraima, não me deram a autorização de entrada ... e então, ao ver que todo mundo falava um negócio que eu não sabia, nem entendia, nem podia imaginar. Aí comecei, liguei e liguei pro meu esposo e ele "não volta, vai pra Pacaraima, passe pra cá". E bem, graças a Deus eu fui pra Pacaraima, os militares lá

devolveram muitas pessoas que não estavam, não haviam recebido a autorização de entrada. Mas quando eu passei só revistaram o carro e não pediram a autorização de ninguém e aí eu consegui entrar³⁰(JOSEFINA).

A fala de Josefina retrata os desafios de entrar em um novo país no qual não se conhece o idioma e não se entende as regras. Ter a autorização de entrada negada indica na sua fala a criação de uma situação tensa e uma mensagem de não ser bem vinda logo em sua chegada ao Brasil. Ela também pontuou a diferença que percebeu em comparação a sua vinda anterior ao Brasil como turista:

Eu estive pela primeira vez no Brasil no ano de 2012. Mas nessa época eu não vim com... com a intenção de ficar aqui para viver [...] Quando eu vim pra cá como turista, eu não prestei atenção ao que falavam, nem como falavam³¹ (JOSEFINA).

Apesar de não ser a primeira vez que ela atravessava a fronteira Venezuela-Brasil, Josefina percebeu uma diferença nessa nova travessia, que pode ser tanto subjetiva quanto objetiva. Subjetiva em relação aos seus próprios sentimentos de atravessar aquela fronteira com a intenção de não regressar; objetiva, com relação à travessia física e o mal tratamento recebido. Na primeira vez, ela e o marido estavam acompanhados de um amigo brasileiro que morava em Caracas. Dessa vez, ela se encontrava desacompanhada.

Josefina também relatou uma tentativa de suborno para atravessar a fronteira:

Eu vou com minha cara muito humilde e me dizem... o que me dizem " a senhora tem... tem dinheiro?". E eu disse "não, meu esposo vem me buscar", "não, não pode entrar". E não me deram a autorização para entrar, eu queria voltar para Venezuela³² (JOSEFINA).

Josefina informou que o homem diretamente na sua frente na fila havia recebido o "*permiso de entrada*"³³ sem maiores problemas. Por ser uma mulher viajando

³⁰ *Como ya dejé mi niña muy pequeña ya de meses, yo no me quería venir, pero[...] Cuando llegué en Pacaraima, a mí no me dieron mi permiso de entrada. [...] Y entonces, al encontrarme y que todo el mundo hablaba un negocio que yo no sabía, ni entendía, que puedas imaginar. Ahí empecé, llame y llame acá, a mi esposo y él "no te devuelva móntate en el Pacaraima, que él te pase para acá". Y bueno, gracias a Dios me monte a Pacaraima, los militares desde allá devolvieron a muchas personas que no estén, no le habían dado el permiso de entrada. Pero cuando yo pasé solamente revisaron el carro y no pidieron permiso y ahí yo logré entrar.*

³¹ *Yo estuve en mi primera venida a Brasil fue en el año 2012. Pero en ese tiempo yo no vine con... con actitudes de quedarme a vivir aquí [...] cuando yo vine para acá de turismo, yo no le presté atención a lo que hablaron y cómo hablaban.*

³² *Yo voy con mi cara muy humilde. Y me dicen... que me dicen: "usted tiene... tiene dinero?". Y yo le dije "no, mi esposo me viene a buscar", "no, no puede entrar". Y no me dieron mi permiso para entrar, yo me quería regresar para Venezuela.*

³³ Ao entrarem em território brasileiro, as pessoas recebem um visto de turista que lhes dá o direito de permanecer por três meses no país ou devem nesse tempo organizar sua documentação de regularização migratória.

desacompanhada, pode-se inferir que os responsáveis pela fronteira podem tê-la visto em uma situação mais vulnerável e tentado suborná-la. A resposta dela dizendo que o marido viria buscá-la, enquanto na verdade a estava esperando em Boa Vista, é uma maneira de informar a esses agentes que ela não estava desacompanhada e que havia alguém esperando por ela. Outro trecho que indica também a diferenciação que os policiais fizeram de Josefina com as demais pessoas no posto de imigração é o fato dela mencionar "sua cara muito humilde". Constatando, no fato dela aparentar ser uma pessoa mais simples, uma discriminação de classe, pois a simplicidade costuma ser vinculada a falta de conhecimento e informação, podendo ter estimulado os policiais a escolhê-la para a tentativa de suborno diferentemente de outras pessoas na fila. Verifica-se, portanto, que os fatos de ser uma mulher, estar desacompanhada e ser humilde, foram fatores que a vulnerabilizaram nesse processo.

Não receber o documento que autoriza a entrada logo na chegada ao país gera uma instabilidade e insegurança no processo migratório, pois passa uma mensagem de não ser bem vinda, de receio para acessar os serviços e de medo da possibilidade de deportação. É importante pontuar que Josefina é a entrevistada que está no Brasil há mais tempo, chegou em 2016, anteriormente a aprovação da nova Lei de Migração, ainda sob o regime do Estatuto do Estrangeiro, da estruturação da Operação Acolhida e dos postos de triagem para realização de documentação de regularização migratória. Logo, encontrava-se em um contexto institucional da ideia do estrangeiro como ameaça nacional e não do reconhecimento da migração como um direito. A alteração legislativa ocorrida no ano de 2017 garantiu uma mudança paradigmática na chegada de imigrantes ao Brasil, certamente gerando transformações nessa recepção. Porém, infelizmente, devido às percepções sociais ainda não terem mudado completamente, ainda é possível encontrar relatos semelhantes ao de Josefina durante o processo migratório.

Após um mês da sua chegada ao Brasil, o marido de Josefina foi à Venezuela buscar os filhos. Ela não o acompanhou por receio de que a ausência da autorização de entrada pudesse dificultar seu retorno. Ela relatou que depois que seus filhos chegaram ao Brasil, "nós nunca mais fomos a Venezuela, nunca mais"³⁴ (JOSEFINA, 2022).

Outra parte importante da trajetória migratória é conhecer como ocorreu a recepção e o estabelecimento das pessoas no novo país. Os desafios encontrados pelas mulheres na chegada e nos primeiros anos de seu estabelecimento em um novo país afetam diretamente sua relação com o mesmo, suas possibilidades de adaptação, sua saúde mental, o alcance de uma estrutura estável e a decisão de permanecer. A importância desse período de adaptação

³⁴ *Nosotros más nunca hemos ido a Venezuela, nunca más.*

fica muito evidente no relato de Gladys que passou por uma situação de tráfico de pessoas em seu primeiro ano no Brasil. O tráfico de pessoas é definido como:

O recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração (BRASIL, 2004, art.4).

Assim que chegou em Boa Vista, Gladys queria muito trabalhar, estava na expectativa de reconstruir sua casa, de comprar novamente todos os itens domésticos que tinha vendido para vir. Ela disse que "então, eu vim com essa vontade, sabe? de seguir em frente, de trabalhar e tudo"³⁵ (GLADYS). A migração pode carregar consigo a possibilidade de abertura para novos caminhos, de mudança de trajetória, o que se apresenta no relato de Gladys. Ela estava procurando emprego quando lhe foi oferecido um trabalho para ir cozinhar fora da cidade de Boa Vista. Ela contou:

Eles vieram me buscar aqui e eu fui com eles, confiante de que eu ia trabalhar fazendo comida lá e meus filhos "não mãe, nós já somos grandes, nós cuidamos sozinhos, vai trabalhar se é o que você quer" e eu fui. Me lembro desse dia como se fosse agora. E quando nós fomos, que já estávamos longe pra lá, algo longíssimo [...] e ele ia falando pelo... ele fixou o retrovisor em mim e ia falando coisas... que eu tinha que fazer lá. Me disse que se eu me comportasse bem, eu ia voltar, que ia passar 9 meses por lá. Que se eu me comportasse, ia voltar, que se não me comportasse, não ia voltar mais. E a mulher vinha e me dizia "eu ligo, eu ligo, eu ligo pros familiares pra dizer que morreu, que morreu, que não sei o que"... ou seja, uma coisa terrível, mas o que eles me levavam... me levavam era... pra me prostituir lá! Uma coisa que eu vivi lá por Vila Brasília. Eu vi... eu saí do carro, me atirei do carro e saí correndo. Isso foi para mim uma experiência horrível que nunca na vida tinha vivido (GLADYS)³⁶.

Gladys conseguiu escapar antes que chegassem ao local no qual seria mantida em cativeiro. Essa experiência de tráfico - a legislação define como tráfico desde o recrutamento e também o transporte por meio de rapto, fraude e engano - acarretou-lhe um trauma que afetou completamente sua adaptação e estabelecimento no Brasil. Desde essa situação, Gladys

³⁵ *Entonces me vine con esas ganas, tú sabes, ¿no? de echar pá delante, de trabajar y todo.*

³⁶ *Ellos me vinieron a buscar hasta aquí y yo me iba con ellos, confiada de que yo iba a trabajar para hacer comida allá y mis hijos "no mami, ya nosotros estamos grandes, nos cuidamos nosotros solo, váyase a trabajar si usted quiere trabajar" y me fui. Me acuerdo de ese día como a la hora. Y cuando nos vamos, ya que estábamos lejos por allá, una cuestión lejísima [...] Y él me iba hablando por él... por él fijó el retrovisor en mí e iba hablando cosas ahí... que yo tenía que hacer allá. Y me decía que, si yo me portaba bien, yo iba a volver; que iba a pasar por allá 9 meses. Que si yo me portaba bien, iba a volver; que, si no me portaba bien, no iba a volver más. Y la muchacha venía y me decía, "yo ligo, yo ligo, yo llamo a los familiares a decirles que se murió, que se murió, que no sé qué"... sea una cosa terrible, pero lo que me llevaban... me llevaban era para prostituirme para allá. Una cosa que yo viví por allá por Vila Brasília. Yo ví... me salí del carro, me tiré del carro, yo salí corriendo. Eso fue para mí una experiencia horrible que nunca en la vida había vivido, pues [...]*

relatou que começou a ter crises de pânico, muita ansiedade, medo de sair sozinha na cidade e de voltar a buscar emprego. Ela declarou que:

É que eu fiquei traumatizada, verdade? De que se eu saía, me estavam perseguindo e eu saía correndo [...] chegou em um momento que eu sentia que... que... me entende? Era uma questão de... um pânico! Tinha um pânico. [...] me deu pânico e eu saí correndo, vim e vinha caminhando. Eu sentia um ruído, algo, um carro parar do meu lado, eu saía correndo, então, entrei em pânico, me entende? E o que fiz foi me trancar. Eu me tranquei em casa. Não queria sair, isso me deu, como diz, uma depressão, que o que eu fiz foi somente chorar. Porque... porque eu não tinha vontade de sair, eu sozinha. Então, saía pelo menos com meu filho, minha filha, ao comércio e eu dizia "cuidado, o carro!", e eles "mamita, por favor, se tranquilize que ninguém está te seguindo, ninguém vai te fazer nada pois nós estamos aqui". E eu vivi uma vida assim, por culpa dessas pessoas, me entende? Um trauma³⁷ (GLADYS).

Sua chegada já tinha sido bastante impactada pela pandemia do COVID-19, pois ela chegou pouco tempo antes de ser declarado o isolamento social obrigatório, o que fez com que ela ficasse mais em casa e tivesse poucas oportunidades de procurar emprego e de fortalecer suas redes sociais. A situação de tráfico de pessoas aprofundou esse impacto, afetando a saúde mental de Gladys e impactando ainda mais suas possibilidades no Brasil. Essas são, ou deveriam ser, informações extremamente relevantes no momento de uma escuta qualificada feita para inscrição do Cadastro Único, pois se tratam de condições agravadas pelo processo migratório.

Para analisar a maior vulnerabilidade de imigrantes com relação ao tráfico de pessoas é também importante compreender e geolocalizar as especificidades do contexto de Roraima. Por ser um estado de fronteira trilingue (Brasil, Venezuela e Guiana), é um local de trânsito entre países em que a mudança de país e a diversidade de idiomas dificulta o acesso a informações confiáveis, facilitando situações de tráfico. A situação de vulnerabilidade econômica aumenta a procura por emprego, contribuindo para o aliciamento de pessoas (METROPOLES, s.d) conforme apresentado na reportagem "rota do tráfico humano na fronteira da amazônia" feita pelo Metrôpoles (s.d), que apresenta dois exemplos de rotas de tráfico de pessoas passando por Roraima: uma da Venezuela para Roraima; e outra de

³⁷ *Es que yo me quedé con el trauma, ¿verdad? De que si yo salía y me estaban persiguiendo. Y yo salía corriendo. [...] llegó un momento en que yo sentía que... que... me entiendes? Era como una cuestión de... un pánico. Tenía un pánico. [...] me dio pánico y yo salí corriendo, me vine y venía caminando. Y sentí una bulla, algo. o un carro pararse al lado mío, yo salía corriendo, entonces entré en pánico, me entiendes? Ya lo que hice fue encerrarme. Yo me encerré. Yo no quería salir, eso, me tuvo, como dice, en una depresión, que lo que yo hacía era puro llorar. Porque... porque yo no tenía la voluntad de salir, yo sola. Entonces, salía por lo menos con mi hijo, con mi hija, ¡al comercio y yo les decía "cuidado! el carro!" y ellos "mamita, por favor, trata de tranquilizarte que nadie te está siguiendo, nadie te va a hacer nada porque nosotros estamos aquí". Y viví una vida así, por culpa de esas personas, me entiende? un trauma*

Roraima para Guiana. Outros fatores que contribuem para vulnerabilizar o estado para redes de tráfico é a grande presença de garimpos e fazendas na região, locais onde ou há pouca ou nenhuma fiscalização - nos garimpos por serem atividades ilegais ou irregulares e nas fazendas devido à distância dos órgãos de fiscalização.

Um segundo fator que pode ser pontuado é a dificuldade de transporte na região, causada pela precariedade das estradas e as grandes distâncias entre as cidades. Roraima é o estado com a menor quantidade de municípios, possuindo apenas quinze municípios. Conseqüentemente, há dificuldades de acesso à comunicação, aos serviços públicos, de apoio e combate ao tráfico. Considerando todos os fatores expostos, as mulheres imigrantes estão mais vulneráveis ao tráfico de pessoas em razão de sua pequena rede de contatos da cidade, o que pode dificultar a identificação de ofertas suspeitas; do reduzido conhecimento de plataformas e redes confiáveis de empregos, principalmente quando no período logo após a chegada; do desconhecimento do idioma, que dificulta o acesso à informações confiáveis; do desconhecimento das leis do país de acolhida; e, quando em situações de vulnerabilidade econômica, do aceite de oportunidades independente de qualquer formalidade, segurança, e benefícios.

Gladys expôs com muita clareza a diferença entre pessoas que realizam trabalhos sexuais e a situação de tráfico a qual foi exposta. Ela compartilhou que:

Uma coisa é que haja pessoas que se prostituem por vontade própria. E também porque o seu corpo, você manda no seu corpo e você pode fazer com o seu corpo o que você quiser. Está tudo bem. Mas obrigar uma pessoa a fazer uma coisa que você não quer? Isso é o mais feio e mais horrível que existe na vida, verdade?³⁸
(GLADYS).

Essas palavras demonstram bastante consciência em relação à diferença entre exercer um trabalho sexual ao reconhecer que uma mulher tem autonomia sobre seu corpo para exercê-lo, e obrigá-la por meio de engano, violência, coerção e terror a fazê-lo, como ocorre no tráfico.

3.4 Xenofobia

Aprofundando os relatos que indicam as interseccionalidades entre gênero, raça e nacionalidade e a importância da consideração dessas vivências para uma análise de

³⁸*Una cosa es que hay personas que se prostituyen por voluntad propia. Y también porque tu cuerpo, tú mandas en tu cuerpo y tú puedes hacer con tu cuerpo lo que tú quieras. ¡Está bien! ¿Pero obligar a una persona a hacer una cosa que tú no quieres? eso es lo más feo y lo más horrible que hay en la vida, ¿verdad?*

vulnerabilidades e potencialidades, específicos de condições associadas ao processo migratório, abordo agora os relatos sobre o estabelecimento em Boa Vista nos quais todas as entrevistadas apresentaram ter vivido situações de xenofobia. Norima relatou o impacto entre as expectativas que tinha sobre a nova cidade e a realidade que encontrou:

Quando chegamos aqui foi que começamos a descobrir a realidade crua, que não era como as pessoas pintavam, que tudo era muito bonito, que todos davam... que davam dinheiro na rua, todo um mundo mágico ³⁹ (NORIMA).

Yarelis mencionou a xenofobia presente na sua experiência principalmente através da discriminação no mercado de trabalho. Gladys passou pela experiência de tráfico de pessoas. Josefina relatou ter enfrentado xenofobia na sua chegada à ocupação. "Tiveram muitos brasileiros que disseram que não, que não queriam venezuelanos. "Venezuelano é ruim, que isso, que aquilo. Tinha muitos problemas, acho que como em qualquer lugar"⁴⁰ (JOSEFINA). Na tentativa de evitar que Josefina e sua família se instalassem na ocupação, uma das brasileiras moradora da ocupação denunciou Josefina a uma das secretarias do estado de Roraima, acarretando que Josefina fosse indiciada criminalmente e tivesse que pagar uma multa pela construção do seu barraco. Petra e Albany relataram situações de xenofobia nos acessos a serviços públicos que serão relatados na próxima subseção.

A xenofobia enquanto receio, medo ou aversão a pessoas ou coisas estrangeiras abre espaço para a desigualdade baseada na nacionalidade. Em sociedades desiguais "as regras podem parecer justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias" (COLLINS; BILGE, p.66, 2021). Essa é a situação da Lei de Migração que garante regras justas através da igualdade entre brasileiros e imigrantes, porém que é afetada pelas práticas discriminatórias, como as mencionadas no parágrafo anterior.

Aprofundando a análise, as autoras Collins e Bilge (2021) também destacam que a justiça social será ilusória se desconsideradas as demandas específicas de cada grupo. Ao desconsiderar as especificidades e aplicar as regras de maneira aparentemente igual para todos, também se criam resultados desiguais e injustos. Essa situação pode ser exemplificada pela oferta de políticas não exclusivas ou inclusivas das especificidades da população imigrante. Enquanto exemplo de política exclusiva, destaco o serviço da Polícia Federal de documentação migratória, que é uma demanda específica de imigrantes e que, ao não ser

³⁹ *Cuando llegamos aquí, fue que empezamos a descubrir la cruda realidad, que no lo era como las personas lo pintaban, aunque todo era muy bonito, que todos daban, que daban dinero en la calle, todo un mundo mágico.*

⁴⁰ *"Había muchos brasileiros que dijeron que no, que no querían venezolanos. "venezolanos é ruim, que va, qué esto". Había muchos problemas, acho que como em todo lugar.*

ofertada adequadamente para esse público, coloca essa população em situação irregular no país, afetando seu acesso a todos os outros direitos. Ao pensar em política inclusivas, ou seja, políticas universais voltadas para toda a população e que considerem as especificidades de cada grupo populacional, dou como exemplo a necessidades de adaptação das especificidades culturais da população indígena imigrante para acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) ou de serem ponderadas as condições associadas ao processo migratório no acesso ao Sistema Único de Assistência Social.

Abordei ao longo desta subseção como as interseccionalidades de gênero, raça, etnia, nacionalidade e classe vulnerabilizam as mulheres ao longo do processo migratório. Deve-se destacar que esses eixos de opressão tornam as mulheres mais vulneráveis a determinadas situações. Ao mesmo tempo, deve-se estar atenta para não tornar essa situação de opressão como verdades únicas e pré-definidas no processo migratório e no estabelecimento no novo país. Por isso, é fundamental conhecer as especificidades da trajetória de cada pessoa, família e sua história de vida para entender como esses eixos se interconectam na realidade de cada uma. A seguir, aprofundarei a análise, discorrendo como esses eixos estruturantes afetam o acesso dessas mulheres aos serviços, visando alcançar o objetivo principal de verificar o acesso aos serviços do CRAS.

4 INTERSETORIALIDADE DE SERVIÇOS PARA ACESSAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para bem ilustrar a temática da intersectorialidade que será abordada nesta subsecção, me valho da declaração de Petra que expõe a multiplicidade de etapas que as mulheres imigrantes precisam passar para conseguir acessar a assistência social:

Então, para poder acessar a escola tinha que tirar a documentação. Então, para ir ao CRAS, tinha que ter documentação brasileira, as meninas tinham que estar estudando... quando conseguir fazer tudo: começou o COVID 19!⁴¹ (PETRA).

A frase foi dita em tom de cansaço, de quão extenuante é atravessar esses processos burocráticos, problema este exacerbado pelas dificuldades de compreensão do idioma presente nos primeiros meses de migração, pelo desconhecimento de práticas culturais e do território e pela dificuldade no deslocamento pela cidade, entre outros. São tantas etapas que o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) criou um documento chamado "Rota migratória", contendo informações básicas para "começar uma nova vida no Brasil". O documento apresenta todos os serviços pontuados na fala de Petra: documentação, educação e CRAS. Além desses serviços mencionados por Petra, considerados devido sua intersectorialidade com o CRAS, na análise a seguir será contemplado também o SUS.

Antes de compreender a intersectorialidade e como o acesso aos demais serviços afetam o acesso das entrevistadas ao CRAS, gostaria de trazer alguns pontos a respeito do CRAS em relação ao Cadastro Único (CadÚnico), suas condicionalidades e sua relação com a intersectorialidade. O Cadastro Único é "o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda" (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, s.d.). Chamado por muitos de "a porta de entrada para a assistência social" por ser a inscrição que permite o acesso aos programas sociais do Governo Federal, o Cadastro Único é definido na plataforma de powerbi criada pelo Ministério da Cidadania em conjunto com a R4V (Respostas para Venezuelanos, em tradução livre) como:

Um conjunto de informações que permite identificar e dar visibilidade às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando sua inclusão em políticas públicas sociais (MINISTERIO DA CIDADANIA, s.d2).

⁴¹ *Entonces para yo poder acceder a la escuela tenía que sacar esa documentación (de regularización migratoria). Entonces para ir a CRAS tenía que tener la documentación brasilera, tenía que estar estudiando las niñas ... y cuando ya logré todo: ¡empezó el COVID 19!*

Logo, a partir dessas definições, infere-se que o Cadastro Único deve contribuir para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade em políticas públicas.

Para realizar a inscrição no Cadastro Único é necessário que o responsável pela família apresente o número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou o título de eleitor. Imigrantes não possuem o direito de votar no Brasil, logo, o documento que deve ser apresentado por essa população é necessariamente o CPF. Para os demais membros da família são exigidos os seguintes documentos: Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, CPF, RG, Carteira de Trabalho ou Título de Eleitor. Observa-se as seguintes questões em relação a esta documentação quando exigidas para imigrantes: a) por terem nascido em outros países, imigrantes não usam a certidão de nascimento como documento ; b) o Registro Geral (RG), é um documento exclusivo para brasileiros, e, no caso dos imigrantes, o documento equivalente é o Registro Nacional Migratório (RNM), atualizado pela nova Lei de Migração e antigamente conhecido como Registro Nacional do Estrangeiro (RNE); c) o CPF e a carteira de trabalho são dois documentos que todo imigrante tem direito; d) o título de eleitor, conforme já mencionado, é um documento que imigrantes não possuem.

Para além da documentação básica que precisa ser apresentada na inscrição, existem contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias inscritas nos programas. As condicionalidades são um compromisso assumido tanto pelas famílias, quanto pelo poder público e visam reforçar o acesso das famílias a seus direitos sociais por compreender que a pobreza é um fenômeno que envolve múltiplos aspectos para além da baixa renda (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022). O "Guia para a Gestão de Condicionalidades do Programa Auxílio Brasil", publicado pelo Ministério da Cidadania reforça que:

Há o reconhecimento [...] de que famílias em situação de pobreza, historicamente, têm menos acesso a esses serviços, seja por situação de vulnerabilidade e risco social, inadequação na oferta do serviço público ou mesmo falta de compreensão do acesso a esses serviços como direito (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022, p.8).

Em outro trecho o documento afirma que:

O principal objetivo das condicionalidades, portanto, é contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações, partindo do pressuposto de que o acesso a melhores condições de saúde, educação e de convivência familiar e comunitária aumentam as oportunidades de desenvolvimento social (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022, p.9)

Portanto, depreende-se do texto que as condicionalidades visam contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza e, portanto, não deveriam ser requisitos para a inscrição no

Cadastro Único, mas sim cumpridos pela família e pelo Estado para que elas continuem recebendo os benefícios. Trata-se também de uma forma de proporcionar condições para que as famílias possam acessar diversas políticas e, a partir da intersectorialidade dos serviços, esses possam cobrar do Estado sua responsabilidade por oferecê-los. As condicionalidades são um caminho para a resposta multisetorial da assistência social, visando fortalecer também o acesso à saúde e à educação, entre outras políticas. O acesso a diversas políticas públicas juntamente com o acesso à renda é o que irá proporcionar oportunidades para o desenvolvimento social e o rompimento do ciclo de pobreza.

O que as entrevistadas apresentaram na prática foi a impossibilidade de se registrarem no Cadastro Único sem o cumprimento prévio das condicionalidades. Ou seja, ao invés de "identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias aos serviços públicos" (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022), monitorando posteriormente o cumprimento das condicionalidades, elas se tornaram um requisito, impedindo o acesso dessas famílias ao Cadastro Único, conforme demonstrarei a seguir.

4.1 Acesso à documentação de regularização migratória

A Lei de Migração prevê em seu art. 4º o acesso a serviços públicos de saúde, assistência social, previdência social (inciso VII), educação (inciso X) e direitos trabalhistas (inciso XI), independente da condição migratória. Isso deveria significar que independente da pessoa ser não documentada no Brasil, ter documentos atualizados ou documentos vencidos, elas deveriam poder acessar os serviços públicos. Na prática, porém, o que se verifica é que nenhum desses serviços consegue ser acessado sem documentação. O serviço de documentação de regularização migratória é, portanto, geralmente o primeiro serviço procurado pelas pessoas imigrantes ao chegarem no Brasil.

Conforme apresentado no quadro 3, "relação com o CRAS", as entrevistadas levaram em média três meses para realizar o procedimento de regularização migratória. Norima e Gladys, que migraram respectivamente nos anos de 2019 e 2020, fizeram seus pedidos de documentação de refúgio ou residência diretamente na fronteira do Brasil, na cidade de Pacaraima. Esse fato destaca pontos positivos de uma resposta migratória eficaz, a partir de uma fronteira aberta, com o estabelecimento de fluxos de trabalho "recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem"(BRASIL, s.d), demonstrando as facilidades e agilidade que o estabelecimento de uma resposta humanitária traz. Deve-se indicar que na cidade de Pacaraima, em Roraima, o Posto de Recepção e

Identificação (PRI) é o local onde as pessoas são recepcionadas, "obtem seu visto de entrada em território brasileiro, emitem seu cartão do SUS, recebem as vacinas obrigatórias do Programa Nacional de Imunização (PNI) e são orientadas sobre as possibilidades de documentação" (ACNUR, 2022, p.49). O posto onde se realizam os serviços de documentação em Pacaraima foi aberto em junho de 2018 (ACNUR, 2022). Por esse motivo, Josefina, que migrou em 2016, fez sua documentação de regularização migratória diretamente na Polícia Federal em Boa Vista, capital de Roraima, três meses após sua chegada ao Brasil.

As outras três entrevistadas, Yarelis, Petra e Albany, que chegaram ao Brasil respectivamente nos anos de 2018, 2019 e 2019, realizaram sua documentação através de outras organizações em Boa Vista. Deve-se pontuar que cabe exclusivamente à Polícia Federal processar a documentação de regularização migratória no Brasil. Entretanto, os fluxos para ter acesso à entrevista com a Polícia Federal variam em cada estado. Em Boa Vista, o agendamento para as entrevistas na Polícia Federal pode ser conseguido através da Operação Acolhida, como por exemplo através das organizações da sociedade civil como Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados (SJMR), Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e Cáritas (através da Pastoral do Migrante).

Yarelis informou que fez sua documentação assim que chegou na cidade através do IMDH, conforme foi orientada pela colega que a recebeu na cidade e também é venezuelana. Petra alegou dificuldades para fazer sua documentação devido ao fato de não ter a certidão de nascimento das filhas, uma vez que quando veio para o Brasil não tinha planos de ficar.

Já Albany levou cinco meses para conseguir realizar sua documentação migratória e somente teve sucesso após pedir ajuda e ser encaminhada pelo Equipe Volante das Ocupações Espontâneas (EVOE) dos militares da Operação Acolhida, equipe que visita as ocupações urbanas. Ela informou que há meses tentava apoio da liderança da ocupação para fazer sua documentação, mas não se encontrava entre os grupos prioritários definidos pela liderança da ocupação, majoritariamente homens e com vaga de trabalho sinalizada. Ademais, precisava de três vagas para que pudesse fazer a documentação sua e de seus filhos, visto que a documentação de menores de idade é sempre vinculada à documentação dos responsáveis com prioridade para a mãe. Ela só conseguiu acessar os serviços de regularização migratória após uma visita da EVOE quando a encaminharam para o serviço de documentação diretamente no Posto de Interiorização e Triagem (PTRIG) em Boa Vista.

Esses relatos demonstram que em média as mulheres imigrantes, quando não se detêm na cidade de Pacaraima, precisam dedicar os primeiros três meses para ter acesso à documentação. Consequentemente, nesses casos, infere-se que antes de um período de três

meses conseguem acessar poucas ou nenhuma política pública devido à ausência de documentação.

4.2 Acesso à escola

Identifiquei que entre as principais dificuldades de acesso ao CRAS está o tratamento que é dado às condicionalidades de matrícula e frequência escolar como requisitos para a inscrição no Cadastro Único. Três entrevistadas fizeram relatos nesse sentido. Apresento a seguir os relatos das entrevistadas que demonstram como as barreiras ao sistema educacional as impede de acessar o sistema de assistência social. Essas barreiras, portanto, retroalimentam-se como é possível perceber a partir do caso de Petra e Albany em que a falta de acesso ao Cadastro Único gerou barreiras no acesso escolar. Por fim, retrato o caso de uma entrevistada que conseguiu realizar sua inscrição no Cadastro Único sem o comprovante de matrícula escolar.

Petra relatou que a primeira vez que foi ao CRAS sequer chegou a entrar na fila para o Cadastro Único, pois antes mesmo de entrar no espaço físico do CRAS lhe perguntaram sobre alguns documentos os quais ela não possuía. "Um dia fui ao CRAS e me disseram "não, não pode participar ainda porque suas filhas não estão estudando"⁴² (PETRA). O que aparece no relato das entrevistadas, portanto, é que a matrícula escolar é um requisito para a inscrição no Cadastro Único:

O que eu precisava era o comprovante de presença escolar. Mas se eu não conseguia vaga, né? De fato eu não consigo vaga porque chamo no *call center*, ligo ligo, [e me dizem] "não tem vaga", "está na lista de espera". E aí?⁴³ (PETRA).

Albany contou sua trajetória na busca por inscrever seus dois filhos menores de 18 anos na escola:

Depois de fazer a documentação, aí comecei a ir nas escolas. Comecei com as escolas e não me aceitavam, em nenhum lugar tinha vaga. Nesse acampamento [ocupação] onde morávamos tinha uma menina que ela se encarregava de anotar as crianças e conseguir a vaga e ela conseguiu uma vaga para ela [sua filha de 8 anos] ... Só que o menino tinha 3 anos, não ia [para a mesma escola]... nenhuma escola [creche] o aceitava⁴⁴ (ALBANY).

⁴² *Un día fui al CRAS y me dijeron, "no, no puedes participar todavía porque tus hijas no están estudiando"*

⁴³ *Lo que necesitaba era la constancia de estudio. Si yo no le conseguía vaga, no? De hecho, no le consigo vaga porque yo llamo el call center, ligo, ligo, [y me lo dicen]"que no hay vaga", "que está en una lista de espera".*

⁴⁴ *De ahí que hice la documentación, comencé a ir a las escuelas. Comencé a ir a las escuelas, no me aceptaban, en ningún lugar había vaga. en ese campamento donde nosotros morábamos estaba una muchacha que ella se*

Ela expôs na sua fala como o acesso aos serviços públicos é um processo cheio de etapas ao explicitar que somente "depois de fazer a documentação" pode inscrever seus filhos na escola. Esse impedimento à educação pública por falta de documentação nacional contradiz o texto da Lei de Migração que prevê em seu art. 3º, inciso X, "o direito à educação pública vedada a discriminação em razão [...] da condição migratória" (BRASIL, 2017).

Albany também relatou que percebeu que as pessoas as quais se encontravam morando nos abrigos humanitários tinham preferência com relação à matrícula escolar:

Me dei conta que também... que ajudam as pessoas dos, dos, os que estão vivendo nos abrigos, porque chegaram várias pessoas que estavam... Isso me ocorreu agora! Chegaram várias pessoas, eu já levava horas ali, eu disse "olha, eu não tenho telefone, como podemos fazer?", "Bem, tem que esperar que te liguem, porque lamentavelmente aqui está sem sistema e não podemos fazer nada". E eu vi que chegou um grupo de pessoas... dos Warao e eles vinham e conseguiram a vaga. E ele [a pessoa da secretária de educação] disse para eles [para os Warao] "tem que esperar, eu vou atender somente vocês porque vocês vêm de um refúgio". E eles esperaram e conseguiram sua vaga. E para mim disseram que eu tinha que aguardar para me liguem, por quê⁴⁵?(ALBANY).

As entrevistadas indígenas também relataram que encontraram mais facilidade para acessar os serviços públicos quando moraram nos abrigos da Operação Acolhida. Elas expuseram que isso ocorreu devido ao fato de terem recebido o apoio das organizações que coordenam os abrigos e que receberam mais atenção dos serviços públicos devido ao encaminhamento pelos abrigos.

Após várias tentativas para conseguir acessar a creche, Albany explicou que:

Em janeiro já ele vai completar 6 anos. Então, a diretora de onde ela estuda me disse "ele tem direito a essa escola, por ter a irmã estudando aqui, ele tem direito mas tem que ter 6 anos. Então, eu disse, "bom vou seguir tentando e se não consigo, terei que esperar que ele complete 6 anos, que a única forma para mim que aceitem ele em um escola⁴⁶ (ALBANY).

encargaba de anotar los niños de conseguirle la vaga y me consiguió la vaga para ella [...] Solamente que el niño tenía 3 años no iba, ninguna escuela lo aceptaba.

⁴⁵ *Y por ejemplo me di cuenta que también que ayudan a las personas del, del, de los que están en los abrigos, porque llegaron varias personas que estaban... ¡Eso me pasó ahora! Me llegaron varias personas, yo tenía horas ahí, yo les dije, "mira a ver, ¿No tengo teléfono cómo hacemos?" [...] "bueno, tienes que aguardar que te liguem, porque lamentablemente aquí no hay sistema y no podemos hacer nada" y vi que llegó un grupo de personas que son esté, Warao se llama, y ellos venían consiguiendo vaga. Y él les dijo [a los Warao], "tienen que aguardar, solamente los voy a atender a ustedes porque ustedes vienen de un refugio". Y ellos esperaron y ellos consiguieron su vaga. Y a mí me dijeron que tenía que guardar que me ligaran, ¿por qué?*

⁴⁶ *Porque ya él en enero ya, él este cumple 6 años en enero. Y entonces solamente me dijo la directora donde estudia ella, ella me dijo "ele tem direito a una Escuela, sólo que por tener ella [a irmã] estudando, ele tem direito, pero tienen que tener 6 años". Entonces yo dije, "bueno, si voy a seguir intentando y si no consigo, tendré que esperar que él cumpla los 6 años, que es la única forma que a mí me lo puedan aceptar en la escuela.*

Identifico, portanto, que para Albany conseguir acessar a creche foi ainda mais difícil do que acessar a escola primária. Nesse caso, até o momento das entrevistas, a única solução possível encontrada era aguardar que seu filho mais novo completasse a idade necessária para poder ser matriculado na mesma escola que a irmã. Além de quase ter se tornado um empecilho para o acesso da família ao CRAS, o que será mencionado no tópico sobre inscrição no CRAS, a falta de acesso à creche torna-se, conseqüentemente, uma barreira para o acesso a programas de renda mínima, de acesso à alimentação, quando considerada a merenda escolar, e um desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe que as crianças e adolescentes possuem absoluta prioridade na efetivação de seus direitos à educação.

De forma similar, Norima relatou que quando foi realizar seu cadastro no CRAS perguntaram se ela tinha filhos em idade escolar, ao que ela contou:

Disse [para a funcionária do CRAS] "não, ela [a filha] não está estudando", então pararam o cadastro aí. Não seguiram cadastrando... então aí, eu percebi que era difícil porque a maioria das mulheres indígenas que têm filhos em idade escolar, não sei agora, mas nessa época (2019) acessar a educação formal era muito difícil, porque eu já tinha tentado também ⁴⁷(NORIMA).

As mulheres perceberam, portanto, que era difícil acessar o CRAS, pois, para se inscrever, necessitavam já ter conseguido as vagas escolares. Norima agrega ainda que percebeu o acesso à educação como uma dificuldade generalizada entre as mulheres indígenas imigrantes. Essa observação de Norima evidencia a intersecção entre a xenofobia e o racismo que dificulta o acesso da população indígena à educação formal.

Norima expressou o ocorrido quando tentou inscrever sua filha na escola. Após várias ligações para o call center, finalmente conseguiu inscrever sua filha para realizar uma prova de nivelamento a fim de verificar o ano escolar em que seria matriculada.

Minha filha também, ela foi desaprovada. Então, me pediram para ir a uma escola e quando cheguei na escola [...] foi que cheguei na escola, tinha uma fila, entrei na fila para o registro e fiquei parada com os documentos das minha filha porque tinha todos os documentos e quando estava chegando minha vez, me olham e falam. então eu não falava português, então me falaram "espera aí", me tiraram da fila e eu vi que a fila avançava. Então, depois me dizem... ah depois que a fila acabou, eu vou e

⁴⁷ Dije [a la funcionaria del CRAS] "no, ella [la hija] no está estudiando", entonces pararon el cadastro ahí. No, no siguieron registrando, entonces allí... me di cuenta de que era difícil porque la mayoría de las mujeres indígenas que tienen hijos en edad escolar, no sé ahora, pero en ese tiempo [2019], acceder a la educación formal era muy difícil, porque yo había intentado también.

pergunto: "como vai ser? Como vou escrever à minha filha?". "Ah, acabaram as vagas"⁴⁸ (NORIMA).

A experiência negativa de Norima no processo de matricular sua filha na escola, após ter sido discriminada por ser uma imigrante indígena, afastou-a desse serviço, o que acarretou um atraso de um ano e meio no acesso de sua filha à educação. Ela relatou que:

Já tinha tentado [a inscrição escolar]. Mas "não está em outro tempo, já o tempo da inscrição passou, tem que chamar em tal data e isso". Então, logo depois que vou ao CRAS me falam que minha filha não está [na escola], me deixam assim... Então, faço uma ligação. Permitem a minha filha fazer a prova, já que ela foi desaprovada me mandam para a escola e acontece o que aconteceu. Então, eu voltei novamente para a ocupação e de verdade eu estava muito, muito mal"⁴⁹ (NORIMA).

Eis uma evidente experiência de racismo institucional por se tratar de uma “falha coletiva de uma organização responsável em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (ALMEIDA, 2019). Experiências de xenofobia e racismo podem levar a um distanciamento dos grupos afetados pelas políticas públicas e serviços públicos, como foi o caso de Norima, que levou mais de um ano para voltar a procurar vaga escolar para sua filha. Essa situação gerou violações de direitos para Norima ao ser discriminada em um serviço público e para sua filha ao ser impedida de ter seu acesso à educação garantido, conseqüentemente impedindo o acesso da família à política de assistência social.

A política de assistência social, através das condicionalidades criadas para seus programas, procura impulsionar sua intersectorialidade. Porém, para que isso ocorra e para que os diferentes serviços de saúde, educação, assistência social possam trocar informações e contribuir efetivamente para o acesso da população aos diferentes serviços, é necessário primeiramente que as pessoas não sejam deixadas à margem dos serviços. Como poderia a assistência social indicar a necessidade de ampliação de vagas no sistema escolar se nega a inscrição no Cadastro Único às pessoas em situação de vulnerabilidade que se encontram fora do sistema escolar? Na verdade, quando esta negativa ocorre, reforça-se a manutenção das

⁴⁸ *Mi hija también, ella desaprobó la prueba. Entonces, luego me pidieron ir a una escuela y cuando llegué a la escuela [...] fue que llegué a la escuela, había una cola, me puse en la cola para el registro y yo muy parada con los documentos de mi hija porque tenía todos los documentos, y cuando iba llegando... me quedan viendo y hablan. Y entonces, yo no hablaba portugués, entonces me dijo "espera ahí", me apartaron y vi que la cola avanzaba. Entonces después me dicen... Ahhh, después de que la cola acaba yo voy y pregunto "cómo va a ser: ¿Cómo voy a inscribir a la niña?". "Ahh, se acabó los cupos".*

⁴⁹ *Ya había intentado [inscrição escolar]. Mas "no está en otro tiempo, ya el tiempo de la inscripción paso, tiene que llamar en tal fecha todo eso". Entonces, luego después que voy al CRAS me dice que mi hija no está, me dejan así... Entonces, hago la llamada. Permiten a mi hija presentar la prueba, ya que desaprobada me mandan a una escuela y me pasa lo que me pasó. Entonces, de ahí regresé nuevamente a la ocupación y de verdad que estaba muy, muy mal.*

peessoas em situação de vulnerabilidade, mantendo-as tanto fora do sistema escolar, quanto fora do sistema do Cadastro Único. Há, pois, uma inversão do papel das condicionalidades do Programa Bolsa Família⁵⁰. Ao invés de possibilitar a identificação das pessoas em situação de extrema pobreza e suas dificuldades para acessar os serviços e, assim, contribuir para o planejamento de ações intersetoriais territorializadas, a negação ao cadastro, ao contrário, exclui essas pessoas de ambos serviços e direitos, tanto da educação quanto da assistência social.

Petra, após superar a dificuldade da matrícula escolar e tentar realizar novamente seu Cadastro Único, encontrou uma barreira, desta vez, na direção contrária. Petra e Albany que moraram na mesma ocupação, e atualmente moram na mesma comunidade, tiveram dificuldades para ter acesso à escola devido a impossibilidade de se cadastrarem no programa Bolsa Família. Petra relatou que:

Esse [auxílio emergencial] era de fácil acesso. O Bolsa Família é difícil, sabe? E outra, estávamos tendo dificuldades com as meninas, para as meninas irem para escola com a questão do transporte, não te aceitam no transporte se você não tem Bolsa Família (PETRA)⁵¹.

Elas moram em um bairro novo da cidade que ainda não possui serviços públicos. Por isso, suas filhas vão à escola no bairro mais próximo, que fica a 5km. Enfrentam, portanto, dificuldades para levar as crianças para a escola todos os dias. Ao tentar utilizar o transporte escolar gratuito foram informadas que só podem utilizar o serviço do transporte as famílias cadastradas no Bolsa Família. Albany expôs que:

O moço do ônibus procura o nome dela e diz "você está recebendo o bolsa família?". Eu digo "não". "Bom, tem que estar recebendo, se não, não posso levar ela" [responde o motorista]. E aí me tirou assim, me tirou, me exclui, pois, me exclui de lá. Então, depois fui fazer o cadastro e me deu muito trabalho! Passamos por um processo e outras "não, já te entregaram, já fiz o cadastro único, agora tem que esperar para receber", "ah, mas aí não posso fazer nada" e eu "ai meu deus!"⁵² (ALBANY).

⁵⁰ Entre a realização das entrevistas e a escrita da dissertação, o principal programa de renda básica, o programa Bolsa Família, sofreu alterações em seus critérios e concepção, sendo substituído pelo programa Auxílio Brasil em 2022. Em 2023, com a mudança do governo Bolsonaro para o novo governo Lula, o programa sofreu novas alterações e voltou a chamar-se programa Bolsa Família.

⁵¹ *Este [auxílio emergencial] era de fácil acceso. El Bolsa de Familia es difícil, ¿oíste? Y de otro estábamos pasando problemas con las niñas, las mininas para ir para la escuela con la cuestión del transporte, no la aceptaban el transporte si no tenías la Bolsa de Familia.*

⁵² *El chico del ómnibus busca el nombre de ella y sale, ¿"voce estás recibiendo bolsa familia"?, y le digo "no". bueno [responde o motorista do ómnibus], "tem que estar recibiendo más ahí, no, no posso levar la ella". Y ahí me, me tacho así, me tacho, me, me borro, pues me borró de ahí. ¡Entonces después fui a hacer cadastro que me costó bastante! Que pasamos por un proceso y voy otra vez, "no, que ya me dieron el, ya hice el cadastro único, ahora tengo que recibir", "más, ahí no puedes hacer nada" y yo "ay, Dios mío".*

Observa-se, pois, como o estado e os municípios utilizam-se da inscrição no Cadastro Único e a aprovação em programas sociais para possibilitar o acesso a outros benefícios e programas. Consequentemente, a não aprovação no Cadastro Único ou em programas vinculados a este em nível federal, como o Bolsa Família, acarreta que as famílias em vulnerabilidades não sejam contempladas e não possam acessar benefícios socioeconômicos locais.

Um relato que se destacou na contramão dos demais foi o de Yarelis em relação à sua inscrição no CRAS e à matrícula escolar de sua filha. Ela informou que à época sua filha ainda não se encontrava estudando, porém que esse não foi um empecilho para sua inscrição no Cadastro Único.

Sim, isso eu levei depois porque... eu passei um ano tentando conseguir, conseguir [a inscrição escolar] e foi muito complicado, não consegui inscrevê-la [...] porque tudo tem que ligar, ligar e depois que você liga, verificar se tem vaga, e isso às vezes acontecia que... eu não falava bem [português], e me diziam, eu não entendia o que me diziam. E tudo era complicado [...] ela tinha 15 anos. [me inscrevi no CRAS] com ela, mas ela não estava estudando e não colocaram dificuldades. Não me colocaram dificuldades nesse tempo não, eu á inscrevi [juntamente no Cadastro Único] rapidinho e não colocaram dificuldades, não sei⁵³ (YARELIS).

É importante contextualizar que Yarelis chegou a Boa Vista no início de 2018, logo ao início da aplicação da Lei de Migração, mesmo ano de instauração da Operação Acolhida. Algumas hipóteses podem ser levantadas para compreender o tratamento diferenciado recebido por Yarelis. A principal hipótese é que devido ao fato de Yarelis ter sido atendida pelo CRAS, que se encontra região do primeiro abrigo aberto em Boa Vista, que era um abrigo indígena, a equipe deste CRAS já se encontrava mais preparada para atender à população indígena imigrante. Outra hipótese é de que nesse período as barreiras impostas à população venezuelana, como a xenofobia institucional, ainda não refletiam tão fortemente no serviço de inscrição do Cadastro Único. Possivelmente por ser um serviço menos acessado pela população imigrante, até aquele período, a ideia que existe hoje da necessidade de criar barreiras para os venezuelanos de maneira a não atrapalhar o acesso dos brasileiros, ainda não existia. Ademais, Yarelis teve mais facilidade para realizar alguns processos devido ao apoio

⁵³ *Si, eso lo llevé después porque ya... un año que yo tuve consiguiendo y fue muy complicado, no la pude inscribir. [...] porque todo tiene que llamar, llamar y después te llamas, si hay cupo y eso lo hacía y a veces... no hablaba bien, pues me decía, yo no entendía lo que me decía. Y, todo se me hacía complicado. [...] ella tenía 15 años. [me inscribi] Con ella, pero ella no estaba estudiando y no le pusieron peo [dificultades, problemas]. No, no me pusieron, peo para ese tiempo, no, yo la escribí rapidito y no me pusieron peo, no sé.*

que recebeu da colega que a recebeu em Boa Vista, como, por exemplo, receber orientações para realizar sua regularização migratória e de ser acompanhada em sua primeira ida ao CRAS.

Yarelis e Josefina foram as únicas entrevistadas que conseguiram realizar o Cadastro Único e são também as entrevistadas que estão há mais tempo na cidade. Essa coincidência do momento da chegada a Boa Vista e de conseguir realizar a inscrição no CRAS pode indicar duas hipóteses: a indicação de um primeiro momento em que a xenofobia não estava enraizada na cidade e, portanto, havia um entendimento social das equipes do CRAS de que era direito das pessoas imigrantes se inscreverem no Cadastro Único; o contexto de governo, quando existia mais verba direcionada aos benefícios da assistência social; e o contexto político, a partir de 2019 do governo Bolsonaro, que exaltou um nacionalismo, como visto no lema "Brasil acima de todos", contribuindo para um sentimento de aversão aos estrangeiros e dificultando o acesso dessa população aos serviços.

A distinção do atendimento entre Yarelis e as demais entrevistadas mencionadas anteriormente, Petra, Albany e Norima, é mais um indicativo de que a matrícula escolar das filhas e filhos deveriam ser entendidos como uma condicionalidade para continuidade do recebimento de benefícios e não um requisito para a inscrição no Cadastro Único. Reforço que as condicionalidades devem funcionar como um caminho para proporcionar uma resposta intersetorial a situações de pobreza e extrema pobreza, de maneira a impulsionar que as beneficiárias busquem acessar as demais políticas públicas necessárias, e não como uma barreira para o acesso à assistência social.

4.3 Acesso ao SUS

A relação entre o SUS e a assistência social apareceu em um relato específico, no qual se destacou a impossibilidade de uma das entrevistadas de comprovar a deficiência de sua filha mais nova. Devido às dificuldades de acessar o serviço de saúde, Gladys decidiu omitir a informação sobre a saúde de sua filha, reduzindo o conhecimento da assistência social sobre sua realidade, as vulnerabilidades e suas oportunidades de receber alguns auxílios e serviços disponíveis no CRAS relacionados à população com deficiência. Gladys relatou que:

Eu não quis falar sobre a condição dela porque eu não tenho os documentos dela, entende? Então, para isso eu tenho que ter os documento aqui e como eu não trabalho, não tenho meios de me deslocar agora, ao alcance da mão, não tenho

porque não tenho como, por exemplo, pagar um uber, levar ela, já me falaram que eu tenho que levá-la em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)⁵⁴ (GLADYS).

Gladys elucidou em poucas palavras como a falta de renda afetava seu acesso à saúde e, conseqüentemente, seu acesso ao CRAS. De sua fala destaca-se como o acesso à renda mínima, de um programa como o Bolsa Família, poderia colaborar com o seu deslocamento e de sua filha para acessarem o serviço de saúde. Note-se que a rede de serviços de atenção psicossocial em Boa Vista possui 3 centros, porém, todos se localizam próximos ao centro da cidade, distantes do bairro onde Gladys vive com sua família.

Experiências negativas anteriores também afastaram Gladys de buscar atendimento de saúde. Ela declarou que:

Eu digo que aqui no Brasil qualquer um morre, sabe? Com qualquer doença que tenha porque aqui tudo é um processo. Ou seja, você tem que esperar, tem que conseguir um horário de atendimento aqui, tem que esperar outro agendamento ali, tem que conseguir outro agendamento, e anda para lá, anda para cá [...] me deram um "encaminhamento", um suposto encaminhamento, aonde o encaminhamento nunca existiu. Não... "tem que vir conseguir um agendamento tal", "tem que vir tal dia pela tarde", então eu vou, vou, e nunca tem... nunca tem agendamento, nunca tem vaga. Então, como eu digo, aqui as pessoas morrem, pois se você não tem dinheiro para ir em uma clínica para te operarem, você morre⁵⁵ (GLADYS).

Gladys teve alguns problemas de saúde e enfrentou dificuldades para acessar o serviço de saúde no Brasil. A partir daí, além das dificuldades na sua recuperação, ficou descrente com a possibilidade de levar sua filha e conseguir um laudo da sua deficiência. Ela já possuía o laudo médico na Venezuela e inclusive o trouxe para o Brasil, porém o documento molhou em um dia de chuva na ocupação em que vivem. É importante destacar, portanto, que a precariedade das instalações das ocupações, além da falta de água e energia, também afetam o acesso das mulheres aos serviços públicos, como demonstrado no caso de Gladys, através da deterioração de documentos importantes. A impossibilidade de acessar os serviços de saúde e conseguir a documentação necessária para comprovar a deficiência de sua filha, portanto,

⁵⁴ *Yo no quise hablar sobre la condición de ella porque yo no tengo los documentos de ellas, ¿me entiendes? Entonces, para eso tengo que tener los documentos de aquí y como yo no trabajo, no tengo la manera de cómo movilizarme horita, a la mano, no tengo porque no tengo la la manera, como quien dice, de moverme pagar un uber, llevarla, ya que a mí me dijeron que la llevará allá CAPS.*

⁵⁵ *Digo que aquí en Brasil cualquiera se muere, ¿me entiende? Con cualquier enfermedad que tenga, porque aquí todo es un proceso. O sea, tú tienes que esperar; tienes que dar una cita aquí, tienes que esperar a otra cita, tiene que otra cita, y anda allá, anda acá. [...] me pusieron, no "es un encaminhamiento", un supuesto encaminhamiento. Donde el encaminhamiento nunca existió. No, "tiene que venir a agarrar la cita tal", "tiene que venir el día por la tarde", entonces voy, voy, entonces nunca hay.... Nunca hay cita, nunca hay vaga. Entonces, como yo digo, aquí se mueren las personas. Pues, si tú no tienes plata para ir a una clínica para que te operen, tu te mueres.*

representam uma barreira para Gladys e sua família acessarem os serviços do CRAS, como por exemplo os benefícios direcionados a população com deficiência, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

4.4 Atendimento no CRAS: Acesso ao Cadastro Único e aos programas sociais

Uma vez expostos as dificuldades intersetoriais, ou seja, que envolvem outros serviços públicos e afetam o acesso ao CRAS, nesse tópico apresentarei os relatos das entrevistadas com relação ao acesso diretamente no CRAS.

As duas entrevistadas que possuem Cadastro Único e recebem o Programa Bolsa Família (PBF) relataram que foram bem atendidas na primeira vez que foram ao CRAS, conforme mencionado no quadro 3. Destaco novamente que as duas são as que estão no Brasil há mais tempo, tendo acessado o CRAS em 2018. Josefina relatou que:

A primeira vez que eu fui ao CRAS é... eu cheguei e havia um menino aí que era o que atendia e eu disse que vinha para me cadastrar e isso e me atenderam muito bem [...] me colocaram para dentro, me fizeram as perguntas que fazem no CRAS para poder fazer o cadastro, isso da renda, como cozinha, onde vive, o endereço⁵⁶ [...] (JOSEFINA).

Norima apresentou um relato similar: "Bem e foi tudo rápido, viu? É... tudo foi rápido e eu entreguei... me pediram a documentação da minha filha e a minha⁵⁷" (NORIMA). Com relação ao acompanhamento do CRAS, as duas entrevistadas também trouxeram relatos positivos. Josefina contou como esse seguimento ocorreu de maneira muito atenciosa:

[...] não vieram a minha casa não. Mas, sim ligaram, me chamaram por telefone quando tinha que atualizar algo. Me contataram por email porque eu tinha que ir trocar o número de telefone [no cadastro] porque eu tinha mudado e por email me mandaram aí eu fui... eu liguei lá, dei meu número e recentemente me chamaram do CRAS com o negócio de que tinha que atualizar a caderneta de vacinação no posto de saúde, das crianças e a minha⁵⁸(JOSEFINA).

⁵⁶ *La primera vez que yo fui al CRAS es ah... yo llegué y estaba un chico ahí que era el que atendía y yo le dije que yo venía para cadastrarme y eso y me atendieron muy bien. [...] Me colocaron para adentro, me hicieron las preguntas que hacen el CRAS para poder hacer cadastro y eso, de la renta de uno, que como cocina, y dónde vives, la dirección.*

⁵⁷ *Bueno y todo fue rápido, ¿oíste? Este... todo fue rápido y yo le entregué. Me pidieron documentación completa de mi hija y mía.*

⁵⁸ *[...] a mi casa, no, no, no han venido. Ahora para llamar, si, me han llamado por teléfono cuando este hay que actualizar algo. Eh por lo menos, me llamaron. Ah me contactaron por correo electrónico porque yo tenía que ir a cambiar mi número de teléfono que yo había mudado ahí yo fui... y yo llamé para allá, di mis números y hace poco me llamaron del CRAS con el negocio que tenía que actualizar la caderneta de vacina en el [puesto de] saúde de los niños y la mía.*

Podemos inferir das experiências de Josefina e Norima que um bom atendimento contribui para a aproximação da população com os serviços, favorecendo a prestação de informações uma vez que as pessoas se sentem confortáveis naquele espaço o que, conseqüentemente, facilita o acesso a esse serviço. Ao ser perguntada sobre como se sentia enquanto uma mulher imigrante durante o atendimento no CRAS, Norima expôs que "sempre me atenderam bem, nunca tive nenhum inconveniente"⁵⁹.

Gladys e Albany avaliaram que receberam um primeiro atendimento "normal", o que classifiquei como regular devido aos relatos. Gladys relatou que: "bem, de verdade, me trataram bem e me fizeram perguntas e isso. Tudo... tudo normal, pois, tudo normal"⁶⁰. Porém, após 3 meses de espera, sem receber a visita da equipe do CRAS, decidiu regressar ao serviço, ao que foi informada que deveria seguir aguardando a visita. Após 5 meses de espera, Gladys decidiu inscrever-se em outro CRAS, utilizando o comprovante de residência de um amigo e ex-empregador que vive em outra região. Ao ser perguntada se ao se inscrever em outro CRAS não encontraram um cadastro anterior, ela informou que não e que "aí foi aonde me cadastrei pela primeira vez" (GLADYS). Também expôs a respeito da diferente percepção do atendimento: "no CRAS 4 é diferente porque você contata por whatsapp e aí te dão um horário para você ir. Eu fui no horário marcado e me cadastraram. Não tive problemas". Satisfeita com a logística utilizada no novo CRAS, ela informou que o atendimento também foi bom, "me atenderem bem, pois, normal, pois, como atendem a todas as pessoas", o que demonstra que não sentiu diferença no atendimento dispensado a venezuelanas e brasileiras.

Albany, assim como Gladys, avaliou o primeiro atendimento que recebeu como regular, pois em realidade quando tentou acessar o CRAS 3 apenas recebeu a informação de que deveria voltar para retirada de senha no período da manhã. Ela destacou a diferença recebida nos dois serviços que esteve: "Naquele CRAS? Me trataram com mais respeito, era uma funcionária simpática, me tratou bem, não houve nada, não tenho do que reclamar lá, mas aqui..."⁶¹(ALBANY).

Ela só voltou a tentar inscrever-se no CRAS bastante tempo depois, quando já havia se mudado da ocupação, mudado de bairro e, portanto, de CRAS, e quando os CRAS reabriram após o período da pandemia. Após demonstrar um receio inicial, ela avaliou o atendimento: "somente, isso... de verdade que o atendimento... não gostei do atendimento! Porque, não sei

⁵⁹ *Siempre me han atendido bien, nunca he recibido ningún inconveniente en eso.*

⁶⁰ *Bueno, verdad, me trataron bien y me hicieron preguntas y eso. Este. Todo... todo normal, pues todo normal.*

⁶¹ *¿Allá en aquel CRAS? Me trataron como... con más respeto, era una funcionaria muy cariñosa, me trató bien, no tuve nada, no tengo nada que quejarme de allá, pero de aquí de...*

se era que estavam discriminando os venezuelanos⁶²". Então, ela expôs como foi para chegar ao CRAS e ser atendida:

Nesse dia que fui ao CRAS [...] chegamos, nós fomos caminhando por toda a rua até aí. [...] então, quando chegamos lá... assim... para nos tratarem dessa maneira de que [funcionária do CRAS] "deixa eu trabalhar, tem que trazer tudo junto, papéis organizados, por favor, saiam". Ela ia na frente e eu ia atrás, quando chegou minha vez de passar com todos meus documentos, tudo organizado, ela me disse "não posso fazer o cadastro não. Eu disse "por quê?", "porque você tem que ter os dois meninos estudando, não posso fazer nada, por favor, eu peço que se retire", me disse. E eu disse "Ah não!". Então, eu saio um momento, quando veem uma pessoa me pedir para... para dar minha senha, eu disse "realmente não vou poder, porque eu caminhei 5 km, quero que me cadastrem somente com ela" e então ela [a funcionária do CRAS] me pegou e me disse... que que entregasse o CPF. Então, quando eu a entrego meu CPF, ela me... ela me falou assim "eu vou fazer o cadastro só se você não receber nenhuma ajuda do governo". [...] eu não vi a lógica de porque ela tinha que falar assim, sabe? Então eu fiquei. Foi "não, não, não, quero que façam meu cadastro porque eu fui quem madruguei, fui eu! Eu fui que tive que caminhar. E mais, tenho um problema em uma perna que não posso ficar tanto tempo em pé, quero que me cadastrem! (ALBANY)⁶³.

O relato de Albany demonstra a rispidez com a qual foi recebida no CRAS. Ademais, fica evidente a falta do diálogo entre os serviços de assistência social e educação escolar na fala da funcionária ao afirmar que "não pode fazer nada", eximindo-se de seu papel enquanto agente estatal de notificar o setor educacional sobre a falta de vagas. Albany só conseguiu se cadastrar no serviço ao sugerir que um de seus filhos ficasse de fora do cadastro da família. Foi a partir da sua própria iniciativa de sugerir uma solução para as burocracias do sistema - omitindo dados importantes sobre sua família, e deixando explícito que ela devia ser atendida pois havia chegado mais cedo - que ela conseguiu ser cadastrada. Conforme mencionado anteriormente, a única "solução" encontrada até o momento com relação à vaga da creche para seu filho seria aguardar até que ele completasse 6 anos e pudesse ingressar no Ensino Fundamental I, na escola onde teria preferência por já ter uma irmã estudando na instituição.

⁶² *Solamente, eso... hay que de verdad el atendimento.... ¡no me gustó el atendimento! porque no sé si era que estaban discriminando a los venezolanos".*

⁶³ *Ese día que llegue el CRAS[...] llegamos, nos fuimos caminando por toda esa calle por ahí. [...] entonces cuando llegamos allá este para que nos traten así de esa manera de que ese "deixa eu trabalhar, tem que trae todo junto ahí, papeles en regla, todo por favor retirese". [...] Ella iba adelante y yo iba detrás, cuando a mí me tocó pasar con mí todos mis documentos, ya todo en regla, ella me dijo, "no puedo, posso fazer cadastro no". yo le digo, "por qué"? "Porque você tem que ter os dos minino estudando, no, no puedo fazer nada, por favor, Eu pido que se retire", me dijo. Y yo le dije "¡Ah no!". Yo me retiro al momento y cuando vinieron a pedir una persona para, como para hacer, este, para darle mi seña, yo le dije, "realmente no voy a poder porque sabes que caminé 5 km, quiero que me la cadastren solamente con ella" y entonces ella agarró y me dijo.... que, que le diera el CPF. Entonces cuando yo le doy CPF ella me... ella me falo así "eu vou fazer o cadastro só se você no reciben ninguna ayuda del Gobierno". [...] o sea, no le vi la lógica de porque ella tenía que hablar así. ¿Me entiendes? Entonces yo me quedé. Fue, "no, no, ¡yo quiero que me hagan mi cadastro porque la que madrugue fui yo! Yo fui la que tuve que caminar. Es más, tengo un problema en una pierna que no puedo estar mucho tiempo parada, quiero que me cadastre.*

Albany questionou o tratamento recebido no CRAS 1 e concluiu que só poderia ser por discriminação à população venezuelana. "Eu não gostei do atendimento porque... me dá assim uma vontade de chorar! Porque, eu digo, porque tem que tratar uma pessoa assim⁶⁴". Albany fez outras considerações com relação à percepção do diferente tratamento dispensado aos brasileiros, aos venezuelanos que sabem falar português fluentemente e aos venezuelanos não tão fluentes em português. Ela constatou que:

É só uma pergunta. Porque tem venezuelanos que sabem falar mais [português] do que outros e metem a falar. Falam o português e eles ficam [...] pensam que é brasileiro. Ou seja, eu chegou lá "buenos días chicas, quiero saber si yo fui aprobada", [tom rude] "ah, por favor, tem que vir às 11 horas, 12 horas, "tem que esperar, aguardar que venha um funcionário..." [...] eu percebia porque eu vi que chegavam brasileiros, pessoas brasileiras e ela não falava assim. [Voz gentil] "Amor, bom dia, aguarde só um minutinho", e então passava, "ei, leva essa moção lá na sala, por favor...", o atendimento era diferente⁶⁵(ALBANY).

Outro fato a ser destacado é que após 3 meses, Albany regressou ao CRAS, conforme foi orientada, para verificar se seu cadastro havia sido homologado e algum benefício aprovado. Ela informou que ao voltar, pouco tempo antes da realização dessa entrevista, foi informada pela funcionária que: "moça, tem que aguardar, tem que ter no mínimo quatro ou cinco meses, até um ano!". Esse foi o tempo que lhe foi informado para a aprovação do cadastro. Recordo que no caso de Norima, cadastrada em 2018, o tempo para o retorno do seu benefício foi de três meses.

Petra é vizinha e colega de Albany e fez relatos semelhantes com relação a seu acesso ao CRAS, mas tendo avaliado os atendimentos recebidos como ruins. Elas estiveram juntas na segunda vez que ambas foram ao CRAS, ao qual Petra considera que "realmente entrou no CRAS como tal, foi nesse dia⁶⁶", pois anteriormente em razão da falta de documentação, ela sequer chegou a entrar no estabelecimento. Ela relatou que durante o período da pandemia:

Fecharam o CRAS, estava fechado, assim como se fosse essa casa [apontando para uma casa fechada na vizinhança]. Então, tinha um comunicado aí que dizia que, que "por hora está fechado pela questão da pandemia" [...] somente diziam que "depois

⁶⁴ *El trato no me gustó porque eso me pone así como con ganas de llorar, porque lo digo "¿porque tienen que tratar una sí?"*

⁶⁵ *O sea, que uno le está haciendo, si solamente es una pregunta. porque hay venezolanos que saben falar más [portugues] que uno y le meten el embuste enseguida ahí. Le falan portugués y ellos se quedan así. [...] porque ellos piensan que es brasileiro! o sea yo llego allá eh "Buenos días, chicas, pero yo quiero saber si yo fui aprobada", [tom rude:] "ah, por favor tienes que venir a 11 horas, 12 horas", "por favor, tem que aguardar" [tom rude], algo así. "Tem que esperar a guardar a la que ven un funcionario, atendimento que venga un funcionario...". [...] yo la sacaba así era porque yo veía que llegaban brasileiros, personas brasileiras y ella no le hablaba así. "Amor, Bon día, aguarde só um minutinho"[voz gentil] y entonces pasaba "ei, leva essa moça lá na sala...", el atendimento era diferente.*

⁶⁶ *Realmente he entrado al CRAS como tal, fue ese día.*

da pandemia... não venham se cadastrar até que termina o auxílio emergencial⁶⁷ (PETRA).

Petra relatou que recebeu o auxílio emergencial e que não era possível se inscrever no CRAS durante o período da pandemia.

Assim como Albany, Petra relata a dificuldade em chegar ao local do CRAS. Foram juntas cadastrar-se no CRAS. Além de se apoiarem, é uma forma de garantirem segurança devido à distância que precisam caminhar para chegar ao serviço.

Eu falei para ela "vamos sim, pois eu te acompanho, como temos que tão escuro daqui e fomos às 3 da manhã [...] Fomos caminhando porque aqui não tem carro, não tem acessibilidade de carros, nenhum mesmo um uber ia vir a buscar a essa hora, nada. E tampouco tínhamos dinheiro [risos]. Tampouco bicicleta. Sim, então fomos e quando chegamos... chegamos de manhãzinha (ALBANY)⁶⁸.

Petra explicita as dificuldades que enfrentaram para chegar ao serviço, destacando as barreiras de mobilidade urbana, já mencionadas brevemente por Albany. Ao entrar no serviço, Petra foi informada que faltava um documento: "quando eu entro ela me diz "não, te falta uma cópia", eu digo "onde posso fazer a cópia", "vai ali" e eu caminho, não sei, umas duas quadras⁶⁹". Petra relatou que já nesse momento o tratamento dado era rude, com falas ríspidas:

No momento que eu falei... [barulho de coisas batendo na mesa], [a funcionária do CRAS respondeu] "sim, está ok", "aqui", "é que esses merecem estar aqui"... e a gente se sente mal, sabe, porque... [tom alto e rude] "senhora, tem que atender os requisitos [...] não sabe que tem que ter cópia?", e eu desesperada tirando todos os documentos. [...] [em tom alto e ríspido] "Se retire, vá fazer a cópia" ... e eu fui correndo, quando voltei "não... a sua vaga? Eu não guardo vaga para ninguém!⁷⁰(PETRA).

⁶⁷ Cerraron el CRAS, estaba cerrado, así como si fuera esta casa. Y entonces tenían un comunicado ahí que decía que, que "por el momento que estaba cerrado por la broma de la pandemia". [...] Solamente decían que "después de la pandemia... que no se vengam a cadastrar hasta que termine el auxilio emergencial".

⁶⁸ Yo le dije a ella [a Petra] "vamos a ir, pues yo te acompaño", como tenemos que ir tan oscuro de aquí, y nos fuimos a las 3:00 h de la mañana. [...] Nos fuimos caminando porque aquí no no hay carro, no hay accesibilidad de carros, ni siquiera iba a venir un Uber a buscar a esa hora, nada. y tampoco teníamos dinero [risos]. Tampoco bicicleta. Sí, entonces nos fuimos y cuando llegamos.... llegamos en la mañanita y eso.

⁶⁹ Cuando yo entro me dice, "no te falta una copia"; yo le digo "donde la puedo sacar", "anda allá", y yo camino como, que se yo, dos cuadras...

⁷⁰ En el momento cuando yo falei, que yo hablé... (barulho de batendo coisas na mesa) "Sim, está ok", "aqui", "es que estos merecen estar aquí"... y uno se siente mal, me entiendes, porque.... [...] "SEÑORA, éste... debe, por favor, los requisitos tengo que tener todo, [...] ¿no sabe que tengo que tener copia?, ¿tú no sabes que...? [em alto tom e ríspidamente]" y yo ahí desesperada y sacando todos los documentos [...] "[Se] Retire, vaya, vaya lá[fazer a cópia] [em tom alto y ríspido]"... y yo me yo me fui corriendo, cuando llegué, "no, la vaga de você, yo no guardo vaga para ninguém[em tom alto y ríspido]".

Apesar de ter chegado cedo e conseguido a senha, Petra não conseguiu cadastrar-se nesse dia devido à falta do CPF de uma das filhas. A rispidez com que foi recebida e tratada indica que, infelizmente, apesar da Lei de Migração garantir igualdade de direitos a brasileiros e migrantes, funcionários dos serviços públicos não têm essa percepção, afetando o acesso da população a esses serviços.

Uma informação importante sobre o contexto de Boa Vista é que em janeiro de 2020 foi aprovada a Lei Municipal 2.074/2020 limitando ao máximo de 50% o uso dos serviços públicos de saúde para estrangeiros (CONNECTAS, 2020). Embora vetada devido a sua inconstitucionalidade pela prefeita à época, o veto foi derrubado pela câmara de vereadores e a lei entrou em vigor. Posteriormente, a lei foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal devido ao seu caráter inconstitucional por não garantir igualdade de direitos, impedir o acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS) e não encontrar amparo na Lei de Migração, nem em tratados internacionais assumidos pelo Brasil (CONNECTAS, 2020). Apesar de não se encontrar mais em vigor, percebe-se que a ideia de limitar até 50% o acesso de imigrantes aos serviços proposta pela lei permanece no imaginário social boavistense. A concepção dessa limitação de 50% é um exemplo de estruturas mentais criadas pela ideia de Estado, conforme teorizado por Avallone e Gerbay (2021), que tanto cria a ideia de nacionais e não nacionais, fragmentado os direitos humanos e limitando o acesso ao Estado aos que consideraram como "não-cidadãos", os Outros.

Como já apontado por Petra e Albany, as mulheres procuravam ir juntas aos serviços de maneira a apoiar umas às outras no deslocamento até o CRAS, no entendimento do idioma na hora do atendimento, entre outros. Esse apoio entre as mulheres também aparece no relato de Norima ao mencionar que "as mulheres não se atreviam a ir sozinhas no CRAS"⁷¹ (NORIMA). Sendo assim, é comum que em um mesmo dia haja um grupo grande de mulheres venezuelanas buscando atendimento em um mesmo serviço. Petra expôs que "eram cinco, éramos cinco e... eles tinham cinco vagas que são oferecidas diariamente, é o que dispõem diariamente nesse momento"⁷². Norima também expôs que recebeu do CRAS orientações de que as famílias Warao não deveriam ir todas juntas, que "não tinha que ser assim, que deveriam ir apenas duas famílias por dia". Petra compartilhou sua percepção do incômodo dos funcionários do CRAS em distribuir as cinco senhas para as mulheres venezuelanas. Ela constatou que:

⁷¹ *Las mujeres no se atrevían a ir solas al CRAS.*

⁷² *Porque éramos 5, éramos 5 y... lo que tenían eran 5 vagas que quedan diario, le daban diario en este momento.*

Eu, eu creio, me parece que, me parece, pois... Eu creio que lá [no CRAS] se vão ajudar algum venezuelano, esse tem que ter estar em muita desvantagem [...] Obviamente, em primeiro lugar os brasileiros e depois se vão atender algum venezuelano tem que estar de final, mal, mal...⁷³(PETRA).

Depreende-se dessa fala de Petra que é perceptível a preferência dada aos brasileiros no CRAS de sua região. Portanto, embora a lei municipal não esteja em vigor, a ideia trazida por ela de limitar a quantidade de acessos a um serviço ainda permanece no imaginário de alguns servidores(as). Percebe-se também um desconhecimento da Lei de Migração que garante "acesso igualitário e livre do migrante", conforme art. 3º, e "em condição de igualdade com os nacionais" aos serviços e políticas públicas, conforme art. 4º.

A outra entrevistada que avaliou como ruim o atendimento que recebeu no CRAS foi Norima. Conforme mencionado anteriormente, Norima já "havia buscado o CRAS, mas não haviam deixado[a] terminar o cadastro porque disseram que minha[sua] filha tinha que estar na escola⁷⁴". Após superar as barreiras pontuadas anteriormente e conseguir finalmente matricular sua filha na escola, Norima contou como foi seu primeiro atendimento no CRAS:

Foi rápido o atendimento e tiveram... me fizeram muitas perguntas e consegui responder todas, mas não com tanta facilidade porque havia coisas que eu não entendia [...] então eu não sei quê... que respostas eles colocaram nas coisas que eu não entendia, até agora é um mistério realmente [risos]⁷⁵ (NORIMA).

A dificuldade de comunicação é destacada por Norima e é importante lembrar que apesar da proximidade entre espanhol e português, há vários "falsos amigos", ou seja, palavras similares com significados completamente distintos nos dois idiomas. Norima fala fluentemente espanhol, mas seu idioma materno é o Warao, o que pode colocar ainda mais obstáculos nessa interpretação entre o português e o espanhol. Ela, inclusive, destacou que devido à sua fluência em espanhol, ela teria mais facilidade nessa comunicação e expôs: "se eu, que falo espanhol, me senti pouco acolhida, não me senti acolhida, como se sentiram outras mulheres?⁷⁶"(NORIMA).

⁷³ *Y yo, yo creo, me parece que me, me, me, me parece, pues. Yo creo que allá [en el CRAS] si van a ayudar a algún venezolano, tiene que tener una gran discapacidad [...] Obviamente en primer lugar los brasileiros y después se van a atender a algún venezolano tiene que estar en la noña [inaudible], malo, malo...*

⁷⁴ *Había buscado al CRAS, pero no me habían dejado terminar el cadastro porque me dijeron que mi hija tenía que estar en la escuela y todo eso.*

⁷⁵ *Fue fue rápido la atención, y tuve... me hicieron muchas preguntas y pude responder todas, pero no con tanta facilidad porque había cosas que no entendía[...] Entonces, yo no sé qué, qué respuesta ellos colocaban en las cosas que yo no entendía, hasta ahora es un misterio realmente [risos].*

⁷⁶ *Si yo me sentía poco acogida, no me sentía acogida. ¿Cómo se sentirán otras mujeres?*

Norima explicou como se sentiu durante o atendimento que recebeu no CRAS. Ela apresentou que:

Bem, na primeira vez que fui, eu sinto que me atenderam muito mal na primeira vez. Porque eles revisaram os documentos, perguntaram não sei o que. Então, me explicaram em português, tudo muito rápido, quase não entendi completamente... compreendi que não podia por causa da minha filha. Então, creio que voltei a segunda que foi... em compensação foi, assim, como que mais rápido o atendimento, mas igual com dificuldades para entender, então, eu não posso dizer que me atenderam bem, bem, bem, assim como tal. Não, não creio, não me senti confortável, acolhida⁷⁷ (NORIMA).

A dificuldade de comunicação e a percepção de falta de atenção se destacam no relato de Norima. Ademais, é importante considerar que as brasileiras tendem a ter mais conhecimento do funcionamento do CRAS devido à sua vivência no território, seja devido às notícias que já viram ou ao relacionamento com pessoas que já acessaram o serviço. Neste caso, pessoas imigrantes, por terem vindo de outro país, não tiveram o mesmo contato, nem o mesmo acesso a informações sobre o CRAS e estão habituados às políticas de seu próprio país, as quais podem diferir das políticas do novo território. Nesse sentido, padronizar atendimentos para todos os públicos mostra-se, ao pensar nas interseccionalidades, um fator de limitação para o acesso de diversos grupos aos serviços públicos. Na próxima seção serão apresentadas algumas sugestões de como contemplar diferentes grupos de maneira a proporcionar um acesso mais igualitário ao CRAS.

4.5 Como Tornar o CRAS Mais Acessível: das mulheres (venezuelanas) para o CRAS

A partir das análises dos relatos das mulheres entrevistadas, apresento a seguir propostas para facilitar o acesso das mulheres imigrantes ao CRAS. As propostas surgem a partir do intercruzamento entre as propostas das participantes, a análise do contexto e de conjuntura alinhadas às considerações teóricas.

A primeira sugestão vem a partir do relato de Josefina que sugeriu que os serviços oferecidos no CRAS deveriam ser mais difundidos. ‘Informar "olha, aqui temos tal coisa, temos para as crianças, temos isso’ e dar informação para todo mundo do que tem aí”

⁷⁷ *Bueno eh, la primera vez que fui yo, siento que me atendieron muy mal la primera vez. Porque ellos revisaron los documentos, preguntaron qué no sé qué. Entonces, me explicaron en portugués, todo muy rápido, casi no entendí total que, comprendí que no podía por lo de mi hija. Entonces creo que regresé la segunda vez que fui... en cambio fue así como que más rápido la atención, pero igual con dificultades para entender, entonces yo no puedo decir que me atendieron bien, bien, bien, como tal. No, no creo, no me sentí comfortable, acogida.*

(JOSEFINA, 2022). Infere-se desse relato que o conhecimento a respeito dos serviços e programas oferecidos pela assistência social estão muito limitados ao Programa Bolsa Família, o qual foi mencionado anteriormente por várias das entrevistadas como sendo bem difundido entre a população venezuelana. Josefina também pontuou que a realização de visitas por parte das equipes do CRAS às moradias das famílias seriam produtivas. Certamente contribuiria para aprimorar o conhecimento dos funcionários dos CRAS sobre a realidade das famílias que vivem em ocupações urbanas. Esse relato demonstra que embora haja previsão das visitas, na prática, ela dificilmente acontece, o que se pressupõe ocorrer por falta de estrutura para que os órgãos possam realizá-la.

Entre as sugestões apresentadas por Gladys e Albany, elas expuseram a importância do atendimento no CRAS ocorrer em ambos os turnos: de manhã e pela tarde. Foram apresentadas anteriormente as dificuldades das mulheres de acessarem o CRAS no período matutino, pois não chegam a tempo para conseguir uma senha na distribuição realizada pela manhã. Famílias que moram longe, que têm dificuldades de locomoção ou transporte são prejudicadas com a distribuição realizada apenas em um turno. Em relação aos turnos de atendimento, Gladys se incomodou com a falta de atendimento à tarde. "Por qué não atendem igualmente pela tarde? [...] Tem um sistema que geralmente não funciona pela tarde!⁷⁸". Fica em aberto a dúvida se o CRAS no qual foi atendida possuía uma escala de novos atendimentos somente pela manhã, ou se só realizava atendimentos internos pela tarde, ou, considerando a menção ao sistema, se haveria ocorrido algum problema no sistema nos dias que Gladys tentou acessar ao CRAS. É importante mencionar que Boa Vista sofre constantemente com a instabilidade de conexão de internet pois Roraima é ligada ao resto do país via Manaus por uma conexão instável e que sofre constantes quedas, afetando a realização de todo tipo de serviço ligado à rede, como é o caso dos cadastros.

As sugestões de Petra foram com relação à estrutura de pessoal para atendimento no CRAS. Ao notar a limitação dos funcionários para atender a comunidade, sugeriu que "o que podiam fazer é: colocar mais funcionários⁷⁹". A percepção de Petra soma-se a outra feita anteriormente por Josefina a respeito da troca frequente de trabalhadores do serviço. Conclui-se que há uma desvalorização dos servidores da assistência social a partir da reduzida quantidade de funcionários e da mudança frequente. A reduzida quantidade de pessoal compromete a qualidade dos serviços, impedindo atendimentos de qualidade, gerando demora

⁷⁸ ¿Porque no atienden también igual en la tarde? [...] tienen un sistema de qué mayormente en la tarde no hay sistema!

⁷⁹ Yo acho que, que pudieran hacer es: poner más funcionarios.

no retorno, no monitoramento das condicionalidades e dificultando a articulação com outros serviços que ficam preteridos frente a outras atividades internas. A alta rotatividade de pessoas dificulta o aprofundamento na formação de profissionais no serviço, nas relações entre serviço e comunidade, no conhecimento do território de trabalho e na articulação de parcerias. A articulação intersetorial, o fortalecimento de resposta em rede, o conhecimento do território são atividades que demandam tempo dos profissionais e são atividades que devem ser reconhecidas e valorizadas no momento da formação do tamanho das equipes do CRAS.

Petra e Albany, ao serem indagadas a respeito das melhorias que poderiam ser implementadas para facilitar o acesso ao CRAS, mencionaram sua percepção da xenofobia. Albany expôs que "não sei como dizer, não... eu também não... porque eles [funcionários do CRAS] têm sua maneira. Não sei se eles sentem raiva dos venezuelanos"⁸⁰. Petra relatou que "eu acho ruim porque somos prejudicados [no acesso ao CRAS] [...] seria um política..."⁸¹. Por fim, apresentou uma visão considerando a percepção dos funcionários do CRAS:

Ao melhor aconteceram coisas aí que nós estamos pagando. A consequência, pode ver [...] que tenha acontecido algo e não é culpa completamente da funcionária, senão que deve ter chegado um venezuelano e a enganou⁸² (PETRA).

Essa percepção de que o mal atendimento se deve a uma vingança devido ao mal comportamento de outros venezuelanos aparece com alguma frequência nos relatos da população imigrante. Essa percepção reforça o Estado enquanto uma estrutura mental (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021), a qual divide as pessoas enquanto nacionais e não-nacionais, colocando grupos diversos e heterogêneos dentro das caixinhas nacionais: venezuelano, haitiano, boliviano. Devido à ideia de um Estado-nação, formado por um povo que é um grupo populacional teoricamente homogêneo, atribuições são feitas de maneira generalizada a todos os nacionais de um país. Nessa visão, não há distinção entre as pessoas atendidas, das mencionadas em reportagens de jornal, de vizinhos ou colegas de trabalho, todas são colocadas nessa grande categoria universalista do Estado-nação: os venezuelanos. Quando essa generalização é feita, todos os "integrantes" desse grupo homogeneizado serão responsabilizados pelos "erros" cometidos por qualquer membro do grupo.

⁸⁰ *No sé cómo decir, no, yo tampoco no sé, porque si ellos tienen su forma. Yo no sé si ellos sienten rabia por los venezolanos.*

⁸¹ *Yo lo lo veo mal porque somos perjudicados, pues. [...] Ya sería ya una política...*

⁸² *A lo mejor ahí han pasado cosas ahí y nosotros estamos pagando. La consecuencia puede ver, [...] no es culpa de la funcionaria total, sino que a lo mejor ha llegado a un venezolano, la ha engañado...*

Capacitações sobre acesso de imigrantes a serviços devem criticar o nacionalismo metodológico, as generalizações feitas sobre os fluxos migratórios e reforçar a importância de conhecer e considerar a diversidade das pessoas imigrantes nos atendimentos. Reconhecer a diversidade de grupos "homogeneizados" pelo nacionalismo metodológico (AVALLONE; MOLINERO GERBEAU, 2021) é um caminho importante para descolonizar o atendimento à população imigrante do Sul global e de reconhecer as interseccionalidades, como apontado por Collins e Bilge (2021), que inter cruzam as vivências da população imigrante. Além de fugir aos estereótipos impostos principalmente aos imigrantes do Sul global, um olhar a partir da perspectiva transacional, da migração como fato social total, permite conhecer as relações que também atravessam as fronteiras (ARAÚJO, 2010), relações familiares, econômicas, políticas e religiosas. Conhecer se uma imigrante possui redes de apoio, suas relações familiares na cidade de acolhida e na de origem, suas possibilidades de emprego, como ocorreu seu processo migratório e seu estabelecimento na cidade, permitirão conhecer fatores que afetam a realidade e as possibilidades das pessoas imigrantes de maneira diferente das pessoas locais. É esse conhecimento que possibilita identificar as vulnerabilidades vivenciadas por imigrantes e são fundamentais para poder avaliar apropriadamente os encaminhamentos e analisar o perfil familiar para poder acionar outras políticas públicas ou programas sociais. É através dessas análises que a proposta teórico-metodológica da interseccionalidade (MAGLIANO, 2015) pode contribuir para melhorar os atendimentos, serviços e políticas públicas voltados à população imigrante.

Não se deve presumir que todo imigrante está em situação de vulnerabilidade social. É preciso conhecer em quais condições a pessoa e família atendida realizaram seu deslocamento para analisar possíveis situações de vulnerabilidade. Ademais, é preciso verificar como atuam os diversos marcadores sociais, mencionados anteriormente, vulnerabilizando grupos específicos nesse processo migratório. Novamente, não se deve presumir a ocorrência de violações de direitos, mas entender que determinados grupos, devido aos eixos de poder existentes, estão mais suscetíveis a situações de violações de direitos. Essa tentativa de generalização dentro de um mesmo grupo social está entre as críticas apontadas pela teoria interseccional (MAGLIANO, 2015).

Uma demanda bastante frequente nos relatos da população imigrante que também apareceu nas entrevistas foi com relação às dificuldades de comunicação. Essa sugestão de melhoria foi apresentada por Norima e Yarelis, as duas mulheres indígenas entrevistadas. Norima expôs que:

Deveriam ter um tradutor que fale espanhol, warao, eñepa, dependendo de onde estão concentrados majoritariamente esses grupos. Para facilitar e também orientar aonde, aonde ir. Porque as pessoas vão [ao CRAS] e as vezes [orientam] "olha, tem que ir para lá [outros serviços], tem que ir... então, as pessoas ficam perdidas⁸³ (NORIMA).

Norima destaca que a grande quantidade de informação provida no momento de um atendimento pode acabar confundindo quem está sendo atendido. A utilização de mapas é uma ferramenta que pode contribuir para a familiarização de imigrantes como os serviços disponíveis no novo território.

Yarelis destacou a importância do tradutor cultural tanto para indígenas quanto para não indígenas: "ou seja tem que ter pelo menos um tradutor, um intermediário [...] porque de verdade, tem muitas pessoas, indígenas, também aí... também pessoas não indígenas que necessitam⁸⁴" (YARELIS). Entre as sugestões para vencer a barreira da comunicação podem ser consideradas diversas estratégias como o investimento em formação bilíngue das equipes do CRAS, na contratação de profissionais bilíngues e binacionais, disponibilização de materiais traduzidos e parcerias com cursos de letras de universidades. Alguns desses caminhos são interessantes na construção de um Estado que atende a populações diversas, plurinacionais, indígenas, caminhando na direção de descolonizar nosso entendimento de Estado.

Outra sugestão apresentada por Yarelis é a contratação diretamente de imigrantes, iniciativa já existente em cidades onde foram criados os Centro de Referência em Assistência ao Imigrante (CRAI). "Você sabe que tem indígenas muito bem preparados, principalmente entre os Warao, tem muitos estudados e eles poderiam ser intermediários para poder traduzir, ou seja, na sua própria língua, e fazer encaminhamentos⁸⁵"(YARELIS). A contratação de profissionais indígenas também representa um excelente caminho na descolonização do Estado ao romper com as lógicas coloniais de divisão racial do trabalho, na qual alguns segmentos populacionais são vistos sempre vulnerabilizados e nunca como parte do Estado (BOTELHO, 2013)

⁸³ *Deberían tener un traductor que hable español, que hable warao, que hable enepa. Dependiendo de donde están concentrados mayormente los números. Para facilitar y para orientar también dónde, dónde va a entrar. Porque también uno va y a veces mira, tienes que ir para allá, tienes que ir, entonces uno queda ahí perdido.*

⁸⁴ *O sea que por lo menos tiene que haber un traductor, un intermediario [...] porque de verdad hay muchas personas, no tanto como indígenas, también ahí... también como personas no indígenas que también necesitan, un requerimiento de un traductor.*

⁸⁵ *Porque tú sabes que hay indígenas también que hay preparado, por lo menos Warao, que hay muchos preparados también y ellos pueden ser intermediarios para que ellos puedan traducir, o sea en su lengua, pues ellos hacerles un encaminhamiento.*

Foram encontradas algumas informações sobre iniciativas em Boa Vista que indicam a realização de capacitação do CRAS para o atendimento da população imigrante⁸⁶ e para a contratação de tradutores⁸⁷. As informações, porém, não são exaustivas no sentido de mencionar quais serviços são alcançados, se cobrem toda a rede de serviços socioassistenciais de Boa Vista e se as capacitações alcançam toda a rede, com qual frequência ocorrem, ou seja, se são um programa de longo prazo ou se são ações pontuais.

Um fator que apareceu como fundamental para garantir o acesso das mulheres ao CRAS é fortalecer o vínculo entre as políticas públicas, ou seja, a intersetorialidade. Mais da metade das entrevistadas destacou que a impossibilidade de inscrever seus filhos na escola impediu que elas acessassem o CRAS. Essa limitação no acesso aos direitos se realimenta quando as mulheres encontram desafios para acessar o transporte escolar por não estarem inscritas no CRAS, afetando diretamente a presença escolar das crianças, condicionalidade para programas importantes como o Bolsa Família. É essencial que ao invés de serem dispensadas do CRAS por "falta de documentação", essas mulheres recebam informações e sejam orientadas sobre como acessar os serviços públicos. Considerando a importância da intersetorialidade, o CRAS desempenha um papel importante ao contribuir com dados sobre a quantidade de crianças fora da escola em suas áreas de abrangência, fortalecendo a demanda por mais professores e escolas.

Conforme já apontado, encontrar-se em um novo território também significa reaprender sobre o funcionamento de serviços básicos, visto que eles funcionam diferentemente em cada país. Por isso, uma barreira constante para a população imigrante, considerando um fluxo contínuo de novas pessoas, é a falta de informação sobre os serviços que o CRAS oferece, como acessá-los e o entendimento do seu funcionamento. Uma solução é a realização de palestras informativas sobre o CRAS, no próprio local moradia das populações ou em associações de imigrantes, espaços públicos ou em regiões com maior predominância dessa população. As informações podem ser difundidas em dias estratégicos em parceria com outros serviços como nos dias de matrícula escolar ou durante campanhas de vacinação. As informações também podem ser difundidas em materiais escritos fixados no próprio CRAS, em panfletos para circulação, e sempre que possível recomenda-se que seja disponibilizado em outros idiomas também. Pensar um serviço que deve ser continuamente apresentado, divulgado e explicado inclusive em diversos idiomas é pensar o Estado a partir

⁸⁶<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/unfpa-capacita-profissionais-da-assistencia-social-de-boa-vista-para-atuacao-com-refugiados>

⁸⁷ <http://www.avsi.org.br/projeto/super-panas/>

de sua composição por nacionais e não-nacionais (SAYAD, 2010), uma realidade do século XXI.

Uma demanda para acessar o CRAS que se destacou devido às soluções diversas encontradas pelas entrevistadas é a apresentação do comprovante de residência. As participantes mostraram como esse é um documento que pode ser compreendido de diversas formas, não apenas na formalidade das contas de luz e água, mas através da declaração de associações de vizinhos, de lideranças comunitárias, entre outros. É importante, porém, destacar que esse não é um documento que deve suspender ou barrar o acesso ao CRAS, havendo inclusive orientações do próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sobre como cadastrar pessoas em situação de acolhimento ou em situação de rua as quais não possuem esse documento.

As sugestões apresentadas nesse tópico indicam caminhos que contribuem para reduzir os desafios do acesso das mulheres venezuelanas ao CRAS e para a implementação efetiva da Lei de Migração. As propostas apresentadas demonstram a importância da análise interseccional para a construção de políticas públicas que sejam efetivas para os mais diversos públicos, que devem todos ser percebidos e considerados parte integrante do Estado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuir para a melhoria de políticas públicas é um desafio que deve ser construído conjuntamente entre teoria e prática. É necessário pensar o Estado que se quer construir para poder executar políticas nessa direção e ao mesmo tempo conhecer a prática para poder pensar o Estado. Com este intuito, o trabalho buscou ao longo de todo seu desenvolvimento transversalizar a questão migratória na política de assistência social através do diálogo que se propõe entre academia e política pública.

Ao longo deste trabalho destacou-se como a ausência de intersectorialidade entre os serviços têm impedido as mulheres imigrantes de acessarem as políticas públicas, principalmente a política de assistência social. A falta de análises interseccionais impede que os programas sociais tragam soluções para o acesso de pessoas mais vulnerabilizadas às políticas e invisibiliza os contextos históricos em que estamos inseridos. Embora o Brasil tenha uma das leis migratórias mais progressistas do mundo, a qual serve de exemplo para outros países, na prática nós ainda não conseguimos implementá-la efetivamente. Para efetivar a Lei de Migração é necessário que ela seja cumprida por todos os serviços públicos, transversalizando as questões migratórias entre todos os serviços. Efetivar a Lei de Migração é caminho fundamental para garantia dos direitos da população imigrante, contribuindo para a descolonização do Estado, ao reconhecer os direitos dos "não-nacionais". Implementar a Lei de Migração e o Estatuto do Refugiado sob uma ótica interseccional da política migratória contribuiria para o reconhecimento de direitos nas intersecções, seja das pessoas imigrantes indígenas, LGBTI+, mães, entre outras, dando um grande passo na direção da descolonização do Estado e na garantia dos direitos das pessoas imigrantes.

A propósito das hipóteses apresentadas na introdução desta pesquisa, que serviram de combustível de provocação para a mesma, compartilho a seguir algumas respostas e reflexões encontradas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A primeira hipótese apresentava um questionamento sobre o impacto da constante mudança de local de domicílio das migrantes, devido à instabilidade a qual as ocupações urbanas estão sujeitas, no contato entre serviço (CRAS) e beneficiárias. Pontuo, pois, que metade das mulheres entrevistadas acessaram mais de um serviço para tentar realizar sua inscrição no Cadastro Único, demonstrando que existe de fato uma rotatividade entre eles. Porém, a mudança de território não mostrou ser o fato primordial para a mudança do CRAS de referência, e sim, a ausência de retorno do serviço. A mudança do serviço, portanto,

ocorreu menos em razão da mudança de moradia e justamente na busca por conseguir acessar o serviço do CRAS.

A segunda hipótese discutia se a mudança de domicílio levava à consequente alteração do serviço de referência (CRAS), considerando que o CRAS está organizado por territórios. Vinculado à primeira hipótese, observei que não é necessariamente a mudança de domicílio que leva à alteração do serviço, mas a ausência de seguimento ou retorno positivo. Essa análise evidenciou-se por dois fatos. Primeiramente, ao examinar as motivações das mulheres que acessaram mais de um serviço, a mudança ocorreu devido à estratégia de usar comprovantes de residência de pessoas de sua rede de apoio que morassem em localidades que tivessem como CRAS de referência justamente um serviço diferente do acessado anteriormente. Em contrapartida, entre as três entrevistadas que acessaram apenas um serviço estão justamente as duas que conseguiram se inscrever no CRAS e receber algum benefício. Elas se mantiveram vinculadas a apenas um CRAS de referência, mesmo tendo mudado de território. Portanto, os vínculos com o CRAS se criam, se alteram e permanecem a partir da responsabilidade do serviço, sendo menos influenciado pela mudança real de endereço das participantes.

Em relação à terceira hipótese na qual se discute o tempo de aprovação do benefício, não foi possível concluir se a demora está vinculada à aprovação em nível nacional. Entretanto, observa-se que o tempo de retorno dos serviços e dos benefícios aumentou muito nos últimos anos, sendo a análise a partir de 2018. Conforme pontuado, Josefina teve retorno após três meses, Yarelis teve retorno após um ano. As demais entrevistadas não haviam obtido retorno até a data da entrevista, tempo que já somava de três a seis meses desde a inscrição. Até a data da redação desse documento, há um ano da inscrição das mulheres ao CRAS, não houve notícia de que algumas delas foram beneficiadas com os programas. Portanto, as mulheres que se inscreveram em 2018, esperaram entre três meses e um ano para receber um retorno; enquanto as mulheres que se inscreveram a partir de 2020, esperaram mais de um ano para receber um retorno dos serviços.

A quarta hipótese trata da burocracia e da quantidade de deslocamentos necessários por parte das beneficiárias para acessar o CRAS. Devido ao caráter intersetorial do serviço, presumia-se que as mulheres acabavam por desistir de buscá-lo ou por estarem impossibilitadas de fazê-lo por falta de recursos para o deslocamento. Essas hipóteses demonstraram-se reais, tendo estado presentes no relato de Petra e Albany ao discorrerem sobre a distância e dificuldade física de acessar o CRAS; no relato de Gladys ao contar que omitiu a informação sobre a deficiência da sua filha por impossibilidade financeira de se

deslocar para o serviço de saúde para conseguir o laudo médico, entre outros entraves. O caráter intersetorial do CRAS demonstrou ser de extrema relevância para pensar os desafios ao seu acesso.

A quinta e última hipótese apresentada na introdução questiona se o contexto político brasileiro revelava uma limitação da oferta dos serviços e benefícios na assistência social. Depreende-se dos relatos das beneficiárias que o contexto político do governo Bolsonaro afetou o tempo para receber um retorno do CRAS. Em 2018, ano de eleições, Josefina levou três meses para receber um retorno do serviço. Em 2019, primeiro ano de governo Bolsonaro, Yarelis levou 1 ano para receber resposta do CRAS. Em 2020, Norima, que se inscreveu antes da pandemia, nunca chegou a receber retorno, possivelmente também devido a ter conseguido um emprego e saído dos critérios. As demais três entrevistadas encaixam-se na hipótese apresentada visto que de fato houve uma limitação da oferta dos serviços e benefícios na assistência social, igualmente de viés político, mas ainda mais afetada em razão da pandemia. Apesar do CRAS ser um serviço essencial, pois faz parte dos provedores de seguridade social conforme art. 194 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), as mulheres informaram que não conseguiam realizar sua inscrição no período da pandemia, em razão da redução do atendimentos do serviços, do fechamento dos serviços ou do recebimento do auxílio emergencial. Essas foram algumas das hipóteses que haviam sido levantadas no início desse trabalho sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres imigrantes para acessar a assistência social.

A inclusão e participação das populações imigrantes nas políticas públicas demonstra um potencial de contribuir para a descolonização do Estado a partir de duas perspectivas. Primeiramente em razão de romper a ideia de que os direitos promovidos pelo Estado, através do acesso de suas políticas de saúde, educação e de assistência social, deveriam garantir direitos humanos apenas para a população nacional, o que transforma essas políticas em políticas de fato de direitos humanos, superando a lógica nacionalista. Ao incluir o acesso a direitos da população não-nacional, rompe-se com a ideia europeia de Estado homogêneo, contribui-se ainda para a superação de ideais racistas, que compõem a lógica estatal ao definir que algumas pessoas valem menos e outras valem mais, ao diferenciar os direitos de nacionais e não nacionais. Ao romper a lógica de oferta de políticas públicas exclusivamente para nacionais, facilita-se também a redução da estrutura mental do Estado, mencionada por Avallone e Molinero Gerbeau (2021), que cria a divisão entre nacionais e não nacionais. Consequentemente, ao definir e proporcionar a nacionais e não nacionais o mesmo direito a

ter direitos, incluindo a população imigrante nas políticas públicas, impulsiona-se a construção de uma sociedade menos colonialista.

Em segundo lugar, ao pensar na oferta de políticas públicas para imigrantes a partir da demanda dessas próprias pessoas, garante-se a participação dessas populações no próprio Estado, descolonizando a ideia do Estado enquanto instituição voltada apenas para a população nacional. Apesar das enormes limitações ainda existentes, como por exemplo a impossibilidade de votar ou de prestar concurso público, que impedem que imigrantes atuem e influenciem a construção de políticas públicas e do Estado, é possível garantir em outros espaços a participação de grupos de imigrantes no Estado. Por exemplo através da existência de políticas que garantam a participação cidadã como nos conselhos e comitês estaduais para refugiados e migrantes, fóruns municipais e estaduais de assistência social ou através de organizações da sociedade civil nos conselhos municipais e estaduais de assistência social. Esses espaços têm um grande potencial de promover o encontro de saberes entre nacionais e não nacionais para a construção do Estado e de políticas públicas. As organizações da sociedade civil e uma academia engajada também podem contribuir para esse encontro de saberes. Ademais, a participação desse grupo populacional contribui para a democratização do Estado ao aumentar a participação de quem usufrui de suas políticas.

Nesse sentido, a realização dessa pesquisa a partir da entrevista com mulheres usuárias dos serviços de assistência social busca promover essa aproximação entre a população imigrante e a elaboração de políticas públicas, democratizando o Estado, engajando a academia, promovendo a experiência e o conhecimento das mulheres imigrantes, e, conseqüentemente, visando contribuir para a descolonização do Estado.

Outro ponto importante é com relação à difusão da Lei de Migração. A lei 13.445/2017 é uma lei federal e, portanto, deve ser seguida por todos os servidores públicos do país e pela população em geral. Sua aplicação não deve se restringir aos profissionais que trabalham "stricto sensu" com imigração, como, por exemplo, a Polícia Federal. Apesar da sua dimensão nacional, percebeu-se que os servidores de políticas universais como a política de assistência social, saúde e educação não parecem estar familiarizados com essa lei, corroborando para as limitações do acesso da população imigrante e refugiada aos serviços públicos. Constatou-se, a partir dos relatos das mulheres entrevistadas que, ao tentarem acessar a política de assistência social através do CRAS e aos demais serviços de saúde e educação, a partir das condicionalidades exigidas para o Cadastro Único, não há um conhecimento uniforme de funcionários públicos a respeito da Lei de Migração.

É fundamental que as instituições públicas, especialmente aquelas localizadas em cidades e estados com fronteiras internacionais, pois lidam com a população imigrante mais frequentemente, realizem capacitações para os servidores de maneira a garantir o conhecimento necessário para a prestação de um serviço qualificado. Apesar do destaque para cidades e estados fronteiriços, é importante ressaltar que devido à política de interiorização - aquela que interioriza imigrantes venezuelanos que possuam familiares, pessoas de suas redes pessoais ou vagas de trabalho para outros estados brasileiros - é fundamental que cidades que recebem essa população também invistam na qualificação de seus servidores locais.

De maneira geral é muito importante que toda a sociedade tenha conhecimento desta lei, pelo menos de seus princípios e garantias, a fim de compreender os ideais que devem reger a política migratória brasileira. A Lei de Migração deve ser divulgada e alcançar o público em geral, contribuindo para a compreensão dos direitos da população imigrante, reduzindo assim a xenofobia e promovendo a igualdade.

Conforme abordado na seção três, uma análise interseccional é fundamental para compreender os desafios de acesso das mulheres aos serviços públicos. Embora indispensável pensar as interseccionalidades em todas as políticas públicas, destaco especificamente para a política de assistência social e como pode contribuir para melhorar o acesso aos Centros de Referência em Assistência Social, CRAS

A escuta qualificada realizada no momento da inscrição no Cadastro Único pode garantir que uma análise das interseccionalidades seja incorporada à política de assistência social. Eis o momento para conhecer a realidade da mulher entrevistada e de sua família, desde a discriminação racial, os desafios para acessar e permanecer nos espaços educacionais e de trabalho, suas experiências com a maternidade, quando aplicável, seu processo migratório e o enfrentamento de situações de xenofobia. O acesso à renda mínima proposta por programas como o Bolsa Família, quando bem orientado e apoiado na garantia do acesso a outros direitos, pode contribuir para a superação desses desafios.

Ademais, contemplar as interseccionalidades em todas as etapas dos programas da assistência social permitiria que os programas tivessem um impacto ainda maior na realidade das pessoas. A análise interseccional é fundamental para conhecer os desafios enfrentados não apenas pelas mulheres indígenas ou mães ou migrantes, mas sim os desafios existentes nessa intersecção, tornando as respostas governamentais mais eficazes e efetivas para a população.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Refugiados. [s.d] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 10 jun. 2021
- ACNUR. ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena. [s.da] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>. Acesso em: 25 jun. 2022
- ACNUR. OS WARAO NO BRASIL: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- ACNUR. O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira. 2022. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes_e_depois_da_Operacao_Acolhida-1.pdf. Acesso em 10 dez. 2022
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANTHIAS, Floya. Género, etnicidad, clase y migración: interseccionalidad y pertenencia translocalizacional. *Feminismos periféricos*, p. 49-68, 2006.
- ANZALDÚA, Gloria et al. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ARAÚJO, Sandra Gil. Una sociología (de las migraciones) para la resistencia. Selección de textos de Abdelmalek Sayad (Selección: Sandra Gil Araujo e Iñaki García Borrego. Presentación: Sandra Gil Araujo. Traducción: Natalia Morales). *Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales*, n. 19, p. 235-273, 2010.
- ARELLANO, Astrid. Tukupu: las mujeres Kariña guardianas de los bosques en Venezuela. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2021/12/tukupu-mujeres-karina-guardianas-de-bosques-en-venezuela/>. Acesso em 18 set. 2021.
- ASSIS, Washington Luiz dos Santos; RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich; FERNANDES, Estevão Rafael. Migração, “raça”, gênero e a produção de desigualdades na Amazônia

brasileira: reflexões a partir da presença de haitianos em Porto Velho, Rondônia. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 434-454, 2017.

AVALLONE, Gennaro; MOLINERO GERBEAU, Yoan. Liberar las migraciones: la contribución de Abdelmalek Sayad a una epistemología migrante-céntrica. *Migraciones internacionales*, v. 12, 2021.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Editora Record, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BARTHOLO, Leticia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *Cadernos pagu*, n.15, 2019.

BHABHA, Homí.K. *O local da cultura*. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIDASECA, Karina. *Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina*. Buenos Aires: SB, 2010.

BOA VISTA. Centros de Referência e Assistência Social e suas áreas de abrangência. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2021/8/centros-de-referencia-e-assistencia-social-cras-e-suas-areas-de-abrangencias>. Acesso em 10 de nov. 2022.

BRAH, Avtar. *Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión*. Traficantes de sueños, 2011.

BRASIL. *A Operação Acolhida*. [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Decreto 5.017, 12 de março de 2004. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm. Acesso em 25 de nov. 2022.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1933. Lei orgânica de assistência social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em 11 jun. 2022

BRASIL. Lei 13.445, 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 10 de jun. 2021

BRASIL. Portaria interministerial MJSP/MRE no. 19, de 23 de março de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021.

BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 34, p.195-230, jul/dez de 2013

CALQUÍN, Claudia; GALAZ, Caterine; MAGAÑA, Irene. Intervención y familias migrantes: análisis crítico de la «vulnerabilidad» desde los/las profesionales. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 20, n. 2, p. 21, 2022.

CASELLA, Paulo Borba. Brasil completa quase dois anos fora do Pacto Global para Migração da ONU [entrevista a Roxane Ré]. Atualidades, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/>. Acesso em 20 jun. 2022.

CEJA, Iréri; ÁLVAREZ VELASCO, Soledad; BERG, Ulla D. Migración. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO,2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.

CONNECTAS. Boa Vista: limite de vagas para migrantes no sistema de saúde. Acesso em: 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conectas.org/litigiopt/limite-de-vagas-para-migrantes-no-sistema-de-saude/>.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". Revista Estudos Feministas, v. 13, p. 691-703, 2005.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, v. 21, n. 2, p. 045-059, 2010

COSTA-BERNARDINO, Joaze. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Brasileira do Caribe, Goiás, vol. VII, n. 14, p. 311-345, jan./jun. 2007.

ESQUIVEL, Valeria. A "economia do cuidado": um percurso conceitual. IN: JACOME, Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (org.). Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

FALÚ, Ana María. El derecho de las mujeres a la ciudad: espacios públicos sin discriminaciones y violencias. 2014. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/34632/CONICET_Digital_Nro.67901a05-2058-4d77-bd18-4b3de0ebe727_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 10 mai. 2022

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário. São Paulo, Ed. Boitempo, 2020

FOLHA BV. Roraima possui a maior população indígena do país. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-possui-a-maior-populacao-indigena-do-pais/75168>. Acesso em 10 dez. 2022.

G1. Proporcionalmente, Roraima tem a maior população indígena no país. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/proporcionalmente-roraima-tem-maior-populacao-indigena-do-pais.html>. Acesso em 10 dez. 2022.

HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana: De la visibilidad del campo a una presencia selectiva. Política y sociedad, v. 49, n. 1, p. 35-46, 2012.

IBGE. Questionário básico - Censo 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_basico_completo_CD2022_atualizado.pdf. Acesso em 10 dez. de 2022

PAIXÃO, Marcelo. Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2005.

INDÍGENAS KARIÑA DE LA COMUNIDAD DE TASCABANA AFECTADOS POR LA INDUSTRIA PETROLERA (PDVSA), VENEZUELA. Environmental Justice Atlas, Anzoátegui, 06 de ago. 2016. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/indigenas-karina-de-la-comunidad-de-tascabana-afectados-por-la-industria-petrolera-pdvsa>. Acesso em: 18 de ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). O censo é da população: entrevista com Wania Sant'anna. Disponível em:

<https://ibase.br/2019/06/07/o-censo-e-da-populacao-entrevista-com-wania-santanna/noticias/>. Acesso em: 02 de jul. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Boa Vista [s.d]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Questionário básico - Censo 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_basico_completo_CD2022_atualizado.pdf. Acesso em 10 dez. 2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Demográficos: Censo de población y vivienda. República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=95&Itemid. Acesso em: 02 jul. 2022

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Yanomami sob ataque. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-sob-ataque>. Acesso em 10 dez de 2022.

INEE. Glossário: Transversalização da perspectiva de gênero. Disponível em: <https://inee.org/pt/eie-glossary/transversalizacao-da-perspetiva-de-genero>. Acesso em 22 jun. 2022.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos pagu**, p. 55-78, 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 691-712, 2015.

MARTINS, Ester Gouvêa; VEDOVATO, Luís Renato. Migração internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 1975-2009, 2017

METROPOLES. A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia: rodovias que separam o sonho do pesadelo. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-rota-do-traffic-humano-na-fronteira-da-amazonia-rodovias-separam-o-sonho-do-pesadelo>. Acesso em 30 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. s.d. Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 10 nov. 2022

MOREIRA, Elaine. Os Warao no Brasil em cenas:“o estrangeiro...”. Périplous: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 2, n. 2, p. 56-69, 2018.

NACIONES UNIDAS. Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina. Santiago do Chile: Naciones Unidas, 2009, p.1-99.

OIM, 2019. Estimación do número de migrantes e refugiados venezuelanos desabrigados em Boa Vista (RR). Março de 2019 (Arquivo interno).

OIM, 2020. World migration report 2020. Genebra, 2020. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. Acesso em 20 jun. 2022.

OIM, 2021. População venezuelana refugiada e migrantes desabrigada em Boa Vista. Março de 2021 (Arquivo interno).

OLIVEIRA de, Laís Gonzales; CARNEIRO, Cynthia Soares. O acolhimento de pessoas em busca de refúgio no Brasil: cidadania e direito à cidade. Revista de Direito da Cidade, v. 14, n. 1, p. 91-112, 2022.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: Desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima-Brasil. DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud, n. 30, p. 124-141, 2021.

PAIVA, Ariane Rego de. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2020.

PEÑA, Viviane; OTERO, Guilherme. Inovação em políticas locais para imigrantes: a experiência do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes de São Paulo. In: ELHAJJI, Mohammed; COGO, Denise; HUERTAS, Amparo (Eds.) (2020): Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação; InCom-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut de la Comunicaci., Universitat Autònoma de Barcelona.

PEREIRA, Alexandre Branco. Os usos e abusos políticos do refúgio. Nexo, 15 fev. de 2020. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Os-usos-e-abusos-pol%C3%ADticos-do-ref%C3%BAgio>. Acesso em: 25 jun. 2022.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF PROFESSIONALS IN HUMANITARIAN ASSISTANCE AND PROTECTION (PHAP). Water, sanitation and hygiene (WASH). Disponível em: <https://phap.org/theme-wash>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, 2008.

PORTO ALEGRE, 2000. Lei municipal 8.593/2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2000/859/8593/lei-ordinaria-n-8593-2000-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-realizar-os-convenios-necessarios-ao-recebimento-de-pessoas-perseguidas-pelo-pensamento-e-refugiados>. Acesso em 25 jun. 2022

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Espacio Abierto*, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.

RODRIGUEZ, Ileana. Subalternismo. In: SZURMUK, Mónica et al. (Ed.). *Diccionario de estudios culturales latinoamericanos*. Siglo XXI, 2009.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. *São Paulo em perspectiva*, v. 13, p. 100-111, 1999.

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda A. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato, p. 383-401, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, v. 18, p. 14-23, 2016.

SANTOS, José Raimundo Torres dos. Diáspora dos índios Warao da Venezuela. Dissertação - Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

SAMPAIO, Cintia; BARALDI, Camila. Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SATO, Miki Takao; BARROS, Denise Dias. *Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população imigrante/Culture, mobility and human rights: considerations on social occupational therapy in the context of immigrants*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 24, n. 1, p. 91-103, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. *Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración*. *Apuntes CECYP*, n. 13, p. 101-116, 2008.

SAYAD, A. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona: Anthropos Editoria, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. *O Lar dos sem família*. In: *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Tatiana Dias. *Gestão da transversalidade em políticas públicas*. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Rio de Janeiro, v. 131, 2011

SILVA, Vivia da Veiga. *Contribuições dos estudos de gênero e da decolonialidade para os debates sobre migrações internacionais*. *Revista GeoPantanal*, v. 17, n. 32, p. 103-116, 2022.

SILVEIRA, Marcos Silva da. *Problemas relacionados à noção de "pardo" como categoria identitária no Brasil*. IN: VI Encontro Brasileiro de Administração Pública. 2019, Salvador. *Anais*, v.6, Salvador: SBAP, 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://ebap.online/ebap/index.php/ebap/viebp/schedConf/presentations>. Acessado em 10 dez. 2022.

SOARES, Márcia Miranda; CUNHA, Edite da Penha. *Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil*. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 1, p. 86-109, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. UFMG, 2010.

THE NEW HUMANITARIAN. *Decolonising aid: a reading and resource list*. [2022]. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/feature/2022/08/12/Decolonising-aid-a-reading-and-resource-list>.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 5 jul. 2022

VASCONCELOS, Iana dos Santos; MACHADO, Igor José de Reno. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 29, p. 107-122, 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. Saúde e Sociedade, v. 23, p. 191-203, 2014

WEBER, João Luís Almeida et al. Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: aspectos psicossociais, aculturação, preconceito e qualidade de vida. Psico-USF, v. 24, p. 173-185, 2019.

XAVIER, Paulo Luã Oliveira. Migrantes indígenas: os Warao na cidade de Boa Vista-Roraima e o debate sobre os direitos humanos. Dissertação - Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020. 126 f.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PORTUGUÊS

Bloco	Perguntas
<p>Bloco 1: Perguntas sobre a biografia e o contexto social na Venezuela prévio a imigração</p>	<p>1. Qual a sua idade?</p> <p>2. No Brasil temos em todos os serviços a autodeclaração racial segundo critérios do IBGE (instituto de estatísticas) que se divide entre</p> <ol style="list-style-type: none"> branca parda preta amarela indígena <p>Como você se autodeclara?</p> <p>3. Possui alguma formação escolar/acadêmica?</p> <p>4. Descreva a região em que você nasceu na Venezuela. Como era o local onde cresceu, e se mudou</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houve migração rural/urbana Se houve migração interna antes da imigração <p>5. Me conte sobre sua composição familiar e como era sua convivência familiar na Venezuela</p> <p>6. Me conte sobre suas experiências profissionais na Venezuela.</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual era o trabalho Quanto tempo esteve no último trabalho? Quanto ganhava em média? O que era possível comprar/garantir com essa renda? <p>7. Você e sua família tem alguma religiosidade? Frequentavam alguma comunidade espiritual na Venezuela? Como era a relação com a comunidade, qual frequência iam a celebrações?</p> <p>8. Participava de alguma outra organização de bairro, comunitária? Grupo de música, grupo de esportes?</p> <p>9. Recebia algum benefício social na Venezuela? Por exemplo: Carnet de la Patria. Qual? Sabe dizer quais eram os requisitos para o recebimento desse benefício?</p>
<p>Bloco 2 Perguntas sobre o Brasil</p>	<p>1. Conte sobre a vinda para o Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em qual ano migrou Com quem migrou Se já havia familiares/contatos no Brasil Como escolheram o Brasil <p>Verificar se há familiares crianças, idosos ou com deficiência no grupo familiar com o qual migrou.</p> <p>2. Conte sobre o processo de se estabelecer de Boa Vista.</p> <ul style="list-style-type: none"> Com quem vive Como fez para procurar moradia, emprego, escola Se está/esteve empregada nos últimos 2 anos. Qual a renda atual/nos últimos 2 anos. <p>Verificar se há familiares crianças, idosos ou com deficiência no grupo familiar</p>

	com o qual vive atualmente.
	<p>3. Como foi o processo de se estabelecer e viver na ocupação XXX?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Como se dá a convivência familiar no contexto da ocupação ● Como é a percepção de que morar na ocupação/ter morado afetou/interferiu o acesso ao serviço de saúde, assinatura de carteira de trabalho, qualquer atividade
	<p>4. Participa de alguma organização comunitária no Brasil, Igreja, grupo de bairro, esportes, da escola, etc, qual? Como foi esse contato?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Essa/a organização ou a própria ocupação contribuiu para orientar sobre acesso a algum serviço?
	<p>5. Conte como começou a saber sobre os serviços no Brasil e em Boa Vista. Como descobriu o que era o CRAS, a primeira vez que foi a esse serviço</p>
	<p>6. Conte sobre sua experiência na busca de atendimento e de se inscrever para serviços do CRAS. Pontos positivos e negativos</p> <p>Por qual ou quais serviços procurava?</p> <p>Considerar Cadastro único, bolsa família, programa para crianças, programa para idosos, BPC, encaminhamentos para outros serviços.</p>
	<p>7. Como você se sente enquanto mulher-imigrante sendo atendida nos serviços da assistência social aqui no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Foi bem atendida ao longo dos procedimentos? Teve suas demandas atendidas? ● Considerar experiências positivas e como ocorreu a solução das demandas, se houver um olhar para as especificidades das mulheres atendidas
	<p>8. Sentiu algum desconforto durante ou no seguimento desses atendimento do CRAS?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Teve alguma dificuldade com documentação e como isso foi solucionado? ● Perceber comentários discriminatórios com relação a nacionalidade, idiomas, cor, etc ● Se percebe que outras mulheres foram melhor/pior atendidas nesse mesmo espaço e qual acredita ser o motivo da diferença de tratamento
	<p>9. O que acredita que poderia melhorar ou facilitar esse atendimento?</p>
	<p>10. Alguma outra informação que gostaria de acrescentar?</p>

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA EM ESPANHOL

Roteiro de entrevista semiestructurada utilizado com as mulheres como instrumento para a coleta de dados.

Mi investigación, como les he hablado anteriormente, es sobre los retos que las mujeres que viven en las ocupaciones urbanas de Boa Vista enfrentan para acceder a los servicios públicos de la ciudad, más específicamente los servicios de asistencia social representados en esta investigación por el CRAS.

Si en cualquier momento te sientes incómoda con alguna pregunta y no quieres responderla, tranquila, estás en tu derecho de no hacerlo. solo necesitas decirme y pasamos a la próxima. También si por alguna razón quieres parar la entrevista o encerrar tu participación en la investigación, también eres libre de hacerlo.

También si no entiende alguna pregunta también puedes pedirme que la repita o explique de otra manera. Quiero que en esta entrevista te sientas cómoda y pueda ser realmente tu. Es importante que sepa que tu datos personales y tu comunidad no serán identificados en la investigación.

También es importante que sepas que yo no trabajo en el CRAS, este cuestionario y esta investigación buscan en el futuro contribuir para el acceso a los servicios pero es un largo camino.

Dicho eso, solo para la formalidad de esta investigación podría decirme tu nombre y que aceptas participar de la entrevista sobre el acceso al cras por voluntad propia para que quede registrado en mi grabación.

Un placer! Un gusto escucharla y aprender de tus conocimientos y experiencia.

Bloques	Preguntas
Bloque 1: Preguntas sobre tu historia y tu contexto social en Venezuela anterior a la imigração	1. ¿Cuál es tu edad?
	2. En Brasil, tenemos en todos los servicios una pregunta sobre autodeclaración racial. Según las opciones del instituto de estadística de Brasil, el IBGE. cual es su color/raza: a. branca a. preta b. pardo c. amarela d. indígena ¿Cómo se auto declara?
	3. Describa la región donde ha nacido en Venezuela, por favor. Era un región de campo, ciudad, se has cambiado de ciudad/región <ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se hubo migración rural/urbana ● Se hubo migración internas antes de la inmigración

	<p>4. ¿Tiene alguna formación?</p>
	<p>5. Cuente sobre sus experiencias de trabajo en Venezuela.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Con qué trabajabas ● Cuánto tiempo estuvo en tu último trabajo antes de venir a Brasil ● Cuanto hacías de ingreso promedio y que era posible comprar con este monto ?
	<p>6. Cuéntame sobre su familia y con quién vivía en Venezuela antes de venir a Brasil y cómo eran esas relaciones.</p>
	<p>7. ¿Usted y su familia tienen alguna creencia religiosa? En Venezuela iban a alguna comunidad religiosa, espiritual, iglesia? ¿Con qué frecuencia? ¿Cómo era su relación con la comunidad?</p>
	<p>8. ¿Además, participaba de alguna otra organización en su pueblo, barrio, comunidad? Un grupo artístico, deportivo, lo que sea</p>
	<p>9. ¿Tenía algún beneficio social en Venezuela? Si, ¿cuál? Por ejemplo: Carnet de la Patria. 20min</p>
Bloque 2 Preguntas sobre Brasil	<p>1. Cuente sobre su venida a Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● En qué año llegaste ● Veniste acompañada <p>Si hay tenía familiares o conocidos en Brasil cuando llegaste</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Porque elegiste a Brasil
	<p>2. ¿Cómo fue el proceso de establecerte en Boa Vista?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Con quién vives ● Cómo hiciste para conseguir donde vivir, trabajo, documentación, escuela para los niños ● Si tiene trabajo actualmente o en los últimos dos años y cual su ingreso actual <p>Verificarsi en el grupo familiar con el cual vive hoy si hay niñas/os, personas mayores o con discapacidad</p>
	<p>3. ¿Participas de alguna organización comunitaria en Brasil, comunidad religiosa, iglesia, artística, deportiva, de la escuela de las/los niñas/os? ¿Cómo ha empezado y se ha desarrollado ese contacto?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Una de esas organizaciones, o los propios líderes y personas de la ocupación han orientado sobre el acceso a los servicios en Boa vista?
	<p>4. ¿Cómo fue el proceso de establecerte en la ocupación _____?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cómo es su convivencia familiar en la ocupación ● Como fue y es vivir en la ocupación y buscar trabajo, el servicio de asistencia social, o cualquier otra actividad o servicio, hay tenido algún inconveniente
	<p>5. Cuente como fue que supiste sobre el <i>Centro de Referencia en Asistencia Social</i>, el CRAS, y como fue la primera vez que fuiste se es que fuiste</p>
	<p>6. Cuente sobre su experiencia en la búsqueda de atención e inscripción en los servicios del CRAS. Cual fueron los puntos positivos y negativos ¿Qué servicios tu estabas buscando exactamente?</p> <p>Tener en cuenta: el Considerar Cadastro único bolsa família programa para crianças programa para idosos BPC Encaminamiento para otros servicios</p>

	<p>7. Y cómo te sientes como mujer inmigrante mientras es atendida en los servicios de asistencia social acá en Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ¿Fuiste bien atendida a lo largo del proceso? ● ¿Tus necesidades fueron atendidas? <p>> Considerar también las experiencias positivas y como se dieron la solución de las demandas;</p> <p>> Se hubo una mirada a las especificidades de las mujeres atendidas</p>
	<p>8. ¿Has sentido algún malestar o incomodidad en la atención o en los seguimientos a tus pedidos?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ¿Ha encontrado dificultades con documentos y cómo se ha resuelto? ● ¿Siente que otras mujeres han recibido una atención mejor o peor en ese mismo espacio? ¿Cuál crees que fue la motivación del trato distinto? <p>> Percibir comentarios discriminatorios con relación a la nacionalidad, el idioma, el color, etc</p>
	<p>9. ¿Qué cree que podría mejorar o hacer más fácil esa atención?</p>
	<p>10. ¿Alguna otra información que te gustaría añadir?</p>

Compartiré con ustedes todas las informaciones que encontrar durante esta investigación.

APÊNDICE C - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DE FRANCA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRANSVERSALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS: Os desafios de acesso aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) para as mulheres venezuelanas vivendo em ocupações urbanas em Boa Vista

Pesquisador: CLARA DE OLIVEIRA CUNHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56105222.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.377.577

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 05 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com exceção do TCLE, para o qual foi entregue justificativa de ausência (será coletada autorização oral dos participantes da pesquisa), todos os demais Termos obrigatórios foram preenchidos e entregues corretamente.

Endereço: Av. Eufrasia Montelero Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**APÊNDICE D – CARTILHA PARA OS SERVIÇOS DOS CENTRO DE REFERÊNCIA
EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Transversalizar as migrações na política de assistência social



A transversalização das migrações deve impulsionar as políticas a pensarem o acesso de refugiados, retornados, apátridas, entre outros grupos de migrantes, às políticas e serviços, de forma que todos tenham suas especificidades consideradas e possam acessar igualmente os serviços.

A transversalização pressupõe que haja uma ação intersetorial e a criação de fóruns horizontais de

diálogo e tomada de decisões para que haja sinergia entre os órgãos e a população (IPEA, 2009). Enquanto a transversalidade busca incorporar um tema ou um público em todas as áreas, a intersectorialidade é o trabalho articulado de diversos setores a fim de enfrentar questões multifatoriais.

Lei de migração - Lei 13.445/2017

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

Para facilitar o acesso à assistência social

1. Maior difusão sobre os serviços oferecidos e visitas dos serviços às ocupações

"Informar 'olha, aqui temos tal coisa, temos para as crianças, temos isso' e dar informação para todo mundo do que tem aí"

Josefina* (nome fictício).



Infere-se do relato acima que o conhecimento a respeito dos serviços e programas oferecidos pela assistência social estão muito limitados ao programa Bolsa Família, o qual foi mencionado por várias das entrevistadas como sendo bem difundido entre a população venezuelana.

A realização de visitas por parte das equipes do CRAS às moradias das famílias também foi sugerida, pois, contribuiriam tanto para difundir informações quanto para aprimorar o conhecimento dos funcionários dos CRAS sobre a realidade das famílias que vivem em ocupações urbanas.

2. Atendimento nos turnos da manhã e tarde

"Por quê não atendem igualmente pela tarde? [...] Tem um sistema que geralmente não funciona pela tarde!". Gladys



Famílias que moram longe, que têm dificuldades de locomoção ou transporte são prejudicadas com a distribuição de senhas realizada apenas no turno da manhã.

3. Fortalecimento da estrutura do serviço: mais funcionários fixos/concursados

"O que podiam fazer é: colocar mais funcionários". Petra

A partir dos relatos sobre a reduzida quantidade de funcionários e da mudança frequente, conclui-se

que há uma desvalorização dos servidores da assistência social. A reduzida quantidade e a alta rotatividade de pessoal compromete a qualidade dos serviços, gerando demora no retorno, no monitoramento das condicionalidades, dificultando a articulação com outros serviços, o aprofundamento na formação de profissionais no serviço, nas relações entre serviço e comunidade, no conhecimento do território de trabalho e na articulação de parcerias.

4. Combate a xenofobia

"Ao melhor aconteceram coisas aí que nós estamos pagando. A consequência, pode ver [...] que tenha acontecido algo e não é culpa completamente da funcionária, senão que deve ter chegado um venezuelano e a enganou". PETRA.

Devido à ideia de um Estado-nação, formado por um povo que é um grupo populacional teoricamente homogêneo, atribuições são feitas de maneira generalizada a todos os nacionais de um país. Nessa visão, as pessoas todas são colocadas nessa grande categoria universalista do Estado-nação: os venezuelano. Com essa generalização, todos os "integrantes" desse grupo homogeneizado serão responsabilizados pelos "erros" cometidos por qualquer membro do grupo. Portanto, Deve-se estar atento as generalizações feitas sobre os fluxos migratórios e reforçar a importância de conhecer e considerar a diversidade das pessoas imigrantes nos atendimentos.



Conhecer se uma imigrante possui redes de apoio, suas relações familiares na cidade de acolhida e na de origem, suas possibilidades de emprego, seu processo migratório e seu estabelecimento na cidade, permitirão conhecer fatores que afetam a realidade e as possibilidades das pessoas imigrantes de maneira diferente das pessoas locais. É esse conhecimento que possibilita identificar as vulnerabilidades vivenciadas por imigrantes e são fundamentais para poder avaliar apropriadamente os encaminhamentos e analisar o perfil familiar para poder acionar outras políticas públicas ou programas sociais.

5. Superação das dificuldades de comunicação

"Deveriam ter um tradutor que fale espanhol, warao, eñepa, dependendo de onde estão concentrados majoritariamente esses grupos. Para facilitar e também orientar...". NORIMA.

Entre as sugestões para vencer a barreira da comunicação podem ser consideradas diversas estratégias como o investimento em formação bilíngue das equipes do CRAS, na contratação de profissionais bilíngues e binacionais, disponibilização de materiais traduzidos e parcerias com cursos de letras de universidades. Esses são caminhos importantes na construção de um Estado acessível a populações diversas.



6. Fortalecimento da intersectorialidade



"Então, para poder acessar a escola tinha que tirar a documentação. Então, para ir ao CRAS, tinha que ter documentação brasileira, as meninas tinham que estar estudando... quando consegui fazer tudo: começou o COVID 19!"
Petra* (nome fictício).

Mais da metade das entrevistadas destacou que a impossibilidade de inscrever seus filhos na escola as impediu de acessar o CRAS. É essencial que ao invés de serem dispensadas do CRAS por "falta de documentação", essas mulheres recebam informações e sejam orientadas sobre como acessar os serviços públicos. Considerando a intersectorialidade, o CRAS desempenha um papel importante ao contribuir com dados sobre a quantidade de crianças fora da escola em suas áreas de abrangência, fortalecendo a demanda por mais professores e escolas.

7. Flexibilidade com relação a documentos de comprovação de residência

Esse não é um documento que deve suspender ou barrar o acesso ao CRAS, havendo inclusive orientações do (SUAS sobre como cadastrar pessoas em situação de acolhimento ou em situação de rua as quais não possuem esse documento. As participantes utilizaram de declaração de associações de vizinhos, de lideranças comunitárias, entre outros.